

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital aberto, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na bolsa de valores dos Estados Unidos da América (NYSE EURONEXT) e no Latibex - o braço latino-americano da Bolsa de Valores de Madrid. É uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná.

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME), pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios e em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades principalmente nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A revisão do CPC nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre o BR GAAP e o IFRS.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18.03.2015.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- os investimentos em controladas (nas demonstrações financeiras individuais da Controladora), em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial; e
- O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pela dedução do valor justo dos ativos do plano do valor presente da obrigação atuarial calculada por atuário contratado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.2 - Consolidação;
- NE nº 3.7 - Contas a receber vinculadas à concessão;
- NE nº 3.8 - Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão;
- NE nº 3.12 - Intangível;
- NE nº 3.29 - Arrendamentos; e
- NEs nºs 3.13 e 18.11 - Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.3 e 35 - Instrumentos financeiros;
- NE nº 3.5 - Clientes (PCLD e CCEE);
- NEs nºs 3.6 e 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- NEs nºs 3.10 e 14.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- NEs nºs 3.11 e 18 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.12 e 19 - Intangível;
- NEs nºs 3.13 e 18.11 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.15 e 24 - Benefícios pós-emprego; e

- NEs nºs 3.19 e 29 - Provisões para litígios e passivo contingente.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Mudanças nas políticas contábeis

Durante o exercício de 2014, o CPC emitiu revisões de pronunciamentos as quais não produziram efeitos nas principais políticas contábeis e nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2 Base de consolidação

Os investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto, e em coligadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da investidora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

As operações em conjunto (consórcios) são contabilizadas na proporção de quota-parte de ativos, passivos e resultado, na empresa que possui a participação.

3.2.1 Controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado referentes às transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

A participação de acionistas não controladores é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Os lucros, os prejuízos e os outros resultados abrangentes também são atribuídos separadamente dos atribuídos aos acionistas da Controladora, ainda que isto resulte em que as participações de acionistas não controladores tenham saldo deficitário.

3.2.2 Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os empreendimentos controlados em conjuntos são as entidades em que a investidora, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante. As coligadas são as entidades sobre as quais a investidora tem influência significativa, mas não o controle.

Quando a participação nos prejuízos de um empreendimento controlado em conjunto ou de uma coligada se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

3.2.3 Combinação de negócios

A análise da aquisição é feita caso a caso para determinar se a transação representa uma combinação de negócios ou uma compra de ativos. Transações entre empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados utilizando o método de aquisição e são reconhecidos pelos seus respectivos valores justo na data de aquisição.

O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) é reconhecido como ágio (*goodwill*), no ativo intangível. Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Nas aquisições de participação em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto, apesar de não configurarem uma combinação de negócios, os ativos líquidos adquiridos também são reconhecidos pelo valor justo. O ágio é apresentado no investimento.

3.3 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm fundos de investimentos que operam com instrumentos financeiros derivativos, com objetivo exclusivo de proteger a carteira desses fundos.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.3.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia e suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.3.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

3.3.3 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. No momento da liquidação, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no resultado do exercício.

3.3.4 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria se a Companhia e suas controladas têm intenção e capacidade de mantê-los até o seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.3.5 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.3.6 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.3.7 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

3.5 Clientes

São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

Os saldos de parcelamento de débitos de clientes são trazidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

O saldo de clientes é apresentado líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela Aneel, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

3.6 Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

As normas contábeis vigentes no Brasil até 2009 permitiam o reconhecimento das variações entre os valores previstos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica - denominados ativos e passivos regulatórios, sendo as variações positivas ou negativas consideradas nas tarifas no próximo reajuste anual. A partir da adoção das IFRS em 2010, estes ativos e passivos deixaram de ser registrados nas demonstrações financeiras societárias das concessionárias de distribuição, sendo assim totalmente apropriados no resultado.

Com o advento do termo aditivo ao contrato de concessão das concessionárias de distribuição, aprovado pelo Despacho Aneel nº 4.621 de 25.11.2014, o qual prevê que, no caso de extinção da concessão por qualquer motivo, os valores residuais de itens da Parcela A e outros componentes financeiros não recuperados ou devolvidos via tarifa sejam incorporados no cálculo da indenização ou descontados dos valores da indenização de ativos não amortizados, fica resguardado o direito ou a obrigação do concessionário junto ao Poder Concedente quanto a esses ativos e passivos.

Por meio da Deliberação CVM nº 732, o CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08 de 09.12.2014, tornando obrigatório o reconhecimento de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais nas distribuidoras de energia elétrica a partir do exercício de 2014. Assim, a Copel Distribuição reconheceu os correspondentes ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras societárias em dezembro de 2014.

Considerando o previsto no OCPC 08, item 13, os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão não caracterizam mudança de política contábil, mas sim de uma nova situação, consequentemente, a sua aplicação foi prospectiva ao evento e o reconhecimento inicial adotado baseou-se na composição dos valores dos ativos e passivos financeiros setoriais levantados até a data da assinatura dos aditivos dos contratos de concessão, ocorrida em 10.12.2014. Portanto, o seu reconhecimento inicial foi registrado como um componente da receita líquida.

3.7 Contas a receber vinculadas à concessão

3.7.1 Ativo financeiro - distribuição

Refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que, no entendimento da Administração, assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Copel Distribuição pelos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados, por meio da tarifa, até o vencimento da concessão, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Esses ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a premissa da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes desta infraestrutura (ativo físico).

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

3.7.2 Ativo financeiro - transmissão

Refere-se a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários e (ii) remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita dos contratos de concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida, denominada Receita Anual Permitida - RAP, a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infraestrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e portanto, são classificados como “empréstimos e recebíveis”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

Especificamente ao Contrato de Concessão 060/2001, adições subsequentes à renovação que representem ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura são reconhecidas como ativo financeiro, em virtude de representar futura geração de caixa operacional adicional, conforme regulamentação específica do poder concedente.

3.8 Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão

Referem-se a valores a receber previstos na Medida Provisória 579/12 - MP 579, convertida na Lei nº12.783/13, em virtude da opção da Copel Geração e Transmissão pela prorrogação do contrato de concessão de transmissão nº 060/2001.

Para os ativos que entraram em operação após maio de 2000, conforme Nota Técnica 396/12 - SRE/ANEEL, o recebimento da indenização foi parcelado em 31 prestações mensais com vencimento a partir de janeiro de 2013, calculadas pelo Sistema de Amortização Constante - SAC, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remunerada pelo WACC de 5,59% real ao ano.

Para os ativos não depreciados, existentes em 31.05.2000, o artigo 1º da resolução normativa Aneel nº 589 de 13.12.2013 define metodologia a ser aplicada na mensuração do valor da indenização. Esta resolução limitou-se apenas a reconhecer o direito das concessionárias à indenização definindo a forma da sua valoração. A Administração realizou avaliação dos ativos passíveis de indenização, aplicando a metodologia proposta e concluiu que a expectativa de indenização suporta os montantes registrados em 31.12.2014. A Administração contratou empresa especializada para a elaboração do laudo conforme previsto em resolução, o qual está em elaboração, que deverá ser protocolado na Aneel até 31.03.2015.

3.9 Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.10 Tributos

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

As receitas de ativos financeiros setoriais reconhecidas na demonstração do resultado conforme OCPC 08, consistente com o procedimento adotado em exercícios anteriores, estão sendo tributadas no momento de seu faturamento ao consumidor final.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzindo os custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Para fins de apuração dos resultados tributáveis foi adotado o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, considerou-se os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. A Companhia e suas subsidiárias integrais não optaram em 2014 pela adoção inicial da Lei 12.973 de 13.05.2014.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.11 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público estão depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens

vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica estão sendo depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. A vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

3.12 Intangível

3.12.1 Contrato de concessão - distribuição de energia elétrica

Compreende o direito ao acesso e de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pelo operador como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 - Ativos Intangíveis, o ICPC 01 e o OCPC 05 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo a parcela remanescente após a determinação do ativo financeiro (valor residual), em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores, portanto, com risco de demanda.

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

3.12.2 Contrato de concessão - distribuição de gás

Ativo intangível relativo à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás que corresponde ao direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás. Para fins de divulgação, os valores relativos à construção de infraestrutura e aquisição de bens são considerados como prestação de serviços do Poder Concedente, o Estado do Paraná.

Este ativo intangível é avaliado inicialmente pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A controlada Compagás utiliza o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente da concessão, dos dois o menor.

Também integram este ativo intangível os valores de ativos representados por softwares, adquiridos de terceiros e os gerados internamente, que são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

3.12.3 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.12.4 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.14 Dividendos

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal. Contudo, a Administração deliberou acrescentar na citada base de cálculo a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, de que trata o item 28 do ICPC nº 10, de forma a anular o efeito causado ao resultado pelo aumento da despesa com depreciação, decorrente da adoção das normas contábeis por ele estabelecidas, bem como pelo CPC nº 27 - Ativo Imobilizado. Este procedimento reflete a política de remuneração aos acionistas da Companhia, a qual será praticada durante a realização de toda a reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas ao final do exercício.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral Ordinária - AGO, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no estatuto social, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da AGO, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

3.15 Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios a empregados. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.16 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética, conforme Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 504/12 e 556/13.

3.17 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

3.18 Provisão de custos socioambientais ou obrigações socioambientais

É registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado ou intangível em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.19 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sim do que não ocorrer.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.20 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária tem direito a um voto. As ações preferenciais não têm direito a voto e são de classes "A" e "B".

As ações preferenciais classe "A" têm prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos mínimos de 10% a.a., não cumulativos, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações.

As ações preferenciais classe "B" têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos, correspondentes à parcela do valor equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações. Os dividendos assegurados à classe "B" são prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente são pagos à conta dos lucros remanescentes, depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe "A".

De acordo com o artigo 17 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 6.404/76, os dividendos atribuídos às ações preferenciais são, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

3.21 Ajustes de avaliação patrimonial

Na adoção inicial das IFRS, foram reconhecidos os valores justos do ativo imobilizado - custo atribuído. A contrapartida desse ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, inclusive por equivalência patrimonial. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de lucros acumulados, na medida em que ocorra a depreciação ou eventual baixa dos itens avaliados.

Nessa conta também são registrados os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros disponíveis para venda, bem como os ajustes dos passivos atuariais.

3.22 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

3.23 Lucro por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação é calculado com base na média ponderada do número de ações em circulação durante o período de divulgação. Para todos os períodos apresentados, a Companhia não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

Uma vez que os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos a dividendos, a voto e a liquidação diferentes, os lucros básicos e diluídos por ação foram calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados, conforme o estatuto social da Companhia e os direitos de participação sobre lucros não-distribuídos calculados de acordo com o direito a dividendos de cada classe de ações.

3.24 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.25 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

3.25.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica, não faturada ao consumidor, calculada em base estimada referente ao período da última medição efetuada até o último dia do mês.

3.25.2 Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos/instrumentos financeiros é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido.

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.26 Receita de construção e custo de construção

As controladas da Companhia contabilizam as receitas de construção relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica conforme estágio de execução.

Os respectivos custos são reconhecidos, quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício como custo de construção.

Considerando que a Copel Distribuição terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas e o grande volume de obras é realizado em curto prazo de tempo, e por não ser uma atividade fim, a margem de construção para a atividade de distribuição resulta em valores não significativos.

A margem de construção adotada para a atividade transmissão referente ao exercício de 2014 e de 2013 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

Na construção da infraestrutura de distribuição de gás, semelhante a Copel Distribuição, a receita é reconhecida por um montante igual ao seu custo, uma vez que a construção da infraestrutura é realizada por partes não relacionadas, durante curto prazo de tempo.

3.27 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração das empresas quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3.28 Segmentos operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

3.29 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

3.30 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas, assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3.31 Novas normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas a seguir. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento da receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º.01.2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações e ainda não escolheram o método de transição para a nova norma nem determinaram os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e bancos conta movimento	1.485	1.787	152.373	130.311
Aplicações financeiras de liquidez imediata	33.377	8.623	587.758	1.611.321
	34.862	10.410	740.131	1.741.632

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível	Indexador	Controladora		Consolidado	
	NE 35.1		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Títulos disponíveis para venda						
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	-	-	93.558	26.995
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	-	-	87.979	130.369
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	56	96	36.718	36.983
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Pré-Fixada	-	-	17.153	63.663
LF Caixa	2	CDI	-	-	12.450	11.141
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	1	CDI	-	-	2.001	1.990
Cotas de fundos de investimentos	1	CDI	96	90	99	90
			152	186	249.958	271.231
Títulos para negociação						
Cotas de fundos de investimentos	2	CDI	-	-	164.281	93.529
LTN	1	Selic	-	-	52.798	60.800
Fundo Multimercado	2	CDI	-	-	43.021	-
Letras Financeiras	2	CDI	-	-	32.041	13.375
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	2	CDI	-	-	14.224	38.433
Certificado de Recebimentos Imobiliários - CRI	2	IGPDI	-	-	12.230	-
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	-	-	10.320	24.164
Loan - Operação de Crédito (Mútuo)	2	IPCA	-	-	8.357	-
Debêntures	2	CDI	-	-	2.961	3.215
CDB	2	CDI	-	-	1.128	-
Tesouraria	1	-	-	-	6	-
LFT	1	Selic	-	-	-	5.011
			-	-	341.367	238.527
			152	186	591.325	509.758
Circulante			152	186	459.115	389.222
Não circulante			-	-	132.210	120.536

A Copel e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 60 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

Entre os principais valores aplicados, estão fundos exclusivos e garantias:

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Fundos exclusivos		
Copel Geração e Transmissão - Banco do Brasil	65.391	99.843
Copel Distribuição - Banco do Brasil	3	3
UEG Araucária - BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	167.629	124.946
UEG Araucária - Banco do Brasil	90.521	113.546
UEG Araucária - Caixa Econômica Federal	21.704	-
UEG Araucária - Bradesco	61.370	-
	406.618	338.338
Garantias		
Leilões da Aneel	3.753	374
Contratos de Comercialização de Energia (Garantia CCEE)	81.926	118.647
Financiamentos para construção de Usinas Hidrelétricas e Linhas de Transmissão	62.049	16.452
Atendimento do art. 17 da lei nº 11.428 e eventual autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	36.662	33.849
	184.390	169.322

6 Cauções e Depósitos Vinculados

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Caução STN (6.1)	56.956	45.371
Outros	13.497	1.976
	70.453	47.347
Circulante	13.497	1.976
Não circulante	56.956	45.371

6.1 Caução - Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Constituição de garantias, sob a forma de caução em dinheiro, destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos *Par Bond* e *Discount Bond*, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024 (NE nº 22.1). Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

7 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2014	Saldo 31.12.2013
Consumidores					
Residencial	188.300	109.802	45.809	343.911	262.180
Industrial	172.436	30.312	17.821	220.569	170.320
Comercial	147.786	34.624	20.230	202.640	152.308
Rural	28.049	9.717	2.216	39.982	35.054
Poder público	26.214	19.382	10.911	56.507	68.962
Iluminação pública	20.581	113	126	20.820	16.379
Serviço público	21.042	466	439	21.947	29.528
Receita de fornecimento não faturada	414.774	-	-	414.774	274.059
Parcelamento de débitos	116.463	5.916	25.486	147.865	99.655
Subsídio baixa renda - Eletrobras	13.368	-	-	13.368	25.415
Governo do Paraná - luz fraterna (NE nº 16.1.1)	2.680	-	-	2.680	78.987
Outros créditos	43.206	11.076	48.813	103.095	58.379
	1.194.899	221.408	171.851	1.588.158	1.271.226
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
CCEAR - leilão	87.823	805	6.646	95.274	106.060
Contratos bilaterais	98.424	-	25	98.449	79.031
CCEE (7.1)	483.685	11.201	14	494.900	45.642
Regime de Cotas	2	-	2	4	-
Ressarcimento de geradores	-	-	1.256	1.256	1.256
	669.934	12.006	7.943	689.883	231.989
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	16.028	-	2.357	18.385	17.110
Rede básica e de conexão	12.327	615	4.346	17.288	14.668
	28.355	615	6.703	35.673	31.778
Telecomunicações	6.080	9.501	36.353	51.934	40.279
Distribuição de gás	44.332	2.306	437	47.075	32.496
PCLD (7.2)	-	-	(158.211)	(158.211)	(137.454)
	1.943.600	245.836	65.076	2.254.512	1.470.314
Circulante	1.867.904	245.836	65.076	2.178.816	1.337.628
Não circulante	75.696	-	-	75.696	132.686

7.1 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Do saldo apresentado referente às parcelas de novembro e dezembro de 2014, o valor de R\$ 470.268 refere-se a UEG Araucária. A liquidação financeira referente aos meses de novembro e dezembro foi recebida parcialmente, nos valores de R\$ 160.757, em 14.01.2015 e de R\$ 124.273 em 10.02.2015, respectivamente. O saldo remanescente, referente a liquidação financeira dos meses de novembro e dezembro, tem previsão de recebimento para o mês de março de 2015.

7.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2013	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2014
Consumidores, concessionárias e permissionárias							
Residencial	39.229	19.197	(12.249)	46.177	25.323	(11.982)	59.518
Industrial	30.992	9.739	(5.700)	35.031	14.762	(11.479)	38.314
Comercial	24.012	5.285	(2.532)	26.765	18.400	(5.327)	39.838
Rural	5.526	1.621	(740)	6.407	(4.798)	(336)	1.273
Poder público	9.316	3.727	-	13.043	(3.888)	-	9.155
Iluminação pública	129	(48)	-	81	-	-	81
Serviço público	113	70	-	183	71	6	260
Concessionárias e permissionárias	224	6.414	(125)	6.513	917	(701)	6.729
Telecomunicações	3.221	866	(833)	3.254	1.023	(1.234)	3.043
	112.762	46.871	(22.179)	137.454	51.810	(31.053)	158.211

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Por meio do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, foi renegociado, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo em 31.12.2004, da Conta de Resultados a Compensar - CRC, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas, conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

8.1 Mutação do CRC

Controladora e consolidado	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 1º.01.2013	75.930	1.308.354	1.384.284
Juros	87.149	-	87.149
Variação monetária	2.522	69.677	72.199
Transferências	82.925	(82.925)	-
Amortizações	(163.078)	-	(163.078)
Em 31.12.2013	85.448	1.295.106	1.380.554
Juros	86.630	-	86.630
Variação monetária	1.418	47.584	49.002
Transferências	93.161	(93.161)	-
Amortizações	(172.078)	-	(172.078)
Em 31.12.2014	94.579	1.249.529	1.344.108

8.2 Vencimento das parcelas de longo prazo

Controladora e consolidado	31.12.2014
2016	100.869
2017	107.577
2018	114.732
2019	122.362
2020	130.499
Após 2021	673.490
	1.249.529

9 Ativos Financeiros Setoriais Líquidos

Conforme mencionado na NE nº 3.6, a Copel Distribuição aplicou o OCPC 08 a partir do exercício findo em 31.12.2014, registrando um ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional líquida. A possibilidade desse registro se concretizou quando da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 046/99, em 10.12.2014. A composição e a movimentação dos ativos financeiros setoriais estão demonstradas a seguir.

9.1 Mutação dos ativos financeiros setoriais líquidos

	Reconhecimento inicial em 10.12.2014	Diferimento	Amortização	Atualização	Saldo em 31.12.2014
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	4.757	-	(503)	-	4.254
Encargos de uso do sistema de transmissão - rede básica	89.226	8.932	(1.692)	386	96.852
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	(94.232)	(13.789)	(292)	(388)	(108.701)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	(370.572)	(8.182)	9.663	(1.674)	(370.765)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	16.304	635	(137)	90	16.892
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	5.148	-	(544)	-	4.604
Energia elétrica comprada para revenda - CVA Energ	601.099	18.976	(19.175)	2.574	603.474
Transporte de energia comprada de Itaipu	1.867	201	(20)	9	2.057
Outros componentes financeiros	751.342	43.143	(8.289)	6.281	792.477
	1.004.939	49.916	(20.989)	7.278	1.041.144
				Circulante	609.298
				Não Circulante	431.846

9.2 Composição dos saldos de ativos financeiros setoriais líquidos por ciclo tarifário

Consolidado	Ativo circulante	Ativo não circulante
	31.12.2014	31.12.2014
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2014		
CCC	4.254	-
Rede básica	14.304	-
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	2.469	-
ESS	(81.703)	-
CDE	1.160	-
Proinfa	4.604	-
CVA Energ	162.114	-
Transporte de energia comprada de Itaipu	165	-
Outros componentes financeiros	70.085	-
	177.452	-
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2015		
Rede básica	41.274	41.274
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	(55.585)	(55.585)
ESS	(144.531)	(144.531)
CDE	7.866	7.866
CVA Energ	220.680	220.680
Transporte de energia comprada de Itaipu	946	946
Outros componentes financeiros		
Diferimento IRT 2013	140.337	140.337
Diferimento IRT 2014 (constituição)	159.364	159.634
Outros componentes financeiros	61.495	61.495
	431.846	431.846
	609.298	431.846

9.3 Reajuste tarifário da Copel Distribuição

Em 24.06.2014, a Aneel homologou o Reajuste Tarifário Anual da Copel Distribuição pela Resolução Homologatória nº 1.740, em que autoriza a aplicação de 35,05% no reajuste das tarifas. Este reajuste não inclui a parcela correspondente ao diferimento parcial do reajuste tarifário 2013, solicitado pela Copel Distribuição e aprovado pela Aneel naquele ano, no montante atualizado de R\$ 275.910 em junho de 2014. Caso este valor fosse considerado, o percentual de reajuste em 2014 chegaria a 39,71%.

A Copel Distribuição solicitou junto à Aneel o efeito suspensivo do reajuste tarifário 2014, com a perspectiva de diferimento na aplicação do índice de reajuste tarifário autorizado de 35,05%. Atendendo à solicitação da Companhia, em 22.07.2014 pela Resolução Homologatória nº 1.763, a Aneel aprovou o diferimento parcial do reajuste tarifário de 2014, equivalente ao valor de R\$ 622.427.

Em 31.12.2014, os valores dos diferimentos acumulados e corrigidos pelo IGP-M somam o montante de R\$ 776.854 composto pelo diferimento IRT 2013, no valor de R\$ 177.452, diferimento IRT 2014 (constituição), no valor de R\$ 280.674, e o saldo remanescente dos Ativos Financeiros Setoriais - Reajuste Tarifário 2014, no valor de R\$ 318.728.

Considerando a aprovação do diferimento de 2014 e a prorrogação do diferimento de 2013, a serem incluídos nos processos de reajuste tarifário subsequentes, a aplicação do reajuste médio foi de 24,86%, retroativo a 24.06.2014.

10 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

10.1 Mutações das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante		Consolidado
		Ativo	Obrigações especiais (a)	
Em 1º.01.2013	5.319	4.557.599	(1.911.773)	2.651.145
Capitalizações do intangível em curso	-	712.947	(82.878)	630.069
Transferências entre circulante e não circulante	21.532	(21.532)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(22.455)	-	-	(22.455)
Transferências para o imobilizado	-	(1.562)	-	(1.562)
Transferências do imobilizado - Resolução nº 367/2009	-	1.082	-	1.082
Transferências para o intangível em serviço	-	(2.589)	-	(2.589)
Variação monetária	-	210.310	(102.051)	108.259
Remuneração	-	33.974	-	33.974
Receita de construção	-	136.536	-	136.536
Baixas	-	(28.233)	3.235	(24.998)
Baixas - Resolução nº 367/2009	-	(20.797)	-	(20.797)
Em 31.12.2013	4.396	5.577.735	(2.093.467)	3.488.664
Capitalizações do intangível em curso	-	785.325	(119.829)	665.496
Transferências entre circulante e não circulante	38.741	(38.741)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(35.707)	-	-	(35.707)
Transferências para o imobilizado	-	(11.073)	-	(11.073)
Variação monetária	-	148.864	(71.875)	76.989
Remuneração	-	58.782	-	58.782
Receita de construção	-	206.150	-	206.150
Baixas	-	(40.050)	16.166	(23.884)
Em 31.12.2014	7.430	6.686.992	(2.269.005)	4.425.417

A Administração realizou avaliação dos ativos passíveis de indenização, aplicando a metodologia do valor novo de reposição e concluiu que a sua expectativa de indenização suporta os montantes registrados em 31.12.2014.

10.2 Compromissos relativos às concessões de transmissão

Compromissos assumidos com os fornecedores de equipamentos e serviços referentes aos seguintes empreendimentos:

Linhas de Transmissão e Subestações	Valor
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté	233.974
Contrato nº 022/12 - LT 230 kV - Foz do Chopim - Salto Osório C2 e Londrina Figueira	38.457
Contrato nº 002/13 - LT 230 kV - Assis - Paraguaçu Paulista	48.254
Contrato nº 005/14 - LT 230kV Bateias - Curitiba Norte e SE 230kV Curitiba Norte	51.800
Contrato nº 021/14 - LT 230kV Foz do Chopim Realeza Sul e SE 230 kV Realeza Sul	2.933
Contrato nº 022/14 - LT 500kV Londrina - Assis	6.244

11 Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação da Concessão

A Companhia recebeu as parcelas vencidas até setembro de 2014, sendo que a expectativa da Administração é o recebimento das demais parcelas em atraso, no montante de R\$ 95.619, em 31.12.2014, assim que os recursos da CDE sejam recompostos pelo Poder Concedente.

11.1 Mutação das contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado
Em 1�.01.2013	356.085	717.805	1.073.890
Transferências do não circulante para o circulante	352.160	(352.160)	-
Amortizações	(440.656)	-	(440.656)
Variação monetária	43.591	-	43.591
Remuneração	40.981	-	40.981
Em 31.12.2013	352.161	365.645	717.806
Transferências	205.428	(205.428)	-
Amortizações	(306.814)	-	(306.814)
Variação monetária	28.672	-	28.672
Remuneração	21.599	-	21.599
Em 31.12.2014	301.046	160.217	461.263

12 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Repass� CDE (12.1)	-	-	210.808	51.067
Serviços em curso (a)	10.795	3.226	96.107	94.000
Adiantamento a fornecedores (b)	-	6	95.311	122.311
Adiantamento a empregados	1.537	533	24.452	27.831
Adiantamento para indenizações imobiliárias	-	-	16.159	40.403
Desativa��es em curso	-	-	11.211	10.980
Parcerias em consórcios	-	-	102	25.540
Outros créditos	666	104	46.992	53.193
	12.998	3.869	501.142	425.325
Circulante	12.695	3.869	415.818	395.890
Não circulante	303	-	85.324	29.435

- (a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- (b) Referem-se a adiantamentos previstos em cláusulas contratuais.

12.1 Repasse CDE

O saldo apresentado em 31.12.2014 de R\$ 210.808 refere-se a recursos da CDE para cobrir os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição, de acordo com a Resolução Homologatória n  1.586 de 13.08.2013. A Aneel homologou o valor mensal de R\$ 28.697 (Resolução n  1.763/14) a ser repassado à Copel Distribuição, em recursos da CDE, no período de junho/2014   maio/2015, sendo R\$ 26.712 para custear descontos incidentes sobre as tarifas conforme estabelecido no Decreto n  7.891 de 23.01.2013 e R\$ 1.985 referente à diferença entre os valores previstos e os realizados no período de fevereiro/2013 a maio/2014. A Companhia recebeu as parcelas referentes  t  a competência de maio/2014 em 31.12.2014, recebendo duas parcelas (junho e julho de 2014) em janeiro de 2015, tendo a expectativa de receber as demais assim que a CDE tiver seu fundo recomposto pelas quotas de 2015.

Do saldo apresentado em 31.12.2013, o valor de R\$ 30.025, repassado em 2014, refere-se a recursos da CDE para compensação de custos adicionais de energia previstos no Decreto nº 7.945 de 07.03.2013, com finalidade de neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, bem como do risco hidrológico verificado no período e que levou ao despacho de usinas termoeletricas acionadas em razão de segurança energética.

13 Estoques

Consolidado		
Operação / Manutenção	31.12.2014	31.12.2013
Copel Distribuição	101.399	96.866
Copel Geração e Transmissão	29.389	31.298
Copel Telecomunicações	17.684	10.046
Compagás	2.150	1.068
	150.622	139.278

14 Tributos

14.1 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativo circulante				
IR e CSLL a compensar	114.730	42.494	448.599	375.722
IR e CSLL a compensar com o passivo	(35.818)	-	(343.525)	(242.564)
	78.912	42.494	105.074	133.158
Ativo não circulante				
IR e CSLL a recuperar	114.195	169.717	128.615	197.659
	114.195	169.717	128.615	197.659
Passivo circulante				
IR e CSLL a recolher	38.260	-	653.406	540.184
IR e CSLL a compensar com o ativo	(35.818)	-	(343.525)	(242.564)
	2.442	-	309.881	297.620

14.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

14.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em	Reconhecido	Reconhecido	Saldo em	Reconhecido	Reconhecido	Saldo em
	1º.01.2013	no resultado	no resultado	31.12.2013	no resultado	no patrimônio	31.12.2014
		do exercício	abrangente		do exercício	abrangente	
Ativo não circulante							
Provisões para litígios	102.780	(8.313)	-	94.467	6.623	-	101.090
Amortização do direito de concessão	18.085	257	-	18.342	256	-	18.598
Provisão Finam	4.795	(710)	-	4.085	(628)	-	3.457
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	-	-	738	738	-	1.262	2.000
PCLD	1.478	-	-	1.478	-	-	1.478
Planos previdenciário e assistencial	-	-	-	-	771	-	771
Juros sobre o capital próprio	21.709	(21.709)	-	-	-	-	-
Outros	431	1.341	-	1.772	208	-	1.980
	149.278	(29.134)	738	120.882	7.230	1.262	129.374
(-) Passivo não circulante							
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297	-	-	25.297
Efeitos CPC 38 instrumentos financeiros	6.787	(2.303)	(104)	4.380	1.536	(65)	5.851
	32.084	(2.303)	(104)	29.677	1.536	(65)	31.148
Líquido	117.194	(26.831)	842	91.205	5.694	1.327	98.226

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido no resultado abrangente do exercício	Outros	Saldo em 31.12.2013	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido no resultado abrangente do exercício	Saldo em 31.12.2014
Ativo não circulante								
Provisões para litígios	338.028	37.308	-	-	375.336	92.229	-	467.565
Efeitos CPC 01 - redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	274.476	-	274.476
Planos previdenciário e assistencial	178.312	17.172	-	-	195.484	24.887	-	220.371
Provisão para compra de energia	97.033	8.074	-	-	105.107	57.136	-	162.243
Provisão para P&D e PEE	46.790	19.976	-	-	66.766	26.815	-	93.581
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	58.944	-	73.579	-	132.523	-	(48.584)	83.939
PCLD	41.452	8.230	-	-	49.682	11.492	-	61.174
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	87.299	(17.717)	-	-	69.582	(23.323)	-	46.259
Amortização do direito de concessão	36.429	257	-	-	36.686	256	-	36.942
Provisão para participação nos lucros	9.671	16.882	-	-	26.553	3.885	-	30.438
INSS - liminar sobre depósito judicial	-	6.773	-	16.483	23.256	6.351	-	29.607
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	7.227	-	-	9.713	8.115	-	17.828
Provisão para perdas tributárias	14.847	93	-	-	14.940	2.174	-	17.114
PSDV	53.986	(52.670)	-	-	1.316	(1.292)	-	24
Juros sobre capital próprio	21.709	(21.709)	-	-	-	-	-	-
Outros	18.916	(1.501)	579	-	17.994	7.252	(408)	24.838
	1.005.902	28.395	74.158	16.483	1.124.938	490.453	(48.992)	1.566.399
(-) Passivo não circulante								
Efeitos CPC 27 - custo atribuído	689.160	(52.619)	-	-	636.541	(50.760)	-	585.781
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-	353.989	-	353.989
Diferimento de ganho de capital	175.450	(67.916)	-	-	107.534	(67.916)	-	39.618
Provisão para deságio	25.297	-	-	-	25.297	-	-	25.297
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	115	-	-	-	115	19.113	-	19.228
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	15.042	(5.885)	(1.881)	-	7.276	1.235	(110)	8.401
Capitalização de encargos financeiros	5.357	-	-	-	5.357	-	-	5.357
Outros	4.732	5.364	(190)	-	9.906	8.939	(945)	17.900
	915.153	(121.056)	(2.071)	-	792.026	264.600	(1.055)	1.055.571
Líquido	90.749	149.451	76.229	16.483	332.912	225.853	(47.937)	510.828
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	681.285				753.413			526.046
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(590.536)				(420.501)			(15.218)
Líquido	90.749				332.912			510.828

14.3 Outros tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	92.247	43.092
PIS/Pasep e Cofins a compensar	-	-	69.771	61.093
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	-	(66.263)	(35.596)
Outros tributos a compensar	-	-	530	1.424
	-	-	96.285	70.013
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	34.977	72.347
PIS/Pasep e Cofins	-	-	55.206	51.653
Outros tributos a compensar	-	-	33.298	498
	-	-	123.481	124.498
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	85.674	184.369
PIS/Pasep e Cofins a recolher	5.568	25.400	97.758	79.291
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	-	-	(66.263)	(35.596)
IRRF sobre JSCP	-	-	2.222	39.440
Outros tributos	29	81	17.938	33.227
	5.597	25.481	137.329	300.731
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	820	40	87.129	68.402
	820	40	87.129	68.402

14.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.238.514	1.099.391	1.857.631	1.506.504
IRPJ e CSLL (34%)	(421.095)	(373.793)	(631.595)	(512.211)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	376.260	283.340	47.897	32.423
Juros sobre o capital próprio	10.200	61.200	10.200	61.200
Dividendos	238	309	238	309
Finam	1.745	1.972	1.745	1.972
Despesas indedutíveis	(39)	(20)	(8.209)	(3.130)
Incentivos fiscais	103	-	20.248	10.364
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	-	35.146	-
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	1.924	-
Outros	24	161	390	4.004
IRPJ e CSLL correntes	(38.258)	-	(747.869)	(554.520)
IRPJ e CSLL diferidos	5.694	(26.831)	225.853	149.451
Alíquota efetiva - %	2,6%	2,4%	28,1%	26,9%

15 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Fiscais	272.462	271.827	437.100	417.570
Trabalhistas	1.085	-	144.251	118.240
Cíveis				
Fornecedores	-	-	95.558	95.558
Cíveis	389	288	43.412	28.849
Servidões de passagem	-	-	8.036	8.106
Consumidores	-	-	3.391	2.397
	389	288	150.397	134.910
Outros	-	-	4.505	4.505
	273.936	272.115	736.253	675.225

16 Partes Relacionadas

16.1 Créditos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Controlador				
Estado do Paraná (16.1.1)	137.137	-	137.137	-
	137.137	-	137.137	-
Controladas				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Copel Geração e Transmissão	202.617	321.902	-	-
Copel Distribuição	124.791	-	-	-
Copel Telecomunicações	31.300	21.585	-	-
Compagás	7.312	2.239	-	-
Elejor	3.189	28.718	-	-
UEG Araucária	6.267	-	-	-
Nova Asa Branca I	113	-	-	-
Nova Asa Branca II	155	-	-	-
Nova Asa Branca III	74	-	-	-
Nova Eurus IV	46	-	-	-
Santa Maria	170	-	-	-
Santa Helena	175	-	-	-
Ventos de Santo Uriel	235	5	-	-
	376.444	374.449	-	-
Compartilhamento de estrutura				
Copel Renováveis	1.137	-	-	-
Copel Participações	788	-	-	-
	1.925	-	-	-
Financiamentos repassados - STN				
Copel Distribuição (16.1.2)	71.197	64.815	-	-
	71.197	64.815	-	-
Coligadas e Controladas em conjunto				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Dona Francisca Energética	-	85	-	85
Sanepar	6.211	-	6.211	-
Dominó Holdings	1.211	6.311	4.072	6.311
Costa Oeste	-	-	313	478
Marumbi	-	-	2.211	403
Transmissora Sul Brasileira	-	-	665	360
Caiuá	-	-	566	88
Integração Maranhense	-	-	227	227
Matrinchã	-	-	8.116	840
Guaraciaba	-	-	3.930	182
Cantareira	-	-	21	-
	7.422	6.396	26.332	8.974
Outros investimentos	-	526	-	526
	594.125	446.186	163.469	9.500
Ativo circulante - Dividendos a receber	383.866	381.371	26.332	9.500
Ativo circulante - Partes relacionadas	1.925	-	-	-
Ativo não circulante	208.334	64.815	137.137	-

16.1.1 Crédito referente Luz Fraterna

A Diretoria da Copel, através da 2065ª Redir de 10.09.2013, aprovou a transferência da dívida do Governo do Estado do Paraná relativa ao Programa Luz Fraterna, da Copel Distribuição para a Copel, bem como a alteração dos procedimentos para que futuras dívidas deste programa de governo sejam assumidas pela Copel.

A Aneel, por meio do despacho nº 1.560 de 13.05.2014, anuiu a transação. Em 31.05.2014 foi celebrado o “Instrumento de Cessão de Crédito” transferindo os direitos creditórios da Copel Distribuição para a Copel, da conta Luz Fraterna, referente ao período de setembro de 2010 a fevereiro de 2014, incluindo os encargos por atraso no pagamento (multa de 2%, atualização monetária pela variação do IGPM e juros de 1% ao mês), totalizando o montante de R\$ 115.696, com vencimento em 31.05.2014. A Copel, por sua vez, realizou o repasse da mesma quantia à Copel Distribuição para quitação das faturas vencidas.

O Instrumento também prevê que a Copel Distribuição realize semestralmente a transferência à Copel, a título de direitos creditórios, dos faturamentos subsequentes e respectivos encargos por atraso no pagamento (multa de 2%, atualização monetária pela variação do IGPM e juros de 1% ao mês) referentes ao Programa Luz Fraterna eventualmente não quitados a partir de 1º.03.2014. Nesse contexto, em 2014 foi transferido o valor de R\$ 21.441.

A Copel, por sua vez, deverá realizar o repasse da mesma quantia à Copel Distribuição para quitação das faturas vencidas. Caso venha a ocorrer inadimplemento do repasse por parte da Copel para a Copel Distribuição, implicará na atualização monetária dos valores pela variação do IGPM até o efetivo repasse.

Com base no Instrumento de Cessão de Crédito a Copel emitirá nota de débito ao Governo do Estado do Paraná. A partir da data de emissão da nota de débito até o efetivo pagamento pelo Governo do Estado do Paraná, incidirá atualização monetária pela variação do IGPM e juros de 1% ao mês.

16.1.2 Financiamentos repassados - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais, quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

Os financiamentos mencionados são repassados com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e são apresentados separadamente, como crédito com as subsidiárias integrais, e como obrigações por empréstimos e financiamentos nas subsidiárias (NE nº 22.1).

16.2 Obrigações com partes relacionadas

Em 31.12.2013, o saldo da CRC, no valor de R\$ 1.380.554, foi transferido da Copel Distribuição para a Copel, conforme anuência da Aneel, Despacho nº 4.222 de 11.12.2013, com quitação de dívida por mútuo existente, no valor de R\$ 912.237. O saldo remanescente, no valor de R\$ 468.317, foi pago em 3 parcelas consecutivas até 12.05.2014.

17 Investimentos

17.1 Combinação de negócios

17.1.1 São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

A Companhia adquiriu da Galvão Participações S.A., em 16.10.2014, 100% das ações da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. que detém o controle societário das empresas GE Olho D'Água S.A., GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A. e GE São Bento do Norte S.A..

A aquisição do controle desse empreendimento atende ao objetivo estratégico da Copel de aumentar a participação no segmento de geração por meio de fontes renováveis em sua matriz energética.

O direito de autorização gerado na aquisição, alocado no grupo de Investimentos no balanço individual da Controladora, e no grupo Intangível no balanço consolidado, será amortizado a partir de janeiro de 2015 até o vencimento das autorizações das empresas controladas pela São Bento Energia, em 2046:

	Participação adquirida
Contraprestação transferida	213.426
Ativos líquidos adquiridos em 30.09.2014	(124.589)
Direito de autorização	88.837

Os dados seguintes detalham a composição dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos que foram reconhecidos na data da aquisição, e que correspondem aos seus valores justos:

30.09.2014	Ativos líquidos adquiridos
ATIVO	136.369
Ativo circulante	13.378
Ativo não circulante	122.991
Realizável a longo prazo	178
Investimentos	122.813
PASSIVO	136.369
Passivo circulante	11.774
Passivo não circulante	6
Patrimônio líquido	124.589

Caso este empreendimento tivesse sido consolidado a partir de 1º.01.2014, na demonstração do resultado consolidado teria sido incluído o lucro de R\$ 9.845.

17.2 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2014	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Combinação de negócios	Amorti- zação	Dividendos e JSCP propostos	Outros	Saldo em 31.12.2014
Controladas (17.3)									
Copel Geração e Transmissão	6.796.817	682.386	63.278	-	-	-	(1.057.903)	-	6.484.578
Copel Distribuição	3.366.685	437.864	46.817	603.000	-	-	(124.791)	-	4.329.575
Copel Telecomunicações	352.939	58.584	(11.081)	36.100	-	-	(19.385)	-	417.157
Copel Renováveis	407	(7.757)	(2.265)	7.470	-	-	-	-	(2.145)
Copel Participações	407	(4.215)	249	5.052	-	-	-	226.889 (a)	228.382
UEG Araucária	140.352	94.330	-	-	-	-	(44.267)	-	190.415
Compagás	120.168	30.786	(790)	-	-	-	(8.371)	-	141.793
Elejor	50.412	13.429	(1.282)	-	-	-	(3.189)	-	59.370
Elejor - direito de concessão	16.779	-	-	-	-	(755)	-	-	16.024
São Bento	-	4.432	-	-	124.589	-	-	-	129.021
São Bento - direito de autorização	-	-	-	-	88.837	-	-	-	88.837
Cutia	-	(342)	-	24.417	11.613	-	-	20.590 (b)	56.278
Cutia - direito de autorização	-	-	-	-	8.712	-	-	-	8.712
Nova Asa Branca I	10.864	1.586	-	-	-	-	(113)	-	12.337
Nova Asa Branca I - direito de autorização	51.659	-	-	3.320	-	-	-	-	54.979
Nova Asa Branca II	13.505	2.012	-	-	-	-	(155)	-	15.362
Nova Asa Branca II - direito de autorização	51.745	-	-	3.342	-	-	-	-	55.087
Nova Asa Branca III	14.678	1.160	-	-	-	-	(74)	-	15.764
Nova Asa Branca III - direito de autorização	49.948	-	-	3.394	-	-	-	-	53.342
Nova Eurús IV	10.857	882	-	-	-	-	(46)	-	11.693
Nova Eurús IV - direito de autorização	53.154	-	-	3.429	-	-	-	-	56.583
Santa Maria	31.029	1.465	-	29.700	-	-	(170)	-	62.024
Santa Maria - direito de autorização	26.813	-	-	2.608	-	-	-	-	29.421
Santa Helena	36.126	1.478	-	30.760	-	-	(175)	-	68.189
Santa Helena - direito de autorização	28.955	-	-	2.719	-	-	-	-	31.674
Ventos de Santo Uriel	14.288	977	-	-	-	-	(231)	-	15.034
Ventos de S. Uriel - direito de autorização	13.445	-	-	1.426	-	-	-	-	14.871
	11.252.032	1.319.057	94.926	756.737	233.751	(755)	(1.258.870)	247.479	12.644.357
Empreendimentos controlados em conjunto (17.4)									
Dominó Holdings	456.703	59.422	(3.316)	-	-	-	(6.804)	(506.005) (c)	-
Cutia	5.625	24	-	145	(5.794)	-	-	-	-
Cutia - direito de autorização	5.809	-	-	-	(5.809)	-	-	-	-
Voltália (17.4.2)	-	1.179	-	51.242	-	-	-	-	52.421
Voltália - direito de autorização (17.4.2)	-	-	-	11.693	-	-	-	-	11.693
	468.137	60.625	(3.316)	63.080	(11.603)	-	(6.804)	(506.005)	64.114
Coligadas (17.5)									
Sanepar	-	15.919	633	-	-	-	(13.357)	279.116 (d)	282.311
Dona Francisca Energética	58.176	10.076	-	-	-	-	(14.344)	-	53.908
Foz do Chopim Energética	15.788	8.467	-	-	-	-	(9.348)	-	14.907
Sercomtel	-	(3.750)	-	3.750	-	-	-	-	-
Carbocampel	1.407	(4)	-	118	-	-	-	-	1.521
Dois Saltos	720	-	-	-	-	-	-	-	720
Copel Amec	182	10	-	-	-	-	-	-	192
Escoelectric	-	(124)	-	258	-	-	-	-	134
	76.273	30.594	633	4.126	-	-	(37.049)	279.116	353.693
Outros investimentos									
Finam	1.323	-	(1)	-	-	-	-	-	1.322
Finor	212	-	11	-	-	-	-	-	223
Investco S.A.	9.210	-	184	-	-	-	-	-	9.394
Nova Holanda Agropecuária S.A.	14.868	-	-	-	-	-	-	(14.868) (e)	-
Provisão para perda Nova Holanda	(6.981)	-	-	-	-	-	-	6.981 (e)	-
Adiantamento para futuro investimento	233.469	-	-	3.494	(218.753)	-	-	(18.210) (f)	-
Outros investimentos	7.076	-	(384)	-	-	-	-	-	6.692
	259.177	-	(190)	3.494	(218.753)	-	-	(26.097)	17.631
	12.055.619	1.410.276	92.053	827.437	3.395	(755)	(1.302.723)	(5.507)	13.079.795

(a) Transferência das ações da Dominó Holdings da Copel para a Copel Participações (NE nº 17.4.1).

(b) Transferência de ativos (projetos) da Copel para a Cutia.

(c) R\$ 279.116: reestruturação societária da Dominó Holdings (NEs nºs 17.4.1 e 17.5.1); e

R\$ 226.889: transferência das ações da Dominó Holdings para a Copel Participações (NE nº 17.4.1).

(d) Aquisição de ações (NE nº 17.5.1).

(e) Alienação do investimento e reversão de provisão para perda.

(f) Transferência para o intangível (NE nº 19).

Controladora	Saldo em 1º.01.2013	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP propostos	Reversão de provisão p/ perda	Saldo em 31.12.2013
Controladas (17.3)								
Copel Geração e Transmissão	6.167.382	1.000.889	(49.212)	-	-	(322.242)	-	6.796.817
Copel Distribuição	3.535.388	(78.509)	(90.194)	-	-	-	-	3.366.685
Copel Telecomunicações	328.145	47.732	(6.934)	-	-	(16.004)	-	352.939
Copel Renováveis	-	(423)	-	830	-	-	-	407
Copel Participações	-	(441)	-	848	-	-	-	407
UEG Araucária	133.119	7.233	-	-	-	-	-	140.352
Compagás	113.375	9.428	-	-	-	(2.635)	-	120.168
Elejor	52.403	29.363	-	-	-	(31.354)	-	50.412
Elejor - direito de concessão	17.534	-	-	-	(755)	-	-	16.779
Nova Asa Branca I	-	(32)	-	10.896	-	-	-	10.864
Nova Asa Branca I - direito de autorização	-	-	-	51.659	-	-	-	51.659
Nova Asa Branca II	-	(15)	-	13.520	-	-	-	13.505
Nova Asa Branca II - direito de autorização	-	-	-	51.745	-	-	-	51.745
Nova Asa Branca III	-	(20)	-	14.698	-	-	-	14.678
Nova Asa Branca III - direito de autorização	-	-	-	49.948	-	-	-	49.948
Nova Eurus IV	-	(26)	-	10.883	-	-	-	10.857
Nova Eurus IV - direito de autorização	-	-	-	53.154	-	-	-	53.154
Santa Maria	-	14	-	31.015	-	-	-	31.029
Santa Maria - direito de autorização	-	-	-	26.813	-	-	-	26.813
Santa Helena	-	46	-	36.080	-	-	-	36.126
Santa Helena - direito de autorização	-	-	-	28.955	-	-	-	28.955
Ventos de Santo Uriel	-	31	-	14.262	-	(5)	-	14.288
Ventos de S. Uriel - direito de autorização	-	-	-	13.445	-	-	-	13.445
	10.347.346	1.015.270	(146.340)	408.751	(755)	(372.240)	-	11.252.032
Empreendimentos controlados em conjunto								
Dominó Holdings	358.114	96.635	18.881	-	-	(16.927)	-	456.703
Cutia	5.247	(465)	-	843	-	-	-	5.625
Cutia - direito de autorização	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	369.170	96.170	18.881	843	-	(16.927)	-	468.137
Coligadas (17.5)								
Sercomtel	10.567	(13.567)	-	3.000	-	-	-	-
Dona Francisca Energética	59.753	8.963	-	-	-	(10.540)	-	58.176
Foz do Chopim Energética	15.872	10.316	-	-	-	(10.400)	-	15.788
Carbocampel	1.413	(6)	-	-	-	-	-	1.407
Dois Saltos	300	-	-	420	-	-	-	720
Copel Amec	180	2	-	-	-	-	-	182
Escoelectric	-	(318)	-	318	-	-	-	-
	88.085	5.390	-	3.738	-	(20.940)	-	76.273
Outros investimentos								
Finam	1.323	-	-	-	-	-	-	1.323
Finor	312	-	(100)	-	-	-	-	212
Investco S.A.	9.282	-	(72)	-	-	-	-	9.210
Nova Holanda Agropecuária S.A.	14.868	-	-	-	-	-	-	14.868
Provisão para perda Nova Holanda	(14.868)	-	-	-	-	-	7.887	(6.981)
Adiantamento para futuro investimento	46.631	-	-	186.838	-	-	-	233.469
Outros investimentos	7.210	-	(134)	-	-	-	-	7.076
	64.758	-	(306)	186.838	-	-	7.887	259.177
	10.869.359	1.116.830	(127.765)	600.170	(755)	(410.107)	7.887	12.055.619

Consolidado	Saldo em 1º.01.2014	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Combinação de negócios	Dividendos e JSCP propostos	Outros	Saldo em 31.12.2014
Empreendimentos controlados em conjunto (17.4)								
Dominó Holdings	456.703	60.739	(2.822)	-	-	(10.170)	(279.116) (a)	225.334
Cutia	5.625	24	-	145	(5.794)	-	-	-
Voltália (17.4.2)	-	1.179	-	51.242	-	-	-	52.421
Voltália - direito de autorização (17.4.2)	-	-	-	11.693	-	-	-	11.693
Costa Oeste	18.700	1.317	-	3.742	-	165	-	23.924
Marumbi	21.797	9.311	-	34.448	-	(1.809)	-	63.747
Transmissora Sul Brasileira	63.797	2.799	-	7.000	-	(305)	-	73.291
Caiuá	40.318	2.009	-	2.911	-	(477)	-	44.761
Integração Maranhense	85.378	3.541	-	2.916	-	-	-	91.835
Matrinchã	97.999	30.553	-	321.987	-	(7.277)	-	443.262
Guaraciaba	38.828	15.783	-	95.117	-	(3.749)	-	145.979
Paranaíba	17.850	3.172	-	47.286	-	-	-	68.308
Mata de Santa Genebra	-	(1.153)	-	27.304	-	-	-	26.151
Cantareira	-	87	-	15.207	-	(21)	-	15.273
	846.995	129.361	(2.822)	620.998	(5.794)	(23.643)	(279.116)	1.285.979
Coligadas (17.5)								
Sanepar	-	15.919	633	-	-	(13.357)	279.116 (b)	282.311
Dona Francisca	58.176	10.076	-	-	-	(14.344)	-	53.908
Foz do Chopim	15.788	8.467	-	-	-	(9.348)	-	14.907
Sercomtel	-	(3.750)	-	3.750	-	-	-	-
Carbocampel	1.407	(4)	-	118	-	-	-	1.521
Dois Saltos	720	-	-	-	-	-	-	720
Copel Amec	182	10	-	-	-	-	-	192
Escoelectric	-	(124)	-	258	-	-	-	134
	76.273	30.594	633	4.126	-	(37.049)	279.116	353.693
Outros investimentos								
Finam	1.323	-	(1)	-	-	-	-	1.322
Finor	212	-	11	-	-	-	-	223
Investco S.A.	9.210	-	184	-	-	-	-	9.394
Nova Holanda Agropecuária S.A.	14.868	-	-	-	-	-	(14.868) (c)	-
Provisão para perda Nova Holanda	(6.981)	-	-	-	-	-	6.981 (c)	-
Bens destinados a uso futuro	4.290	-	-	-	-	-	(2.638) (d)	1.652
Adiantamento para futuro investimento	233.469	-	-	3.494	(218.753)	-	(18.210) (d)	-
Outros investimentos	8.268	-	(384)	3	-	-	-	7.887
	264.659	-	(190)	3.497	(218.753)	-	(28.735)	20.478
	1.187.927	159.955	(2.379)	628.621	(224.547)	(60.692)	(28.735)	1.660.150

(a) Reestruturação societária da Dominó Holdings (NEs nºs 17.4.1 e 17.5.1).

(b) Aquisição de ações (NE nº 17.5.1).

(c) Alienação do investimento e reversão de provisão para perda.

(d) Transferência para o intangível (NE nº 19).

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Dividendos e JSCP propostos	Reversão de provisão p/ perda	Saldo em 31.12.2013
Empreendimentos controlados em conjunto (17.4)							
Dominó Holdings	358.114	96.635	18.881	-	(16.927)	-	456.703
Cutia	5.247	(465)	-	843	-	-	5.625
Costa Oeste	1.049	2.409	-	15.720	(478)	-	18.700
Marumbi	2.212	1.969	-	18.018	(402)	-	21.797
Transmissora Sul Brasileira	9.577	1.516	-	53.065	(361)	-	63.797
Caiuá	7.747	565	-	32.094	(88)	-	40.318
Integração Maranhense	9.630	1.016	-	74.959	(227)	-	85.378
Matrinchã	10.130	3.453	-	85.256	(840)	-	97.999
Guaraciaba	6.963	908	-	31.139	(182)	-	38.828
Paranaíba	-	210	-	17.640	-	-	17.850
	410.669	108.216	18.881	328.734	(19.505)	-	846.995
Coligadas (17.5)							
Sercomtel	10.567	(13.567)	-	3.000	-	-	-
Dona Francisca	59.753	8.963	-	-	(10.540)	-	58.176
Foz do Chopim	15.872	10.316	-	-	(10.400)	-	15.788
Carbocampel	1.413	(6)	-	-	-	-	1.407
Dois Saltos	300	-	-	420	-	-	720
Copel Amec	180	2	-	-	-	-	182
Escoelectric	-	(318)	-	318	-	-	-
	88.085	5.390	-	3.738	(20.940)	-	76.273
Outros investimentos							
Finam	1.323	-	-	-	-	-	1.323
Finor	312	-	(100)	-	-	-	212
Investco S.A.	9.282	-	(72)	-	-	-	9.210
Nova Holanda Agropecuária S.A.	14.868	-	-	-	-	-	14.868
Provisão para perda Nova Holanda	(14.868)	-	-	-	-	7.887	(6.981)
Bens destinados a uso futuro	4.290	-	-	-	-	-	4.290
Adiantamento para futuro investimento	46.631	-	-	186.838	-	-	233.469
Outros investimentos	8.397	-	(134)	5	-	-	8.268
	70.235	-	(306)	186.843	-	7.887	264.659
	568.989	113.606	18.575	519.315	(40.445)	7.887	1.187.927

17.3 Controladas

31.12.2014	Sede	Atividade principal	Participação %				
			Copel	Copel GeT	São Bento	Cutia	Não controladores
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100,00	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A.	Curitiba/PR	Distribuição e comercialização de energia elétrica	100,00	-	-	-	-
Copel Telecomunicações S.A.	Curitiba/PR	Serviços de telecomunicações e de comunicações	100,00	-	-	-	-
Copel Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,00	-	-	-	-
Copel Participações S.A.	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,00	-	-	-	-
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. (a)	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-	-	-
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (a)	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-	-	-
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (a)	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-	-	-
Nova Euris IV Energias Renováveis S.A. (a)	Touros/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-	-	-
Santa Maria Energias Renováveis S.A. (a)	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-	-	-
Santa Helena Energias Renováveis S.A. (a)	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-	-	-
Ventos de Santo Uriel S.A. (a)	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-	-	-
Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A.	São Paulo/SP	Controle e gestão de participações	100,00	-	-	-	-
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51,00	-	-	-	49,00
Eleijor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70,00	-	-	-	30,00
UEG Araucária Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica utilizando gás natural	20,00	60,00	-	-	20,00
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.	São Paulo/SP	Controle e gestão de participações	100,00	-	-	-	-
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	-	-	100,00	-	-
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	-	-	100,00	-	-
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	-	-	100,00	-	-
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	-	-	100,00	-	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	-	-	-	100,00	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	-	-	-	100,00	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	-	-	-	100,00	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	-	-	-	100,00	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	-	-	-	100,00	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	-	-	-	100,00	-

(a) Fase pré-operacional.

17.3.1 Demonstrações financeiras das controladas com participação de não controladores

31.12.2014	Com pagás	Elejor	UEG Araucária
ATIVO	634.221	719.621	1.236.838
Ativo circulante	323.872	51.471	815.529
Ativo não circulante	310.349	668.150	421.309
PASSIVO	634.221	719.621	1.236.838
Passivo circulante	286.277	124.950	275.907
Passivo não circulante	69.918	509.855	8.857
Patrimônio líquido	278.026	84.816	952.074
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	1.748.045	241.205	2.134.822
Custos e despesas operacionais	(1.664.860)	(134.835)	(1.514.198)
Resultado financeiro	1.832	(77.506)	28.648
Tributos	(24.651)	(9.679)	(177.617)
Lucro líquido do exercício	60.366	19.185	471.655
Outros resultados abrangentes	(1.548)	(1.832)	-
Resultado abrangente total	58.818	17.353	471.655
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	98.002	62.623	306.647
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(79.912)	158	(135.528)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	46.907	(81.633)	(190.000)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	64.997	(18.852)	(18.881)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	34.427	47.584	21.843
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	99.424	28.732	2.962
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	64.997	(18.852)	(18.881)

17.4 Empreendimentos controlados em conjunto

31.12.2014	Sede	Atividade principal	Patrimônio Líquido + Afac	Participação %			Valor contábil da participação
				Copel	Copel PAR	Copel GeT	
Dominó Holdings S.A. (17.4.1)	Curitiba/PR	Participação em sociedade de saneamento básico	459.866	-	49,00	-	225.334
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	46.910	-	-	51,00	23.924
Marumbi Transmissora de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	79.684	-	-	80,00	63.747
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	366.454	-	-	20,00	73.291
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	91.349	-	-	49,00	44.761
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	187.419	-	-	49,00	91.835
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	904.617	-	-	49,00	443.262
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	297.917	-	-	49,00	145.979
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	278.810	-	-	24,50	68.308
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	52.198	-	-	50,10	26.151
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	31.169	-	-	49,00	15.273
Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A. (17.4.2)	São Paulo/SP	Participação em sociedades	106.981	49,00	-	-	52.421

(a) Fase pré-operacional.

17.4.1 Dominó Holdings S.A.

Na Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 28.03.2014, os acionistas da Dominó Holdings aprovaram o resgate e o cancelamento de 150.431.809 ações ordinárias representativas do capital social da Dominó Holdings. Com o resgate integral das ações de um dos acionistas e com o redimensionamento das participações dos outros acionistas, a participação da Copel no capital social da Dominó Holdings passou de 45% para 49%.

Em 29.12.2014, as ações da Dominó Holdings foram transferidas da Copel para a Copel Participações, pelo valor patrimonial de R\$ 226.889, registrado em 30.11.2014.

17.4.2 Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Em 1º.09.2014, a Copel adquiriu 49% das ações da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A., gerando um direito de autorização no valor de R\$ 11.693 que será amortizado a partir do início da operação comercial dos parques eólicos das suas controladas, previsto para março de 2015, até o seu vencimento, em abril de 2047. Em 18.12.2014, visando atender demanda junto ao agente financiador do empreendimento, foi constituída a Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A., sendo que a integralização do capital social foi exclusivamente com ações da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. Desta forma a investida da Copel passou a ser a holding constituída, que fará a gestão do empreendimento.

17.4.3 Principais grupos de ativo, passivo e resultado dos empreendimentos controlados em conjunto

	Dominó (a)	Costa Oeste	Marumbi	Transmis- sora Sul Brasileira	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Canta- reira	Voltália
31.12.2014												
ATIVO	470.097	92.085	128.894	730.831	223.598	377.605	1.551.898	751.893	654.665	102.175	34.836	106.981
Ativo circulante	19.578	1.739	10.234	54.544	25.544	30.952	76.872	39.425	295.667	40.385	2.186	704
Caixa e equivalentes de caixa	2.459	692	10.011	33.008	7.251	753	73.749	37.171	294.062	39.772	1	1
Outros ativos circulantes	17.119	1.047	223	21.536	18.293	30.199	3.123	2.254	1.605	613	2.185	703
Ativo não circulante	450.519	90.346	118.660	676.287	198.054	346.653	1.475.026	712.468	358.998	61.790	32.650	106.277
PASSIVO	470.097	92.085	128.894	730.831	223.598	377.605	1.551.898	751.893	654.665	102.175	34.836	106.981
Passivo circulante	10.231	9.777	12.175	37.872	30.239	15.388	62.348	430.464	369.264	49.977	480	-
Passivos financeiros	-	2.817	1.376	20.756	5.865	10.440	24.637	401.144	354.527	49.557	-	-
Outros passivos circulantes	10.231	6.960	10.799	17.116	24.374	4.948	37.711	29.320	14.737	420	480	-
Passivo não circulante	-	37.736	70.547	346.505	102.010	174.798	958.098	23.512	6.591	-	3.187	-
Passivos financeiros	-	32.579	33.347	321.184	82.876	136.541	528.634	-	-	-	-	-
Afac	-	2.338	33.512	20.000	-	-	373.165	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	2.819	3.688	5.321	19.134	38.257	56.299	23.512	6.591	-	3.187	-
Patrimônio líquido	459.866	44.572	46.172	346.454	91.349	187.419	531.452	297.917	278.810	52.198	31.169	106.981
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO												
Receita operacional líquida	-	43.468	87.434	206.965	78.290	92.381	813.467	458.024	285.982	61.493	29.613	-
Custos e despesas operacionais	(1.996)	(38.163)	(73.433)	(171.992)	(67.548)	(73.680)	(819.071)	(461.491)	(288.874)	(64.274)	(29.385)	-
Resultados financeiros	(10.502)	(1.006)	556	(19.309)	(4.815)	(7.989)	117.192	56.824	22.441	480	118	-
Equivalência patrimonial	95.591	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.098
Provisão para IR e CSLL	-	(1.716)	(2.918)	(1.666)	(1.825)	(3.484)	(49.236)	(21.150)	(6.599)	-	(168)	-
Lucro (prejuízo) do exercício	83.093	2.583	11.639	13.998	4.102	7.228	62.352	32.207	12.950	(2.301)	178	1.098
Outros resultados abrangentes	1.009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	84.102	2.583	11.639	13.998	4.102	7.228	62.352	32.207	12.950	(2.301)	178	1.098

(a) Práticas ajustadas às da Copel.

17.5 Coligadas

31.12.2014	Sede	Atividade principal	Patrimônio Líquido + Afac	Participação Copel %	Valor contábil da participação
Cia. de Saneamento do Paraná - Sanepar (17.5.1)	Curitiba/PR	Saneamento básico	3.702.336	7,6252	282.311
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Energia elétrica	234.073	23,0303	53.908
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Energia elétrica	41.674	35,77	14.907
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	3.104	49,00	1.521
Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda. (a)	Curitiba/PR	Energia elétrica	2.400	30,00	720
Copel Amec S/C Ltda.- em liquidação	Curitiba/PR	Serviços	401	48,00	192
Escoelectric Ltda.	Curitiba/PR	Serviços	336	40,00	134
Sercomtel S.A. Telecomunicações (b)	Londrina/PR	Telecomunicações	-	45,00	-

(a) Fase pré-operacional.

(b) Investimento reduzido a zero em 2013 por conta dos testes de recuperação de ativos.

17.5.1 Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar

Em 17.04.2014, a Companhia passou a deter uma participação direta de 36.343.267 ações preferenciais (PN) da Sanepar, equivalente à 14,86% das ações PN e a 7,6252% do capital total, conforme evento aprovado na AGE da Dominó Holdings, realizada em 28.03.2014. Esta participação direta na Sanepar é decorrente das seguintes medidas adotadas pela Dominó Holdings: (i) conversão de ações ordinárias da Sanepar em ações preferenciais, na proporção de uma nova ação preferencial para cada ação ordinária convertida; e (ii) redução do capital social, através da transferência de ações PN da Sanepar aos acionistas da Dominó Holdings.

As ações da Sanepar foram adquiridas pela Copel com a finalidade de mantê-las como investimento permanente.

17.5.2 Principais grupos de ativo, passivo e resultado das principais coligadas

31.12.2014	Sanepar (a)	Dona Francisca (a)	Foz do Chopim
ATIVO	7.452.990	260.014	44.977
Ativo circulante	558.580	82.304	5.971
Ativo não circulante	6.894.410	177.710	39.006
PASSIVO	7.452.990	260.014	44.977
Passivo circulante	764.481	22.819	2.701
Passivo não circulante	2.986.173	3.122	602
Patrimônio líquido	3.702.336	234.073	41.674
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	2.617.040	108.741	40.180
Custos e despesas operacionais	(1.956.277)	(53.053)	(15.229)
Resultado financeiro	(109.568)	7.324	68
Provisão para IR e CSLL	(129.609)	(19.256)	(1.348)
Lucro líquido do exercício	421.586	43.756	23.671
Outros resultados abrangentes	8.296	-	-
Resultado abrangente total	429.882	43.756	23.671

(a) Práticas ajustadas às da Copel.

18 Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados principalmente na geração de energia elétrica são vinculados a tais serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, todavia, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para os contratos de concessão na modalidade de UBP, as restrições de utilização da infraestrutura estão estabelecidas no artigo 19 do Decreto nº 2.003/96.

18.1 Imobilizado por empresa

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2014	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2013
Em serviço						
Copel	17	-	17	5	-	5
Copel Geração e Transmissão (a)	12.442.625	(7.628.429)	4.814.196	12.483.418	(7.370.317)	5.113.101
Copel Telecomunicações	539.076	(334.092)	204.984	504.115	(312.251)	191.864
Elejor	595.074	(158.705)	436.369	594.856	(140.657)	454.199
UEG Araucária	717.218	(297.991)	419.227	685.801	(263.587)	422.214
Cutia	19	(19)	-	-	-	-
GE Boa Vista	59.652	(3.993)	55.659	-	-	-
GE Farol	87.885	(5.869)	82.016	-	-	-
GE Olho D'Água	135.896	(9.062)	126.834	-	-	-
GE São Bento do Norte	128.286	(8.555)	119.731	-	-	-
	14.705.748	(8.446.715)	6.259.033	14.268.195	(8.086.812)	6.181.383
Em curso						
Copel	306	-	306	24	-	24
Copel Geração e Transmissão (a)	1.216.378	-	1.216.378	1.475.064	-	1.475.064
Copel Telecomunicações	238.706	-	238.706	174.113	-	174.113
Elejor	13.567	-	13.567	13.292	-	13.292
UEG Araucária	1.721	-	1.721	478	-	478
Cutia	41.907	-	41.907	-	-	-
Nova Asa Branca I	88.508	-	88.508	14.184	-	14.184
Nova Asa Branca II	34.999	-	34.999	12.135	-	12.135
Nova Asa Branca III	60.374	-	60.374	13.124	-	13.124
Nova Eurus IV	35.624	-	35.624	12.496	-	12.496
Santa Maria	109.439	-	109.439	36.013	-	36.013
Santa Helena	128.690	-	128.690	39.432	-	39.432
Ventos de Santo Uriel	53.736	-	53.736	11.894	-	11.894
GE Boa Vista	3.185	-	3.185	-	-	-
GE Farol	2.700	-	2.700	-	-	-
GE Olho D'Água	7.328	-	7.328	-	-	-
GE São Bento do Norte	7.987	-	7.987	-	-	-
	2.045.155	-	2.045.155	1.802.249	-	1.802.249
	16.750.903	(8.446.715)	8.304.188	16.070.444	(8.086.812)	7.983.632

(a) Custo líquido da provisão para redução ao valor recuperável.

18.2 Imobilizado por classe de ativos

Consolidado		Depreciação			Depreciação	
	Custo	acumulada	31.12.2014		Custo	acumulada
						31.12.2013
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.619.405	(4.642.025)	2.977.380	7.618.902	(4.493.402)	3.125.500
Máquinas e equipamentos	5.256.847	(2.720.761)	2.536.086	4.793.335	(2.551.632)	2.241.703
Edificações	1.520.232	(1.029.827)	490.405	1.519.516	(997.021)	522.495
Terrenos	277.620	(5.214)	272.406	263.620	(2.481)	261.139
Veículos	44.388	(33.183)	11.205	60.833	(33.884)	26.949
Aeronaves	17.067	(5.770)	11.297	-	-	-
Móveis e utensílios	16.774	(9.935)	6.839	11.989	(8.392)	3.597
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (a)	(46.571)	-	(46.571)	-	-	-
(-) Obrigações especiais	(14)	-	(14)	-	-	-
	14.705.748	(8.446.715)	6.259.033	14.268.195	(8.086.812)	6.181.383
Em curso						
Custo	2.805.865	-	2.805.865	1.802.264	-	1.802.264
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (a)	(760.710)	-	(760.710)	-	-	-
(-) Obrigações especiais	-	-	-	(15)	-	(15)
	2.045.155	-	2.045.155	1.802.249	-	1.802.249
	16.750.903	(8.446.715)	8.304.188	16.070.444	(8.086.812)	7.983.632

(a) Referem-se a ativos de concessão de geração de energia elétrica (NE nº 18.11).

18.3 Mutação do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Consolidado
	em serviço	em curso	
Em 1º.01.2013	5.499.913	2.371.840	7.871.753
Efeito da primeira consolidação de controladas	-	65.519	65.519
Aquisições	-	420.227	420.227
Imobilizações de obras	1.054.115	(1.054.115)	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	1.405	157	1.562
Transferências (de) para contas a receber vinculadas à concessão			
Resolução nº 367/2009	1.742	(2.824)	(1.082)
Transferências de (para) o intangível (NE nº 19.1)	(165)	2.660	2.495
Quotas de depreciação no resultado	(366.016)	-	(366.016)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(1.032)	-	(1.032)
Baixas	(1.262)	(1.215)	(2.477)
Baixas - Resolução nº 367/2009	(7.317)	-	(7.317)
Em 31.12.2013	6.181.383	1.802.249	7.983.632
Efeito da primeira consolidação de controladas	389.407	13.300	402.707
Aquisições	-	894.575	894.575
Aquisições - transações não envolvendo caixa	-	120.134	120.134
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	(46.571)	(760.710)	(807.281)
Provisão para litígios adicionada ao custo das obras	-	11.887	11.887
Encargos financeiros transferidos para o custo das obras	-	27.852	27.852
Imobilizações de obras	105.184	(105.184)	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	11.073	-	11.073
Transferências do intangível (NE nº 19.1)	-	41.360	41.360
Quotas de depreciação no resultado	(374.157)	-	(374.157)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(1.924)	-	(1.924)
Baixas	(5.362)	(308)	(5.670)
Em 31.12.2014	6.259.033	2.045.155	8.304.188

18.4 Mutação do imobilizado por classe de ativos

Consolidado	Saldo em 1º.01.2014	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações/ Transferências	Saldo em 31.12.2014
Terrenos	328.362	28.246	(2.733)	-	-	353.875
Reservatórios, barragens, adutoras	3.165.733	48.058	(148.624)	-	-	3.065.167
Edificações, obras civis e benfeitorias	530.349	62.197	(32.806)	(84)	(2.567)	557.089
Máquinas e equipamentos	2.629.296	705.815	(184.780)	(5.598)	43.493	3.188.226
Veículos	27.347	5.161	(5.742)	(38)	(11.581)	15.147
Aeronaves	-	-	(284)	-	11.581	11.297
Móveis e utensílios	7.978	421	(1.112)	(21)	1.799	9.065
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (NE nº 32.5)	-	(807.281)	-	-	-	(807.281)
Outros	1.294.567	607.257	-	71	9.708	1.911.603
	7.983.632	649.874	(376.081)	(5.670)	52.433	8.304.188

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2013
Terrenos	310.891	19.952	(2.481)	-	-	328.362
Reservatórios, barragens, adutoras	3.024.040	253.350	(150.608)	(11)	38.962	3.165.733
Edificações, obras civis e benfeitorias	484.996	80.706	(33.869)	(288)	(1.196)	530.349
Máquinas e equipamentos	2.541.016	287.019	(173.945)	(8.601)	(16.193)	2.629.296
Veículos	29.834	3.176	(5.663)	-	-	27.347
Móveis e utensílios	8.161	3.269	(482)	(107)	(2.863)	7.978
Outros	1.472.815	(161.726)	-	(787)	(15.735)	1.294.567
	7.871.753	485.746	(367.048)	(9.794)	2.975	7.983.632

18.5 Efeitos da Lei nº 12.783/2013 no imobilizado do segmento de geração

Em 12.09.2012, foi publicada a MP nº 579 que dispõe sobre a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, alcançadas pela lei nº 9.074 de 1995. Em 17.09.2012 foi publicado o Decreto nº 7.805/12 que regulamenta a MP nº 579. De acordo com a MP 579/12, as Companhias que possuem contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, têm a opção de prorrogar os prazos de concessão, a critério do Poder Concedente, uma única vez pelo prazo de até 30 anos, desde que aceitem ter o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012. A referida prorrogação está vinculada à aceitação de determinadas condições estabelecidas pelo Poder Concedente, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel; e, iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão.

A Companhia não manifestou interesse em prorrogar as concessões de geração vincendas até 2017, conforme descrito no quadro da NE nº 35.2.5 e, por conseguinte, o evento da MP nº 579 e normativas posteriores publicadas para aquelas Usinas, não afetarão o fluxo de caixa até o final das atuais concessões, exceto em relação ao teste de *Impairment* descrito na NE nº 18.11 referente as unidades geradoras de caixa com indicativos em 2014 de perdas por redução ao valor recuperável de ativos.

O Decreto nº 7.805/12 corrobora a premissa atualmente adotada nos testes de recuperabilidade de ativos, pois restabelece a condição de indenização a valor novo de reposição - VNR, a critério do Poder Concedente, do saldo residual dos ativos contabilizados em cada concessão.

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, para cálculo de recuperação o valor novo de reposição - VNR que considerará a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação.

Para as usinas alcançadas pela Lei nº 12.783, a Companhia manifestou tempestivamente junto a Aneel o interesse no recebimento dos valores complementares relativos à parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados e não indenizados, devendo formalizar a comprovação da realização dos respectivos investimentos junto aquela agência reguladora logo após o vencimento da maioria das concessões prevista para julho de 2015.

18.6 Taxas médias de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2014	31.12.2013
Geração		
Equipamento geral	6,38	6,92
Máquinas e equipamentos	3,36	3,56
Geradores	3,37	3,43
Reservatórios, barragens e adutoras	2,13	2,35
Turbina hidráulica	3,32	3,63
Turbinas a gás e a vapor	2,30	2,30
Resfriamento e tratamento de água	4,39	4,39
Condicionador de gás	4,39	4,39
Unidade de geração eólica	5,00	5,00
Administração central		
Edificações	3,33	3,33
Máquinas e equipamentos de escritório	6,25	6,25
Móveis e utensílios	6,20	6,25
Veículos	14,29	14,29
Telecomunicações		
Equipamentos de transmissão	6,87	7,70
Equipamentos terminais	14,60	10,50
Infraestrutura	7,18	6,30

Depreciação de ativos que integram o Projeto Original das Usinas de Mauá e Colíder

Os ativos do projeto original das usinas de Mauá e Colíder, ambos concessão da Copel Geração e Transmissão, são considerados pelo Poder Concedente, sem total garantia de indenização do valor residual ao final do prazo da concessão destes empreendimentos. Esta interpretação está fundamentada na lei nº 8.987/95 e no Decreto nº 2.003/96.

Dessa forma, a partir da entrada em operação desses ativos, a depreciação é realizada com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão.

Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados, serão indenizados ao final do prazo das concessões, e depreciados com as taxas estabelecidas pela Aneel a partir da entrada em operação.

18.7 UHE Colíder

Em 30.07.2010, por meio do Leilão de Energia Nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão S.A. conquistou a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, com prazo de 35 anos, a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região Norte do Estado do Mato Grosso.

O BNDES aprovou o enquadramento do projeto da UHE Colíder para análise da viabilidade de apoio financeiro e o contrato de financiamento, no montante total de R\$ 1.041.155. Em dezembro de 2013 foi liberado o montante de R\$ 840.106 conforme NE nº 22.5.

O início da geração comercial da unidade 1 está previsto para 30.04.2016 e das unidades 2 e 3 para maio e junho de 2016, respectivamente.

A energia da UHE Colíder foi comercializada em leilão da Aneel, à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 134,95 em 31.12.2014. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015, por 30 anos.

A Copel Geração e Transmissão protocolou junto à Aneel um pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia vendida seja postergado. O pedido encontra-se em análise pela Aneel.

A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

Os gastos realizados neste empreendimento apresentavam, em 31.12.2014, o saldo de R\$ 1.595.148.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes à UHE Colíder, montam em R\$ 210.761, em 31.12.2014.

18.8 Consórcio Tapajós

A Copel Geração e Transmissão assinou Acordo de Cooperação Técnica com outras oito empresas para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamanxim, na Região Norte do Brasil, compreendendo estudos de viabilidade e ambientais de cinco aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 10.682 MW de capacidade instalada prevista no início dessa etapa de estudos.

Os gastos realizados nesse empreendimento apresentavam, em 31.12.2014, o saldo de R\$ 14.359.

18.9 Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu

Em 27.08.2013, a Copel Geração e Transmissão constituiu consórcio com a Geração Céu Azul S.A., cujo percentual de participação é 30% e 70%, respectivamente, para construir e explorar o empreendimento Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, com potência instalada mínima de 350,20 MW, localizado no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capanema e de Capitão Leônidas Marques, e entre a UHE Governador José Richa e o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná, com geração através de 3 turbinas Kaplan. Esse consórcio recebeu a denominação "Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu" - Cebi.

O início da geração comercial da unidade 1 previsto para 31.12.2017 e das unidades 2 e 3 para janeiro e fevereiro de 2018, respectivamente, sofreram alterações em função da suspensão da Licença de Instalação, conforme a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-RS), ocorrida em 16.06.2014, e que paralisou as obras a partir de seu recebimento em 07.07.2014.

Os gastos realizados nesse empreendimento apresentavam, em 31.12.2014, o saldo de R\$ 216.570.

18.10 Compromissos das usinas eólicas

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes às usinas eólicas, perfazem um montante previsto de R\$ 330.000, em 31.12.2014.

18.11 Redução ao valor recuperável de ativos do segmento de geração - Impairment

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação do imobilizado são as seguintes:

- menor nível de unidade geradora de caixa: concessões de geração, analisadas individualmente;
- valor recuperável: valor em uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil; e
- apuração do valor em uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Companhia, aprovado em reunião ordinária do CAD, com consequente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.

Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos são descontados por taxa média que variam entre 7% e 8%, obtida por meio de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, referenciada pelo Órgão Regulador e aprovada pela Administração da Companhia.

A Administração entende ter direito contratual assegurado, no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, para fim de cálculo de recuperação a valorização dessa indenização por seu valor novo de reposição (VNR). Assim, a premissa de valorização do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

No exercício de 2014 a Companhia efetuou a revisão do valor recuperável de seus ativos devido principalmente a indicativos decorrentes de período prolongado de escassez de chuvas e restrições legais ambientais.

As fontes hidrelétricas de geração em 2014 foram fortemente impactadas pela escassez prolongada de chuvas ocasionando redução da oferta líquida de energia da Companhia em decorrência do relevante percentual de déficit hídrico (GSF).

Os projetos de geração em construção da Companhia sofreram em 2014 impactos com a paralisação temporária das obras em decorrência de condicionantes e restrições legais ambientais a destacar a negociação da supressão vegetal da área do reservatório junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Mato Grosso.

A revisão resultou no reconhecimento no resultado do exercício de uma perda por redução ao valor recuperável para os ativos do segmento de geração no montante de R\$ 807.281, deste R\$ 678.529 referem-se ao ativo da UHE Colíder, em construção, localizado no Estado do Mato Grosso, e R\$ 128.752 referem-se aos ativos localizados no Estado do Paraná.

A perda por redução ao valor recuperável foi incluída na rubrica de custos operacionais, provisões e reversões, na demonstração do resultado (NE nº 32.5).

Em 2013, apesar de não ter ocorrido nenhum indicador de perda de valor recuperável de seus ativos operacionais, a Companhia realizou o teste de recuperação e não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor do ativo imobilizado ao valor recuperável.

19 Intangível

Consolidado	Direito de concessão e de autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	31.12.2014
	custo	amortização acumulada (a)	custo	amortização acumulada (a)	custo	amortização acumulada (b)		
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão (c)	-	-	16.780	(1.941)	18.136	(8.802)	43	24.216
Copel Distribuição	-	-	3.593.663	(3.454.194)	-	-	-	139.469
Copel Distribuição-obrigações especiais (19.2)	-	-	(327.071)	302.734	-	-	-	(24.337)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	23.371	(13.249)	-	10.122
Compagás	-	-	275.245	(118.263)	5.325	(3.734)	-	158.573
Elejor (c)	-	-	263.920	(77.921)	-	-	3.510	189.509
UEG Araucária	-	-	-	-	401	(269)	-	132
Elejor	22.626	(6.602)	-	-	-	-	-	16.024
Cutia	8.712	-	-	-	-	-	-	8.712
São Bento (NE nº 17.1.1)	88.837	-	-	-	-	-	-	88.837
Nova Asa Branca I	54.979	-	-	-	-	-	-	54.979
Nova Asa Branca II	55.087	-	-	-	-	-	-	55.087
Nova Asa Branca III	53.342	-	-	-	-	-	-	53.342
Nova Eurus IV	56.583	-	-	-	-	-	-	56.583
Santa Maria	29.421	-	-	-	-	-	-	29.421
Santa Helena	31.674	-	-	-	-	-	-	31.674
Ventos de Santo Uriel	14.871	-	-	-	-	-	-	14.871
São Bento do Norte I	2.518	-	-	-	-	-	-	2.518
São Bento do Norte II	2.518	-	-	-	-	-	-	2.518
São Bento do Norte III	2.289	-	-	-	-	-	-	2.289
São Miguel I	2.289	-	-	-	-	-	-	2.289
São Miguel II	2.289	-	-	-	-	-	-	2.289
São Miguel III	2.289	-	-	-	-	-	-	2.289
	430.324	(6.602)	3.822.537	(3.349.585)	47.233	(26.054)	3.553	921.406
Sem vida útil definida								
Compagás	-	-	-	-	-	-	21	21
	-	-	-	-	-	-	21	21
	430.324	(6.602)	3.822.537	(3.349.585)	47.233	(26.054)	3.574	921.427
Em curso								
Copel	-	-	-	-	-	-	3.062	3.062
Copel Geração e Transmissão	-	-	24.983	-	6.969	-	151	32.103
Copel Distribuição	-	-	1.299.068	-	-	-	-	1.299.068
Copel Distribuição-obrigações especiais (19.2)	-	-	(199.650)	-	-	-	-	(199.650)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	5.355	-	450	5.805
Compagás	-	-	111.412	-	-	-	-	111.412
Nova Asa Branca I	-	-	-	-	-	-	44	44
Nova Asa Branca II	-	-	-	-	-	-	46	46
Nova Asa Branca III	-	-	-	-	-	-	250	250
Nova Eurus IV	-	-	-	-	-	-	57	57
Santa Maria	-	-	-	-	-	-	442	442
Santa Helena	-	-	-	-	-	-	38	38
Ventos de Santo Uriel	-	-	-	-	-	-	52	52
	-	-	1.235.813	-	12.324	-	4.592	1.252.729
								2.174.156

(a) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

(b) Taxa anual de amortização: 20%.

(c) Direito de UBP, na modalidade de concessão onerosa.

Consolidado	Direito de concessão e de autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	31.12.2013
	custo	amortização	custo	amortização	custo	amortização		
		acumulada (a)		acumulada (a)		acumulada (b)		
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão (c)	-	-	15.884	(732)	17.734	(6.108)	43	26.821
Copel Distribuição	-	-	3.664.119	(3.269.508)	-	-	-	394.611
Copel Distribuição-obrigações especiais (19.2)	-	-	(326.007)	256.417	-	-	-	(69.590)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	22.386	(9.280)	-	13.106
Compagás	-	-	239.239	(101.937)	5.221	(3.296)	-	139.227
Elejor (c)	-	-	263.920	(69.141)	-	-	6.286	201.065
UEG Araucária	-	-	-	-	373	(206)	-	167
Elejor	22.626	(5.847)	-	-	-	-	-	16.779
Cutia	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
Nova Asa Branca I	51.659	-	-	-	-	-	-	51.659
Nova Asa Branca II	51.745	-	-	-	-	-	-	51.745
Nova Asa Branca III	49.948	-	-	-	-	-	-	49.948
Nova Eurus IV	53.154	-	-	-	-	-	-	53.154
Santa Maria	26.813	-	-	-	-	-	-	26.813
Santa Helena	28.955	-	-	-	-	-	-	28.955
Ventos de Santo Uriel	13.445	-	-	-	-	-	-	13.445
	304.154	(5.847)	3.857.155	(3.184.901)	45.714	(18.890)	6.329	1.003.714
Sem vida útil definida								
Compagás	-	-	-	-	-	-	21	21
	-	-	-	-	-	-	21	21
	304.154	(5.847)	3.857.155	(3.184.901)	45.714	(18.890)	6.350	1.003.735
Em curso								
Copel Geração e Transmissão	-	-	17.209	-	1.940	-	2.531	21.680
Copel Distribuição	-	-	1.091.217	-	-	-	-	1.091.217
Copel Distribuição-obrigações especiais (19.2)	-	-	(154.965)	-	-	-	-	(154.965)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	2.032	-	85	2.117
Compagás	-	-	70.716	-	-	-	-	70.716
Nova Asa Branca I	-	-	-	-	-	-	44	44
Nova Asa Branca II	-	-	-	-	-	-	44	44
Nova Asa Branca III	-	-	-	-	-	-	190	190
Nova Eurus IV	-	-	-	-	-	-	42	42
Santa Maria	-	-	-	-	-	-	447	447
Santa Helena	-	-	-	-	-	-	42	42
Ventos de Santo Uriel	-	-	-	-	-	-	52	52
	-	-	1.024.177	-	3.972	-	3.477	1.031.626
								2.035.361

(a) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

(b) Taxa anual de amortização: 20%.

(c) Direito de UBP, na modalidade de concessão onerosa.

19.1 Mutação do intangível

	Contrato de concessão				Direito de concessão e autorização	Outros		
	em serviço	em curso	Obrigações especiais em serviço	em curso		em serviço	em curso	
Saldos								Consolidado
Em 1º.01.2013	946.895	966.299	(108.976)	(83.748)	23.343	38.535	6.804	1.789.152
Aquisições	-	1.018.057	-	-	275.719	-	5.297	1.299.073
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(160.614)	-	-	-	(160.614)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	5.087	-	-	-	-	-	5.087
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	-	-	-	-	-	2.589	-	2.589
Transferências de (para) o imobilizado (NE nº 18.3)	-	-	-	-	-	165	(2.660)	(2.495)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.1)	-	(712.947)	-	82.878	-	-	-	(630.069)
Capitalizações para intangível em serviço	87.599	(87.599)	(6.519)	6.519	-	1.697	(1.697)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(272.967)	-	43.163	-	(755)	(6.627)	-	(237.186)
Quotas de amortização - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(14.135)	-	2.460	-	-	(497)	-	(12.172)
Baixas	(5.443)	(9.755)	282	-	-	(2.669)	(295)	(17.880)
Baixas - Resolução nº 367/2009	(105)	-	-	-	-	(19)	-	(124)
Em 31.12.2013	741.844	1.179.142	(69.590)	(154.965)	298.307	33.174	7.449	2.035.361
Efeito da primeira consolidação de controladas	-	-	-	-	-	-	11.385	11.385
Aquisições	-	1.105.649	-	-	126.170	-	22.751	1.254.570
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(168.933)	-	-	-	(168.933)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	8.669	-	-	-	-	-	8.669
Transferências de bens destinados a uso futuro	-	2.638	-	-	-	-	-	2.638
Transferências de investimentos (NE nº 17.2)	-	-	-	-	-	-	18.210	18.210
Transferências para o imobilizado (NE nº 18.3)	-	-	-	-	-	-	(41.360)	(41.360)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.1)	-	(785.325)	-	119.829	-	-	-	(665.496)
Capitalizações para intangível em serviço	68.275	(68.275)	(4.419)	4.419	-	1.519	(1.519)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(294.681)	-	46.809	-	(755)	(7.159)	-	(255.786)
Quotas de amortização - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(14.342)	-	2.500	-	-	(4)	-	(11.846)
Baixas	(3.807)	(7.035)	363	-	-	-	-	(10.479)
Ajuste de ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	-	-	(2.777)	-	(2.777)
Em 31.12.2014	497.289	1.435.463	(24.337)	(199.650)	423.722	24.753	16.916	2.174.156

19.2 Copel Distribuição - obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão.

As obrigações especiais não são passivos onerosos e não são créditos do acionista.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão. Com a Resolução Normativa Aneel nº 234/06, alterada pela Resolução Normativa Aneel nº 338/08, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais, para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo quanto as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 1º.07.2008, conforme Despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada utilizando a mesma taxa média da atividade de distribuição.

De acordo com a regulamentação da Aneel, as obrigações especiais devem ser registradas no balanço como um redutor do total do ativo intangível e financeiro. O saldo de obrigações especiais que consta no intangível será amortizado durante o prazo da concessão.

20 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Obrigações Sociais				
Impostos e contribuições sociais	2.680	1.098	35.975	39.115
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	2.006	682	32.306	30.008
	4.686	1.780	68.281	69.123
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida	23	427	1.252	2.524
Férias	5.441	2.005	89.830	84.071
Participação nos lucros e/ou resultados	2.643	734	93.153	80.048
Desligamentos voluntários	-	-	72	3.871
Consignações a favor de terceiros	-	-	30	48
	8.107	3.166	184.337	170.562
	12.793	4.946	252.618	239.685

21 Fornecedores

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Energia elétrica	757.174	581.968
Materiais e serviços	509.674	373.195
Gás para revenda	252.103	51.502
Encargos de uso da rede elétrica	85.879	72.151
Gás para usina termelétrica - repactuação Petrobras	-	63.544
	1.604.830	1.142.360
	Circulante	1.587.205
	Não circulante	17.625
		1.092.239
		50.121

21.1 Principais contratos de compra de energia

Contratos de compra de energia firmados em ambiente regulado, apresentados pelo valor original e reajustados anualmente pelo IPCA:

	Período de suprimento	Energia comprada (MW médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)
Leilão de energia existente				
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	37,49	07.12.2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	52,05	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	45,01	11.10.2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	49,52	14.12.2006	104,74
8º Leilão - Produto 2010 Q5	2010 a 2014	0,01	30.11.2009	99,14
8º Leilão - Produto 2010 D5	2010 a 2014	0,01	30.11.2009	80,00
10º Leilão - Produto 2012 Q3	2012 a 2014	15,60	30.11.2011	79,99
12º Leilão - Produto 2014 12M	01/01/2014 até 31/12/2014	328,91	17.12.2013	191,41
12º Leilão - Produto 2014 18M	01/01/2014 até 30/06/2015	19,49	17.12.2013	165,20
12º Leilão - Produto 2014 36M	01/01/2014 até 31/12/2016	162,86	17.12.2013	149,99
13º Leilão - Produto 2014-DIS	01/05/2014 até 31/12/2019	73,18	30.04.2014	262,00
13º Leilão - Produto 2014-QTD	01/05/2014 até 31/12/2019	187,22	30.04.2014	271,00
		971,35		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	25,10	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,54	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	40,88	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	69,87	16.12.2005	115,04
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	65,01	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	15,44	26.07.2007	134,67
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	53,24	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	115,38	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	9,89	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	-	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	110,96	30.09.2008	145,23
8º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	0,01	27.08.2009	144,00
8º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	0,15	27.08.2009	144,60
		624,96		
Leilão de projetos estruturantes				
Santo Antonio	2012 a 2041	91,71	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	217,49	19.05.2008	71,37
		309,20		

22 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado	Passivo circulante				Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Moeda estrangeira						
STN (22.1)	-	596	596	2.154	70.601	62.661
Eletrobras	-	-	-	7	-	-
	-	596	596	2.161	70.601	62.661
Moeda nacional						
Banco do Brasil (22.2)	570.202	157.837	728.039	716.067	830.446	886.893
Eletrobras (22.3)	49.460	24	49.484	49.329	81.277	130.427
Finep (22.4)	5.675	62	5.737	6.935	27.431	33.622
BNDES (22.5)	59.525	12.420	71.945	20.776	1.454.196	1.104.333
Banco do Brasil						
Repasse BNDES (22.6)	11.369	456	11.825	11.838	137.373	148.742
Notas promissórias	-	-	-	150.000	-	-
	696.231	170.799	867.030	954.945	2.530.723	2.304.017
	696.231	171.395	867.626	957.106	2.601.324	2.366.678

Controladora	Passivo circulante				Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Moeda estrangeira						
STN (22.1)	-	596	596	2.154	70.601	62.661
Moeda nacional						
Banco do Brasil (22.2)	304.247	44.910	349.157	560.647	538.062	394.091
	304.247	45.506	349.753	562.801	608.663	456.752

22.1 Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tipo de bônus	Nº de parcelas	Vencimento final	Amortização	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.12.2014	31.12.2013
Capitalization Bond	21	10.04.2014	semestral	8,0% + 0,20%	12.225	-	1.595
Par Bond	1	11.04.2024	única	6,0% + 0,20%	17.315	42.107	37.385
Discount Bond	1	11.04.2024	única	Libor semestral+0,8125%+0,20%	12.082	29.090	25.835
						71.197	64.815
						Circulante 596	2.154
						Não circulante 70.601	62.661

Empresa:

Copel

Data da emissão:

20.05.1998

Garantias:

Conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das receitas.

Garantias depositadas (NE nº 6.1): Par Bond, no valor de R\$ 33.525 (R\$ 26.671 em 31.12.2013), e Discount Bond, no valor de R\$ 23.431 (R\$ 18.700 em 31.12.2013).

Observação:

Reestruturação da dívida da Controladora referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62.

22.2 Banco do Brasil S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.12.2014	31.12.2013
Lei 8.727/93 (a)	30.03.1994	240	1º.03.2014	TJLP e IGP-M + 5,098%	28.178	-	66
21/02155-4 (b)	10.09.2010	3	15.08.2015	98,5% da taxa média do CDI	350.000	173.240	311.286
21/02248-8 (c)	22.06.2011	1	1º.06.2015	99,5% da taxa média do CDI	150.000	205.642	184.735
CCB 21/11062X (d)	26.08.2013	3	27.07.2018	106,0% da taxa média do CDI	151.000	171.209	152.135
CCB 330600773 (e)	11.07.2014	3	11.07.2019	111,8% da taxa média do CDI	116.667	121.175	-
NC 330600129 (f)	31.01.2007	1	31.01.2014	106,5% da taxa média do CDI	29.000	-	30.156
NC 330600132 (g)	28.02.2007	1	28.02.2019	106,2% da taxa média do CDI	231.000	239.075	238.591
NC 330600151 (h)	31.07.2007	1	31.07.2019	106,5% da taxa média do CDI	18.000	18.878	18.718
NC 330600156 (i)	28.08.2007	1	28.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	14.348	-	14.821
NC 330600157 (j)	31.08.2007	1	31.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	37.252	-	38.439
NC 330600609 (k)	19.08.2011	2	21.07.2016	109,41% da taxa média do CDI	600.000	629.266	614.013
						1.558.485	1.602.960
						Circulante	728.039
						Não circulante	830.446
							886.893

Empresas:

Copel Distribuição: (a) (b) (c) (d) (e)

Copel: (f) (g) (h) (i) (j) (k)

Prestações anuais:

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas; a primeira no valor de R\$ 116.666, vencida em 25.08.2013 e as demais no valor de R\$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015: (b)

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas, no valor de R\$ 50.333, vencíveis em 27.07.2016, 27.07.2017 e 27.07.2018: (d)

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas, no valor de R\$ 38.889, vencíveis em 11.07.2017, 11.07.2018 e 11.07.2019: (e)

Destinação:

Renegociação de dívida com a União: (a)

Capital de giro: (b) (c) (d)

Exclusivo para quitação de empréstimos: (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k)

Garantias:

Receita própria: (a)

Penhor de duplicatas mercantis de até 360 dias: (b) (c)

Cessão de créditos: (d) (e)

Observações:

Em 28.02.2014, o aditivo de retificação e ratificação à NC 330600132 prorrogou o vencimento e alterou a forma de pagamento e os encargos financeiros da mesma: (f)

22.3 Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.12.2014	31.12.2013
1293/94 (a)	23.09.1994	180	30.06.2016	5,5% à 6,5% + 2,0%	307.713	50.237	83.362
980/95 (b)	22.12.1994	80	15.11.2018	8,0%	11	11	12
981/95 (c)	22.12.1994	80	15.08.2019	8,0%	1.169	311	376
982/95 (d)	22.12.1994	80	15.02.2020	8,0%	1.283	119	142
983/95 (e)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	11	154	179
984/95 (f)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	14	72	77
985/95 (g)	22.12.1994	80	15.08.2021	8,0%	61	99	47
002/04 (h)	07.06.2004	120	30.07.2016	8,0%	30.240	1.737	2.846
142/06 (i)	11.05.2006	120	30.09.2018	5,0% + 1,0%	74.340	13.588	17.286
206/07 (j)	03.03.2008	120	30.08.2020	5,0% + 1,0%	109.642	50.455	59.357
273/09 (k)	18.02.2010	120	30.12.2022	5,0% + 1,0%	63.944	13.154	14.798
2540/06 (l)	12.05.2009	60	30.10.2016	5,0% + 1,5%	2.844	824	1.274
						130.761	179.756
						Circulante 49.484	49.329
						Não circulante 81.277	130.427

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a)

Copel Distribuição: (b) (c) (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l)

Destinação:

Cobertura financeira de até 29,14% do total do projeto de Implantação da UHE Governador José Richa e do sistema de transmissão: (a)

Programa Nacional de Irrigação - Proni: (b) (c) (d) (e) (f) (g)

Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos: (h) (i) (j) (k)

Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz: cobertura de 75% do custo total do município de Ponta Grossa/PR: (l)

Garantias:

Representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

22.4 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.12.2014	31.12.2013
2070791-00 (a)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,37% acima da TJLP	5.078	-	1.147
2070790-00 (b)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,13% acima da TJLP	3.535	-	547
21120105-00 (c)	17.05.2012	81	15.10.2020	4%	35.095	18.344	21.223
21120105-00 (c)	17.05.2012	81	15.10.2020	3,5% + TR	17.103	14.824	17.640
						33.168	40.557
						Circulante 5.737	6.935
						Não circulante 27.431	33.622

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a) (b)

Copel Telecomunicações: (c)

Destinação:

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007: (a)

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007: (b)

Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (*Ultra Wide Band* - UWB): (c)

Garantias:

Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação: (a) (b) (c)

22.5 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			31.12.2014	31.12.2013
820989.1 (a)	17.03.2009	179	15.02.2012	15.01.2028	1,63% acima da TJLP	169.500	149.196	160.572
1120952.1-A (b)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,82% acima da TJLP	42.433	34.451	37.484
1120952.1-B (c)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,42% acima da TJLP	2.290	1.859	2.022
1220768.1 (d)	28.09.2012	192	15.08.2013	15.07.2029	1,36% acima da TJLP	73.122	67.700	67.259
13211061 (e)	04.12.2013	192	15.11.2015	15.10.2031	1,49% acima da TJLP	1.041.155	850.782	840.106
13210331 (f)	03.12.2013	168	15.09.2014	15.08.2028	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	17.273	17.666
14205611-A (g)	15.12.2014	72	15.02.2015	15.01.2021	2,09% a.a. acima da TJLP	41.583	30.008	-
14205611-B (h)	15.12.2014	6	15.02.2016	15.02.2021	2,09 a.a. acima da TR BNDES	17.821	17.874	-
14205611-C (i)	15.12.2014	113	15.02.2015	15.06.2024	6% a.a.	78.921	52.170	-
11211521 (j)	19.03.2012	192	15.07.2014	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	54.100	58.635	-
11211531 (k)	19.03.2012	192	15.07.2014	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	40.050	43.349	-
11211541 (l)	19.03.2012	192	15.07.2014	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	90.900	98.311	-
11211551 (m)	19.03.2012	192	15.07.2014	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	97.000	104.533	-
							1.526.141	1.125.109
							Circulante	71.945
							Não circulante	1.454.196
								20.776
								1.104.333

Empresa:

Copel Geração e Transmissão: (a) (b) (c) (d) (e) (f) GE Boa Vista: (k)
 Copel Distribuição: (g) (h) (i) GE São Bento do Norte: (l)
 GE Farol: (j) GE Olho D'Água: (m)

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado: (a)
 Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste: (b)
 Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais para a implantação da linha de transmissão descrita acima: (c)
 Implantação da PCH Cavernoso II: (d)
 Implantação da UHE Colíder e sistema de transmissão associado: (e)
 Implantação da Subestação Cerquilho III em 230/138kV: (f)
 Investimento em preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão: (g) (h)
 Máquinas e equipamentos nacionais credenciados no BNDES: (i)
 Construção e implantação da central geradora eólica Eol Farol: (j)
 Construção e implantação da central geradora eólica Eol Dreen Boa Vista: (k)
 Construção e implantação da central geradora eólica Eol Dreen São Bento do Norte: (l)
 Construção e implantação da central geradora eólica Eol Dreen Olho D'Água: (m)

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças: (a) (d)
 Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 027/2009-Aneel, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 09/2010-ONS e dos contratos de uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias e as Usuárias do Sistema de Transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão: (b) (c)
 Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 01/2011MME-UHE Colíder e cessão fiduciária em decorrência do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) celebrado entre Copel e Sadia S.A.: (e)
 Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 015/2010-Aneel, celebrado entre Copel e União Federal: (f)
 Fiança da Companhia Paranaense de Energia; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão: (g) (h) (i)
 Penhor de ações de emissão das controladas pertencentes à São Bento; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos originados deste contrato: (j) (k) (l) (m)

22.6 Banco do Brasil - repasse de recursos do BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			31.12.2014	31.12.2013
21/02000-0	16.04.2009	179	15.03.2013	15.01.2028	2,13% acima da TJLP	169.500	149.198	160.580
							149.198	160.580
							Circulante	11.825
							Não circulante	137.373
								11.838
								148.742

Empresa:

Copel Geração e Transmissão

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado, em consórcio com a Eletrosul.

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças.

22.7 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Variação da moeda estrangeira e indexadores acumulada no período (%)		Consolidado			
		31.12.2014	%	31.12.2013	%
Moeda estrangeira					
Dólar norte-americano	13,39	71.197	2,05	64.822	1,95
		71.197	2,05	64.822	1,95
Moeda nacional					
TJLP	0,00	1.605.429	46,28	1.308.607	39,37
IGP-M	3,69	-	-	65	-
Ufir	0,00	80.524	2,32	96.394	2,90
Finel	0,73	50.236	1,45	83.361	2,51
CDI	10,22	1.558.486	44,93	1.752.895	52,74
TR	0,86	14.824	0,43	-	-
IPCA	6,41	17.821	0,51	-	-
Sem indexador	-	70.433	2,03	17.640	0,53
		3.397.753	97,95	3.258.962	98,05
		3.468.950	100,00	3.323.784	100,00
Circulante		867.626		957.106	
Não circulante		2.601.324		2.366.678	

22.8 Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
31.12.2014						
2016	-	302.830	302.830	-	514.886	514.886
2017	-	82.386	82.386	-	317.161	317.161
2018	-	76.423	76.423	-	310.288	310.288
2019	-	76.423	76.423	-	250.470	250.470
2020	-	-	-	-	129.680	129.680
Após 2021	70.601	-	70.601	70.601	1.008.238	1.078.839
	70.601	538.062	608.663	70.601	2.530.723	2.601.324

22.9 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2013	3.317	56.034	257.973	1.933.554	2.250.878
Ingressos	-	-	150.000	1.089.126	1.239.126
Encargos	2.732	-	143.636	38.210	184.578
Variação monetária e cambial	258	7.974	241	1.342	9.815
Transferências	1.347	(1.347)	758.215	(758.215)	-
Amortização - principal	(1.478)	-	(30.030)	-	(31.508)
Pagamento - encargos	(4.015)	-	(325.090)	-	(329.105)
Em 31.12.2013	2.161	62.661	954.945	2.304.017	3.323.784
Efeito da 1ª consolidação São Bento (NE nº 17.1.2)	-	-	20.747	288.911	309.658
Ingressos	-	-	-	221.556	221.556
Encargos	2.722	-	229.589	59.039	291.350
Variação monetária e cambial	(138)	7.940	45	(303)	7.544
Transferências	-	-	342.497	(342.497)	-
Amortização - principal	(736)	-	(424.818)	-	(425.554)
Pagamento - encargos	(3.413)	-	(255.975)	-	(259.388)
Em 31.12.2014	596	70.601	867.030	2.530.723	3.468.950

22.10 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a serem observadas, tal como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2014, todas as condições foram plenamente atendidas.

23 Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			31.12.2014	31.12.2013
5ª (a)	13.05.2014	3	13.05.2017	13.05.2019	111,5% acima da DI	1.000.000	1.010.485	-
1ª (b)	30.10.2012	2	30.10.2016	30.10.2017	DI + Spread 0,99% a.a.	1.000.000	1.019.037	1.015.389
2ª (c)	26.09.2013	60	26.10.2013	26.09.2018	DI + Spread 1,00% a.a.	203.000	152.040	192.556
1ª (d)	15.06.2013	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7% a.a.+1,0% a.a.	62.626	53.554	-
1ª (e)	10.06.2014	1	-	10.06.2015	100% CDI + Spread 0,90% a.a.	330.000	350.332	-
							2.585.448	1.207.945
							Circulante	431.491
							Não circulante	57.462
							2.153.957	1.150.483

Empresas:

Copel: (a)	Nova Asa Branca I: (e)	Santa Maria: (e)
Copel Distribuição: (b)	Nova Asa Branca II: (e)	Santa Helena: (e)
Elejor: (c)	Nova Asa Branca III: (e)	Ventos de Santo Uriel: (e)
Compagás: (d)	Nova Eurus IV: (e)	

Características:

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, nos valores mínimos de: R\$ 1.000.000 (a e b) e R\$ 203.000 (c) Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 10, nas quantidades de: 100.000 (a e b) e 20.300 (c)

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie flutuante, emissão privada no valor de R\$ 62.626: (d) Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de: 62.626 (d)

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, nos valores mínimos de: R\$ 53.000 - N. Asa Branca I; R\$ 58.000 - N. Asa Branca II; R\$ 50.000 - N. Asa Branca III; R\$ 30.000 - N. Eurus IV; R\$ 50.000 - Santa Maria; R\$ 58.000 - Santa Helena; e R\$ 31.000 - Ventos de Santo Uriel: (e)

Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 10, nas quantidades de: 5300 - N. Asa Branca I; 5800 - N. Asa Branca II; 5000 - N. Asa Branca III; 3000 - N. Eurus IV; 5000 - Santa Maria; 5800 - Santa Helena; 3100 - Ventos Santo Uriel: (e)

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente: (a) (b) (c) (d) (e)

Encargos financeiros:

Juros pagos semestralmente em maio e novembro: (a)
Juros pagos semestralmente em abril e outubro: (b)
Juros pagos mensalmente: (c)
Juros pagos trimestralmente em março, junho, setembro e dezembro: (d)
Juros pagos em uma única parcela na data de vencimento: (e)

Destinação:

Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora: (a) e (b)
Liquidação total do contrato de mútuo com a Copel: (c)
Financiar plano de investimentos da emissora: (d)
Resgate de notas promissórias e investimento nos parques eólicos: (e)

Garantias:

Fidejussória: (a) (b) (c) (e)
Flutuante: (d)

Interveniente garantidora:

Copel: (b) (e)
Copel, na proporção de 70% e Paineira Participações S.A., na proporção de 30%: (c)
Compagás: (d)

Agente fiduciário:

Pentágono: (a)
C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.: (b) (c) (e)
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR: (d)

23.1 Mutação das debêntures

	Consolidado		
	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2013	12.719	997.958	1.010.677
Ingressos	40.600	162.400	203.000
Encargos	89.282	5.259	94.541
Transferências	15.134	(15.134)	-
Amortização - principal	(10.152)	-	(10.152)
Pagamento - encargos	(90.121)	-	(90.121)
Em 31.12.2013	57.462	1.150.483	1.207.945
Ingressos	330.000	1.053.378	1.383.378
Encargos	233.888	(1.440)	232.448
Transferências	48.464	(48.464)	-
Amortização - principal	(40.608)	-	(40.608)
Pagamento - encargos	(197.715)	-	(197.715)
Em 31.12.2014	431.491	2.153.957	2.585.448

23.2 Cláusulas contratuais restritivas

A Copel e suas controladas emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures.

Em 31.12.2014, todas as condições foram plenamente atendidas.

24 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

24.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) a partir de 1º.01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

24.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

24.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores consolidados reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Plano previdenciário	-	2	1.030	5
Plano assistencial	8.196	2.169	897.588	967.227
	8.196	2.171	898.618	967.232
Circulante	-	2	37.404	29.983
Não circulante	8.196	2.169	861.214	937.249

Os valores consolidados reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Plano previdenciário (CD)	5.046	346	53.955	51.857
Plano previdenciário (CD) - administradores	550	714	1.256	988
Plano assistencial - pós-emprego	2.269	-	102.108	76.815
Plano assistencial	2.638	177	44.086	46.435
Plano assistencial - administradores	76	79	137	101
	10.579	1.316	201.542	176.196

24.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Consolidado	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2013	25.819	675.230	701.049
Apropriação do cálculo atuarial	-	76.524	76.524
Contribuições previdenciárias e assistenciais	119.149	-	119.149
Ajuste referente a perdas atuariais	-	216.967	216.967
Transferências	31.472	(31.472)	-
Amortizações	(146.457)	-	(146.457)
Em 31.12.2013	29.983	937.249	967.232
Apropriação do cálculo atuarial	-	102.108	102.108
Contribuições previdenciárias e assistenciais	118.392	-	118.392
Ajuste referente a perdas atuariais	-	(140.383)	(140.383)
Transferências	37.760	(37.760)	-
Amortizações	(148.731)	-	(148.731)
Em 31.12.2014	37.404	861.214	898.618

24.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

24.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2014 e 2013, estão demonstradas a seguir:

Consolidado	2014		2013	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	6,40%	-	5,93%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos de benefícios previdenciários	6,10%	12,89%	6,08%	12,37%
Planos de benefícios assistenciais	6,15%	12,94%	6,20%	12,50%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	8,53%	2,00%	8,05%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		AT - 83
Tábua de entrada em invalidez		A. VINDAS		Light M

24.5.2 Número de participantes e beneficiários

Consolidado	Plano previdenciário		Plano assistencial	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Número de participantes ativos	8.723	9.325	8.429	8.824
Número de participantes inativos	7.702	7.211	7.458	6.233
Número de dependentes		-	24.935	24.307
Total	16.425	16.536	40.822	39.364

24.5.3 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

Consolidado	Plano BD	Plano CD
Em 31.12.2014		
Participantes aposentados	16,75	24,67
Participantes pensionistas	17,17	32,62
Em 31.12.2013		
Participantes aposentados	17,72	26,67
Participantes pensionistas	18,48	30,12

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia e de suas controladas é de 64,0 anos.

24.5.4 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do plano previdenciário para 31.12.2014 totalizaram um superávit do plano de R\$ 183.117, enquanto que, em 31.12.2013, a posição era de R\$ 362.035, resumidas abaixo:

Consolidado	Plano	Plano	31.12.2014	31.12.2013
	Previdenciário	Assistencial		
Obrigações total ou parcialmente cobertas	4.379.430	1.047.284	5.426.714	5.033.805
Valor justo dos ativos do plano	(4.562.547)	(149.696)	(4.712.243)	(4.428.613)
Estado de cobertura do plano	(183.117)	897.588	714.471	605.192
Ativo não reconhecido	183.117	-	183.117	362.035
	-	897.588	897.588	967.227

A Companhia e suas controladas procederam ajustes no seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2014, quando efetuaram os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 140.383, correspondente a uma redução apurada naquela data base.

24.5.5 Movimentação do passivo atuarial

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2013	4.563.586	848.756
Custo de serviço	1.115	11.852
Custo dos juros	359.412	62.241
Benefícios pagos	(249.939)	(46.373)
Benefícios concedidos	(244)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	(732.822)	216.221
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2013	3.941.108	1.092.697
Custo de serviço	600	8.055
Custo dos juros	405.498	110.906
Benefícios pagos	(276.463)	(65.911)
(Ganhos) / perdas atuariais	308.687	(98.463)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2014	4.379.430	1.047.284

24.5.6 Movimentação do ativo atuarial

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2013	5.141.874	148.696
Retorno esperado dos ativos	438.761	-
Contribuições e aportes	2.077	-
Benefícios pagos	(249.939)	(46.373)
Benefícios concedidos	(244)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(1.029.386)	23.147
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2013	4.303.143	125.470
Retorno esperado dos ativos	524.992	15.945
Contribuições e aportes	27.321	-
Benefícios pagos	(276.463)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(16.446)	8.281
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2014	4.562.547	149.696

24.5.7 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2015, segundo critérios atuariais da Deliberação CVM nº 695/12, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial	2015
Custo do serviço corrente	471	34.803	35.274
Custo estimado dos juros	559.365	127.622	686.987
Rendimento esperado do ativo do plano	(564.871)	(19.223)	(584.094)
Contribuições estimadas dos empregados	(229)	-	(229)
Custos (receitas)	(5.264)	143.202	137.938

24.5.8 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados		
	Atual	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	6,10%	-6,28%	8,41%
Impactos em milhares de reais - R\$		(275.214)	368.335
Impactos nas obrigações do programa de saúde	6,15%	-14,70%	10,21%
Impactos em milhares de reais - R\$		(153.192)	106.421
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	3,70%	-9,22%
Impactos em milhares de reais - R\$		63.641	(158.440)
Sensibilidade ao custo do serviço			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	1,00%	-0,18%	0,24%
Impactos em milhares de reais - R\$		(7.918)	10.598
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	-4,97%	3,76%
Impactos em milhares de reais - R\$		(51.861)	39.167

24.5.9 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia e sua controladas, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

Consolidado	Plano previdenciário	Outros benefícios	Total
2015	387.962	71.907	459.869
2016	398.139	68.932	467.071
2017	389.454	66.598	456.052
2018	378.318	64.688	443.006
2019	367.715	63.625	431.340
2020 a 2050	4.473.409	1.216.661	5.690.070

24.5.10 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia e de suas controladas no final de 2014 e a alocação-meta para 2015, por categoria de ativos, são as seguintes:

Consolidado	Meta para 2015	2014
Renda fixa	88,6%	84,2%
Renda variável	3,7%	8,8%
Empréstimos	1,6%	1,9%
Imóveis	1,9%	2,0%
Investimentos estruturados	4,2%	3,1%
	100,0%	100,0%

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

Consolidado	Plano Unificado (BD)		Plano III (CD)	
	meta (%)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	93,0%	87,0%	79,7%	54,6%
Renda variável	1,0%	0,0%	8,9%	7,6%
Empréstimos	1,0%	0,0%	2,8%	1,5%
Imóveis	2,5%	1,0%	0,9%	0,0%
Investimentos estruturados	2,5%	0,0%	7,7%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

Em 31.12.2014 e 2013, os valores dos ativos do plano previdenciário incluíam os seguintes títulos mobiliários emitidos pela Copel:

Consolidado	Plano previdenciário de benefícios definidos	
	31.12.2014	31.12.2013
Ações	2.154	1.832
	2.154	1.832

24.5.11 Informações adicionais

A Companhia e suas controladas também patrocinam um plano de contribuição definida para todos os empregados.

As contribuições nos exercícios encerrados em 31.12.2014 e 31.12.2013 foram de R\$ 66.914 e R\$ 70.240, respectivamente.

25 Encargos do Consumidor a Recolher

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Conta de desenvolvimento energético - CDE	11.709	6.342
Reserva global de reversão - RGR	11.524	31.652
	23.233	37.994

26 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

26.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2014	Saldo em 31.12.2013
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT (a)	-	5.742	-	5.742	3.771
MIME	-	2.872	-	2.872	1.887
P&D	37.836	-	174.148	211.984	171.928
	37.836	8.614	174.148	220.598	177.586
Programa de eficiência energética - PEE					
	26.068	-	89.098	115.166	104.995
	63.904	8.614	263.246	335.764	282.581
			Circulante	175.972	127.860
			Não circulante	159.792	154.721

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

26.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

Consolidado	FNDCT	MME	P&D		PEE		Total
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 1�.01.2013	3.424	1.712	40.323	102.061	114.140	2.500	264.160
Constituições	21.692	10.847	869	20.825	-	25.109	79.342
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	619	619
Juros Selic	-	-	111	10.207	-	4.907	15.225
Transferências	-	-	8.121	(8.121)	3.386	(3.386)	-
Recolhimentos	(21.345)	(10.672)	-	-	-	-	(32.017)
Conclusões	-	-	(2.468)	-	(42.280)	-	(44.748)
Em 31.12.2013	3.771	1.887	46.956	124.972	75.246	29.749	282.581
Constituições	33.021	16.509	964	32.054	-	31.709	114.257
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	1.111	1.111
Juros Selic	-	-	185	15.833	-	7.381	23.399
Transferências	-	-	42.002	(42.002)	41.015	(41.015)	-
Recolhimentos	(31.050)	(15.524)	-	-	-	-	(46.574)
Conclusões	-	-	(8.980)	-	(30.030)	-	(39.010)
Em 31.12.2014	5.742	2.872	81.127	130.857	86.231	28.935	335.764

27 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Referem-se aos encargos de outorga de concessão pelo direito de uso do bem público - UBP.

Consolidado	Outorga	Assinatura	Final	Circulante		Não circulante	
				31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
UHE Mauá (a)	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	973	913	13.227	12.612
UHE Colider (b)	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	1.564	118	18.057	17.091
UHE Baixo Iguaçu (c)	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	-	-	5.363	-
PCH Cavernoso (d)	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	36	35	81	101
PCH Apucarantina (e)	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	251	247	568	702
PCH Chopim I (f)	11.07.2013	11.07.2013	07.2015	33	55	-	26
PCH Chaminé (g)	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	434	427	983	1.214
PCH Derivação Rio Jordão (h)	11.07.2013	24.02.2014	02.2019	217	-	589	-
Complexo Energético Fundão-Santa Clara (i)	23.10.2001	25.10.2001	10.2036	51.447	49.686	397.904	388.547
				54.955	51.481	436.772	420.293

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a) (b) (c) (d) (e) (f) (g) (h)

Elejor: (i)

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto:

5,65% a.a. (a)

7,74% a.a. (b) (c) (d) (e) (f) (g) (h)

11,00% a.a. (i)

Pagamento à União:

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de R\$ 1.262), conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/07: (a)

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, a partir da entrada em operação comercial da UHE, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/11: (b)

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto, conforme cláusula 5ª do Contrato de Concessão nº 007/2013, pelo prazo de 5 anos: (c) (d) (e) (f) (g) (h)

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, do 6º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, conforme Termo de Ratificação do Lance e cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01: (i)

Correção anual das parcelas:

Variação IPCA: (a) (b) (c) (d) (e) (f) (g) (h)

Variação IGP-M: (i)

27.1 Valor nominal e valor presente - uso do bem público

Consolidado	Valor nominal	Valor presente
2014	56.062	53.071
2015	56.394	48.219
2016	56.516	43.659
2017	56.203	39.205
Após 2017	1.020.921	307.573
	1.246.096	491.727

27.2 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Consolidado	Circulante	Não circulante	Total
Em 1�.01.2013	48.477	399.080	447.557
Outorga Aneel - uso do bem público	749	4.338	5.087
Transferências	49.128	(49.128)	-
Pagamentos	(48.966)	-	(48.966)
Variação monetária	2.093	66.003	68.096
Em 31.12.2013	51.481	420.293	471.774
Outorga Aneel - uso do bem público	215	8.454	8.669
Transferências	53.214	(53.214)	-
Pagamentos	(51.716)	-	(51.716)
Variação monetária	1.761	61.239	63.000
Em 31.12.2014	54.955	436.772	491.727

28 Outras Contas a Pagar

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Devolução ao consumidor	27.817	19.428
Compensac��o financeira pela utilização de recursos hídricos	22.259	22.952
Taxa de iluminação pública arrecadada	21.267	21.489
Aquisição de investimentos	18.228	-
Cauções em garantia	17.721	14.286
Consumidores	15.954	18.745
Outras obrigações	35.048	40.344
	158.294	137.244
	Circulante	157.988
	Não circulante	306
		137.011
		233

29 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

29.1 Provisões para litígios

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais cujas perdas são consideradas prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais foram constituídas provisões.

Mutações das provisões e principais ações

Consolidado	Saldo em 1º.01.2014	Adições	Reversões	Custo de construção	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 31.12.2014
Fiscais							
Cofins (a)	243.131	11.255	-	-	-	-	254.386
Outras	44.108	9.658	(15.310)	-	-	(998)	37.458
	287.239	20.913	(15.310)	-	-	(998)	291.844
Trabalhistas (b)	196.054	139.181	(661)	-	-	(8.328)	326.246
Benefícios a empregados (c)	94.809	56.217	(414)	-	-	(36.069)	114.543
Cíveis							
Fornecedores (d)	64.775	-	(4.095)	-	-	-	60.680
Cíveis e direito administrativo (e)	197.838	65.040	(47)	-	-	(6.662)	256.169
Servidões de passagem	10.639	15.770	-	-	-	(1.002)	25.407
Desapropriações e patrimoniais (f)	353.461	39.005	-	(1.850)	11.887	(284)	402.219
Consumidores	9.633	970	(1)	-	-	-	10.602
	636.346	120.785	(4.143)	(1.850)	11.887	(7.948)	755.077
Ambientais	211	268	-	-	-	-	479
Regulatórias (g)	51.468	6.975	-	-	-	-	58.443
	1.266.127	344.339	(20.528)	(1.850)	11.887	(53.343)	1.546.632

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Reversões	Custo de construção	Quitações	Saldo em 31.12.2013
Fiscais						
Cofins (a)	243.131	-	-	-	-	243.131
Outras	51.445	14.096	(21.433)	-	-	44.108
	294.576	14.096	(21.433)	-	-	287.239
Trabalhistas (b)	154.990	53.964	(1.577)	-	(11.323)	196.054
Benefícios a empregados (c)	78.670	88.359	(45.563)	-	(26.657)	94.809
Cíveis						
Fornecedores (d)	68.630	-	(3.855)	-	-	64.775
Cíveis e direito administrativo (e)	176.811	49.210	(21.621)	-	(6.562)	197.838
Servidões de passagem	5.964	5.771	(953)	-	(143)	10.639
Desapropriações e patrimoniais (f)	317.472	35.063	-	943	(17)	353.461
Consumidores	7.477	3.024	(868)	-	-	9.633
	576.354	93.068	(27.297)	943	(6.722)	636.346
Ambientais	193	35	(17)	-	-	211
Regulatórias (g)	50.925	5.328	(4.785)	-	-	51.468
	1.155.708	254.850	(100.672)	943	(44.702)	1.266.127

Controladora	Saldo em 1º.01.2014	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2014
Fiscais					
Cofins (a)	243.131	11.255	-	-	254.386
Outras	22.016	8.306	-	(984)	29.338
	265.147	19.561	-	(984)	283.724
Trabalhistas	-	464	(177)	(128)	159
Cíveis	390	329	(47)	-	672
Regulatórias (g)	12.310	454	-	-	12.764
	277.847	20.808	(224)	(1.112)	297.319

Controladora	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Reversões	Saldo em 31.12.2013
Fiscais				
Cofins (a)	243.131	-	-	243.131
Outras	29.803	11.613	(19.400)	22.016
	272.934	11.613	(19.400)	265.147
Cíveis	17.694	2.347	(19.651)	390
Regulatórias (g)	11.667	643	-	12.310
	302.295	14.603	(39.051)	277.847

Informações sobre as principais ações

a) Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins

Autor: Receita Federal

Cobrança da Cofins dos períodos de agosto de 1995 a dezembro de 1996 e de outubro de 1998 a junho de 2001, como decorrência de desconstituição de sentença que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Situação atual: aguardando julgamento.

b) Trabalhistas

Autores: ex-empregados da Copel e de suas controladas e ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas

Ações movidas por ex-empregados envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

c) Benefícios a empregados

Autores: ex-empregados aposentados da Copel e de suas subsidiárias integrais

Ações de reclamatórias trabalhistas contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

d) Fornecedores

Autores: Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Copel Distribuição promoveu ação judicial para discutir a validade de cláusulas e condições ilegais em contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.. As vendedoras, após rescindirem o pacto, provocaram a Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão.

Na fase de cumprimento/execução de sentença, os fornecedores apresentaram cartas de fiança bancária como garantia e, após, levantaram valores penhorados, porém a ação permanece classificada como perda provável, em razão de execução de saldo remanescente. Além do valor provisionado, o valor de R\$ 28.345, contabilizado na conta de Fornecedores, também compõe o total da dívida.

Situação atual: Pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública foi determinado o pagamento de R\$ 22.162 como saldo remanescente, com a consequente liberação a favor das exequentes os valores de R\$ 12.790 e R\$ 9.372, em 12.04.2012, mediante caução de fiança bancária. Em decisão publicada em 27.01.2015, o juiz deferiu pedido de liberação das cauções em favor da Rio Pedrinho Energética, contudo, outro magistrado manteve sem alteração as cauções dos valores discutidos com o Consórcio Salto Natal, decisão submetida ao Tribunal de Justiça pelo Consórcio Salto Natal, via agravo de instrumento.

e) Cíveis e direito administrativo

Autor: Tradener Ltda.

Valor estimado: R\$ 76.119

Ações populares e civis públicas ajuizadas nas quais se aponta ilegalidades e nulidades relativas à celebração do contrato de comercialização de energia elétrica firmado entre a Tradener e a Companhia. A ação popular nº 588/2006 já transitou em julgado e a decisão reconheceu como válida as comissões devidas pela Companhia à Tradener. Na ação civil pública nº 0000219-78.2003.8.16.0004, ajuizada pelo Ministério Público, também há decisão no sentido da ausência de irregularidades no contrato de comercialização de energia. Diante disso, a Tradener ajuizou ações de cobrança, visando o recebimento de suas comissões.

Situação atual: - autos nº 0005550-26.2012.8.16.0004 - em sentença proferida em 29.09.2014, a Companhia foi condenada ao pagamento das comissões devidas à Tradener, no valor de R\$ 17.765, em 30.09.2012, que, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, contados da data da citação (25.10.2012), bem como em honorários advocatícios fixados em 9% sobre o valor da condenação e em custas processuais, totaliza R\$ 25.468, em 31.12.2014. Dessa decisão, a Companhia interpôs recurso de apelação, o qual ainda não foi julgado.

- autos nº 00059-90.22.2012.8.16.0004 - em sentença proferida em 27.01.2014 a Companhia foi condenada ao pagamento do valor de R\$ 50.651, que é o valor atualizado pelo INPC/IBGE a partir do vencimento das comissões devidas à Tradener no contrato de comercialização firmado com a Celesc, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação (31.10.2012), bem como em honorários advocatícios no valor de R\$ 55, que deve ser corrigido a partir da prolação da sentença, pelo INPC/IBGE, a partir de 27.01.2014. Dessa decisão, a Companhia interpôs recurso de apelação, o qual ainda não foi julgado.

f) Desapropriações e patrimoniais

Autor: Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Valor estimado: R\$ 349.080

Ação de cobrança proposta pela autora com base em anterior ação declaratória cujo objetivo era o reconhecimento do direito de crédito da autora pelo desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a Copel Geração e Transmissão.

Situação atual: aguardando julgamento do 2º recurso de embargos de declaração da Copel Geração e Transmissão perante o STJ, no qual se discute diferença de valores decorrentes da incidência de taxa Selic como índice de correção monetária somada aos juros de mora, aplicados na elaboração do laudo pericial. Já há execução provisória em andamento, porém, está suspensa por medida cautelar da Copel apresentada e acolhida no Tribunal de Justiça do Paraná em dezembro/2014.

g) Regulatórias

Autores: Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.

Valor estimado: R\$ 41.915

A Copel, a Copel Geração e Transmissão e a Copel Distribuição estão discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles ações judiciais envolvendo as empresas citadas, contra o Despacho Aneel nº 288/2002.

Situação atual: aguardando julgamento.

29.2 Passivo contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais cujas perdas são consideradas como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Fiscais (a)	1.177.495	1.221.455	1.356.224	1.384.115
Trabalhistas	964	-	558.873	342.887
Benefícios a empregados	-	-	107.118	97.979
Cíveis (b)	32.257	21.435	698.084	1.006.786
Regulatórias	606	612	18.464	56.193
	1.211.322	1.243.502	2.738.763	2.887.960

Informações sobre as principais ações

a) Fiscais

Autor: Receita Federal

Valor estimado: R\$ 759.810

Processo administrativo decorrente ação rescisória do Cofins. Refere-se a juros e multa do período de 1995/96, sendo que, em virtude dos fortes argumentos para a defesa destes encargos, sua classificação está como possível. O principal deste débito, porém, está classificado como provável e é objeto de discussão na execução fiscal ajuizada pela União, em trâmite na 2ª Vara Federal, conforme nota 29.1-a.

Situação atual: aguardando julgamento.

Autor: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Valor estimado: R\$ 271.163

Exigências fiscais contra a Copel referentes à execução fiscal de contribuição previdenciária (NFLD nº 35.273.870-7).

Situação atual: aguardando julgamento.

Autor: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Valor estimado: R\$ 50.798

Exigências fiscais contra a Copel referentes à execução fiscal, com o objetivo de obter contribuição previdenciária incidente sobre a cessão de mão-de-obra (NFLD nº 35.273.876-6).

Situação atual: aguardando julgamento.

b) Cíveis

Autor: Mineradora Tibagiana Ltda.

Valor estimado: R\$ 52.625

Ação para indenização sobre supostos prejuízos nas atividades da mineradora pelas obras de construção da Usina Mauá, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, do qual a Copel Geração e Transmissão participa com o percentual de 51%.

Situação atual: aguardando julgamento.

Autor: Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Valor estimado: R\$ 289.621

Ação de cobrança proposta pela autora com base em anterior ação declaratória cujo objetivo era o reconhecimento do direito de crédito da autora pelo desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a Copel Geração e Transmissão. O valor principal deste débito está classificado como de perda provável.

Situação atual: aguardando julgamento do 2º recurso de embargos de declaração da Copel Geração e Transmissão perante o STJ, no qual se discute diferença de valores decorrentes da incidência de taxa Selic como índice de correção monetária somada aos juros de mora, aplicados na elaboração do laudo pericial. Já há execução provisória em andamento, porém, está suspensa por medida cautelar da Copel apresentada e acolhida no Tribunal de Justiça do Paraná em dezembro/2014.

Autores: franquizados de Agência/loja Copel

Valor estimado: R\$ 33.918

Propositura de duas ações individuais contra a Copel Distribuição, em razão de contratos de franquia de Agência/loja Copel, com pedido principal de prorrogar a vigência da contratação e pedido secundário de reconhecer a ocorrência de subconcessão, com a transferência dos serviços prestados e o repasse integral dos valores das tarifas, dentre outras verbas.

Situação atual: aguardando julgamentos.

30 Patrimônio Líquido

30.1 Atribuível aos acionistas da empresa controladora

30.1.1 Capital social

O capital social integralizado monta a R\$ 6.910.000. Sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	-	-	85.028.598	31,07
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,27	65.580.781	23,96
Eletrobrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
BM&FBOVESPA (a)	19.060.366	13,14	128.427	33,77	55.065.282	42,94	74.254.075	27,14
NYSE (b)	814.822	0,56	-	-	45.768.198	35,69	46.583.020	17,03
Latibex (c)	-	-	-	-	67.549	0,05	67.549	0,02
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,45	3.471	-	191.190	0,07
Outros	119.352	0,08	242.538	63,78	57.498	0,05	419.388	0,15
	145.031.080	100,00	380.291	100,00	128.244.004	100,00	273.655.375	100,00

(a) Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

(b) Bolsa de Valores de Nova Iorque

(c) Mercado de Valores Latino Americano em Euros, vinculado à Bolsa de Valores de Madri

O valor de mercado das ações da Companhia em 31.12.2014 está demonstrado a seguir:

	Número de ações em unidades	Valor de mercado
Ações ordinárias	145.031.080	3.610.940
Ações preferenciais classe "A"	380.291	11.409
Ações preferenciais classe "B"	128.244.004	4.561.953
	273.655.375	8.184.302

30.1.2 Ajustes de avaliação patrimonial

Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2013	1.214.394	1.214.394
Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras (a)	(4.573)	(6.929)
Tributos sobre os ajustes	-	2.356
Investimentos em participações societárias	(306)	(306)
Tributos sobre os ajustes	104	104
Ajustes referentes a passivos atuariais:		
Benefícios pós-emprego	(2.169)	(216.967)
Tributos sobre os ajustes	738	73.769
Benefícios pós-emprego - equivalência (a)	(122.886)	18.881
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído do imobilizado	-	(154.763)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	52.620
Custo atribuído do imobilizado - equivalência (a)	(102.143)	-
Em 31.12.2013	983.159	983.159
Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras (a)	707	1.070
Tributos sobre os ajustes	-	(363)
Investimentos em participações societárias	(190)	(190)
Tributos sobre os ajustes	65	65
Ajustes referentes a passivos atuariais:		
Benefícios pós-emprego	(3.712)	140.383
Tributos sobre os ajustes	1.262	(48.584)
Benefícios pós-emprego - equivalência (a)	94.425	(582)
Outros ajustes:		
Outros ajustes - controladas (a)	(1.282)	(2.777)
Tributos sobre os outros ajustes	-	945
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído do imobilizado	-	(149.295)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	50.760
Custo atribuído do imobilizado - equivalência (a)	(101.001)	(2.466)
Custo atribuído do imobilizado - realização de investimento	(850)	(850)
Passivo atuarial - realização de investimento	4.381	4.381
Atribuível aos acionistas não controladores	-	1.308
Em 31.12.2014	976.964	976.964

(a) Equivalência patrimonial na controladora, líquida de tributos.

30.1.3 Proposta de distribuição de dividendos

Controladora	31.12.2014	31.12.2013
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%) - (1)		
Lucro líquido do exercício	1.205.950	1.072.560
Reserva legal (5%)	(60.298)	(53.628)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	99.394	102.143
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	1.245.046	1.121.075
	311.262	280.268
Distribuição total proposta - (2) (3+5)	622.523	560.537
Juros sobre capital próprio, brutos - (3)	30.000	180.000
IRRF s/ os juros sobre capital próprio	(3.161)	(16.107)
Juros sobre capital próprio, líquidos - (4)	26.839	163.893
Dividendos propostos - (5)	592.523	380.537
Distribuição total proposta, líquida - (6) (4+5)	619.362	544.430
Dividendo adicional proposto (7) (6-1)	308.100	264.162
Pagamento antecipado referendado pelo CAD - (8)	377.609	308.932
Juros sobre capital próprio, líquidos	26.839	163.893
Dividendos	350.770	145.039
Pagamento antecipado superior ao mínimo obrigatório - (9) (8-1)	66.347	28.664
Dividendo adicional proposto ajustado (10) (7-9)	241.753	235.498
Valor bruto dos dividendos por ação:		
Ações ordinárias	2,17236	1,95572
Ações preferenciais classe "A"	2,52507	2,52507
Ações preferenciais classe "B"	2,39000	2,15165
Valor bruto dos dividendos por classes de ações:		
Ações ordinárias	315.060	283.640
Ações preferenciais classe "A"	962	964
Ações preferenciais classe "B"	306.501	275.933

30.1.4 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	31.12.2014	31.12.2013
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:		
Ações ordinárias	610.434	542.819
Ações preferenciais classe "A"	1.766	1.714
Ações preferenciais classe "B"	593.750	528.027
	1.205.950	1.072.560
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080
Ações preferenciais classe "A"	381.465	381.737
Ações preferenciais classe "B"	128.242.830	128.242.558
	273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora:		
Ações ordinárias	4,20899	3,74278
Ações preferenciais classe "A"	4,62953	4,49001
Ações preferenciais classe "B"	4,62989	4,11741

30.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	Compagás: 49%	Elejor: 30%	UEG Araucária: 20%	Consolidado
Em 1º.01.2013	108.930	22.459	133.117	264.506
Dividendos propostos	(2.531)	(13.437)	-	(15.968)
Resultado do exercício	9.058	12.584	7.233	28.875
Em 31.12.2013	115.457	21.606	140.350	277.413
Dividendos e JSCP propostos	(8.045)	(1.367)	(44.267)	(53.679)
Ajuste de avaliação patrimonial	(758)	(550)	-	(1.308)
Resultado do exercício	29.579	5.756	94.330	129.665
Em 31.12.2014	136.233	25.445	190.413	352.091

31 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (31.5)	ISSQN	Receita líquida 31.12.2014
Fornecimento de energia elétrica (31.1)	6.581.808	(573.026)	(1.584.499)	(53.130)	-	4.371.153
Suprimento de energia elétrica (31.2)	4.882.071	(430.976)	-	(80.303)	-	4.370.792
Disponibilidade da rede elétrica (31.3)	3.708.296	(347.962)	(958.690)	(164.174)	-	2.237.470
Receita de construção	1.279.010	-	-	-	-	1.279.010
Telecomunicações	216.223	(11.310)	(38.615)	-	(837)	165.461
Distribuição de gás canalizado	495.132	(45.504)	(58.343)	-	-	391.285
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	1.033.866	-	-	-	-	1.033.866
Outras receitas operacionais (31.4)	131.434	(59.529)	-	-	(2.425)	69.480
	18.327.840	(1.468.307)	(2.640.147)	(297.607)	(3.262)	13.918.517

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (31.5)	ISSQN	Receita líquida 31.12.2013
Fornecimento de energia elétrica (31.1)	5.111.048	(447.215)	(1.279.446)	(39.738)	-	3.344.649
Suprimento de energia elétrica (31.2)	2.188.092	(188.282)	-	(67.548)	-	1.932.262
Disponibilidade da rede elétrica (31.3)	3.296.753	(309.979)	(830.890)	(126.908)	-	2.028.976
Receita de construção	1.076.141	-	-	-	-	1.076.141
Telecomunicações	183.695	(9.430)	(32.548)	-	(402)	141.315
Distribuição de gás canalizado	467.750	(42.993)	(56.137)	-	-	368.620
Outras receitas operacionais (31.4)	345.680	(55.715)	-	-	(1.714)	288.251
	12.669.159	(1.053.614)	(2.199.021)	(234.194)	(2.116)	9.180.214

31.1 Fornecimento de energia por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Residencial	2.110.043	1.605.604	1.429.593	1.074.119
Industrial	2.369.527	1.956.127	1.563.121	1.263.068
Comercial, serviços e outras atividades	1.365.319	1.022.977	838.312	626.881
Rural	305.214	194.085	260.801	165.078
Poder público	152.321	118.263	108.348	83.811
Iluminação pública	127.838	97.565	78.626	60.070
Serviço público	151.546	116.427	92.352	71.622
	6.581.808	5.111.048	4.371.153	3.344.649

31.2 Suprimento de energia elétrica

Consolidado	Receita bruta	
	31.12.2014	31.12.2013
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	2.987.114	548.073
Contratos bilaterais	1.172.588	863.244
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	722.120	775.924
Regime de cotas	249	-
Venda de energia elétrica no curto prazo	-	851
	4.882.071	2.188.092

31.3 Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Residencial	1.363.517	1.232.186	793.022	720.321
Industrial	701.408	632.508	398.566	357.094
Comercial, serviços e outras atividades	869.622	755.869	506.163	445.273
Rural	190.620	167.640	109.278	136.798
Poder público	108.809	99.147	72.590	66.815
Iluminação pública	97.828	87.666	56.376	51.198
Serviço público	64.337	58.574	37.212	34.025
Consumidores livres	147.135	140.135	126.534	121.705
Rede básica, de fronteira e de conexão	1.044	1.109	899	963
Receita de operação e manutenção - O&M	106.833	90.385	86.590	68.029
Receita de juros efetivos	57.143	31.534	50.240	26.755
	3.708.296	3.296.753	2.237.470	2.028.976

31.4 Outras receitas operacionais

Consolidado	Receita bruta	
	31.12.2014	31.12.2013
Arrendamentos e aluguéis (31.4.1)	96.809	180.128
Renda da prestação de serviços	23.987	63.209
Serviço taxado	8.207	9.082
Ressarcimento por indisponibilidade de geração de energia elétrica	-	77.527
Outras receitas	2.431	15.734
	131.434	345.680

31.4.1 Receita de arrendamento e aluguéis

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Equipamentos e estruturas	88.988	77.241
Usina termelétrica de Araucária (a)	6.405	101.628
Compartilhamento de instalações	1.210	656
Imóveis	206	603
	96.809	180.128

Não foram identificados recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

a) Usina termelétrica de Araucária

Em dezembro de 2006, a UEG Araucária celebrou contrato de locação da usina com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e esta assinou contrato de operação e manutenção com nossa subsidiária Copel Geração e Transmissão, sob o qual a Copel Geração e Transmissão opera e mantém a usina. Ambos os contratos venceram em 31.01.2014. Desta forma, a partir de 1º.02.2014, a UEG Araucária é responsável pela venda de energia produzida pela UTE Araucária. Essa energia não é vendida em contratos de longo prazo, mas sim distribuída no mercado de curto prazo (spot), conforme estabelecido pela ONS.

31.5 Encargos do consumidor

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Conta de desenvolvimento energético - CDE	133.021	79.994
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	114.257	79.342
Quota para reserva global de reversão - RGR	50.329	57.050
Conta de consumo de combustível - CCC	-	17.808
	297.607	234.194

32 Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	31.12.2014
Energia elétrica comprada para revenda (32.1)	(5.097.719)	-	-	-	(5.097.719)
Encargos de uso da rede elétrica (32.2)	(384.846)	-	-	-	(384.846)
Pessoal e administradores (32.3)	(781.270)	(12.534)	(259.007)	-	(1.052.811)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(157.968)	(1.468)	(42.106)	-	(201.542)
Material	(64.238)	(524)	(9.673)	-	(74.435)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(150.848)	-	-	-	(150.848)
Gás natural e insumos para operação de gás	(1.469.842)	-	-	-	(1.469.842)
Serviços de terceiros (32.4)	(299.958)	(44.517)	(79.989)	-	(424.464)
Depreciação e amortização	(590.540)	(26)	(38.622)	(755)	(629.943)
Provisões e reversões (32.5)	(807.281)	(66.196)	-	(330.205)	(1.203.682)
Custo de construção (32.6)	(1.285.902)	-	-	-	(1.285.902)
Outros custos e despesas operacionais (32.7)	(74.665)	4.278	(122.719)	(199.418)	(392.524)
	(11.165.077)	(120.987)	(552.116)	(530.378)	(12.368.558)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	31.12.2013
Energia elétrica comprada para revenda (32.1)	(3.336.359)	-	-	-	(3.336.359)
Encargos de uso da rede elétrica (32.2)	(407.317)	-	-	-	(407.317)
Pessoal e administradores (32.3)	(844.491)	(9.879)	(241.977)	-	(1.096.347)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(136.907)	(1.113)	(38.176)	-	(176.196)
Material	(62.380)	(935)	(7.163)	-	(70.478)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(27.187)	-	-	-	(27.187)
Gás natural e insumos para operação de gás	(295.671)	-	-	-	(295.671)
Serviços de terceiros (32.4)	(293.505)	(41.276)	(88.678)	-	(423.459)
Depreciação e amortização	(551.301)	(44)	(51.103)	(755)	(603.203)
Provisões e reversões (32.5)	-	(47.457)	-	(152.098)	(199.555)
Custo de construção (32.6)	(1.088.275)	-	-	-	(1.088.275)
Outros custos e despesas operacionais (32.7)	5.395	5.089	(103.007)	(251.057)	(343.580)
	(7.037.998)	(95.615)	(530.104)	(403.910)	(8.067.627)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	31.12.2014
Pessoal e administradores (32.3)	(88.353)	-	(88.353)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(10.579)	-	(10.579)
Material	(470)	-	(470)
Serviços de terceiros	(6.591)	-	(6.591)
Depreciação e amortização	-	(755)	(755)
Provisões e reversões (32.5)	-	(20.584)	(20.584)
Outras receitas / despesas operacionais	(13.646)	770	(12.876)
	(119.639)	(20.569)	(140.208)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	31.12.2013
Pessoal e administradores (32.3)	(18.254)	-	(18.254)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(1.316)	-	(1.316)
Material	(21)	-	(21)
Serviços de terceiros	(4.783)	-	(4.783)
Depreciação e amortização	-	(755)	(755)
Provisões e reversões (32.5)	-	26.765	26.765
Outras receitas / despesas operacionais	(23.398)	2.323	(21.075)
	(47.772)	28.333	(19.439)

32.1 Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	3.394.222	2.305.809
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	2.281.328	663.936
(-) Repasse CDE e Conta-ACR - Decretos nºs 8.221/2014 e 7.891/2013 (32.1.1)	(1.253.436)	(294.085)
Itaipu Binacional	756.127	610.404
Contratos bilaterais	177.149	217.069
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	183.617	166.653
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(441.288)	(333.427)
	5.097.719	3.336.359

32.1.1 (-) Repasse CDE e Conta-ACR - Decretos nºs 8.221/2014 e 7.891/2013

Repasse CDE 7891/2013 - Exposição Involuntária e Risco Hidrológico

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 7891/2013, alterado posteriormente pelos Decretos nº 7945/2013 e nº 8203/2014, permitiu, através de repasses financeiros da CDE, cobrir os custos para neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética (ESS) e neutralizar a exposição contratual involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da compra frustrada em leilão de energia.

Os recursos contabilizados pela Copel Distribuição para cobrir custo de energia com exposição involuntária e risco hidrológico conforme o Decreto nº 7891/2013, foram de R\$ 294.085 para o exercício 2013 e de R\$ 114.553 em 2014, referente a competência de janeiro desse ano conforme Decreto 8203/2014, e de R\$ 1.412, referente a ajustes de provisão de dezembro de 2013.

Repasse Conta-ACR - Decreto nº 8.221/2014

Diante de um cenário hidrológico desfavorável, foi emitido o Decreto 8221/2014 que criou a Conta ACR, com a finalidade de cobrir total ou parcialmente os custos adicionais de exposição involuntária no mercado de curto prazo e do despacho termoeletrico associado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada na modalidade por disponibilidade – CCEAR-D. Os repasses recebidos pela Copel Distribuição durante o ano de 2014 provenientes da Conta ACR foram no montante de R\$ 1.137.471.

32.2 Encargos de uso da rede elétrica

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Encargos de uso do sistema	516.284	394.529
Encargos de transporte de Itaipu	67.263	51.188
Encargo de energia de reserva - EER	4.554	16.672
Encargos dos serviços do sistema - ESS	71.865	308.864
(-) Repasse CDE - ESS - Decreto nº 7.945/2013 (32.2.1)	-	(319.624)
(-) Conta de energia de reserva - Coner - Resolução normativa nº 613/2014 (32.2.2)	(232.706)	-
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(42.414)	(44.312)
	384.846	407.317

32.2.1 Repasse CDE 7891/2013 - ESS

Os recursos contabilizados pela Copel Distribuição para cobrir custo relacionados com o ESS, conforme o Decreto nº 7891/2013, citado na NE nº 32.1.1, foram no montante de R\$ 319.624 no exercício 2013.

32.2.2 Conta de Energia de Reserva - Coner - Resolução Normativa nº 613/2014

A Resolução 613/2014 estabeleceu critérios para a destinação dos excedentes financeiros da Coner, que tiveram efeitos para amenizar os custos com encargos de uso da rede elétrica.

32.3 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Pessoal				
Remunerações	53.992	5.197	642.901	663.636
Encargos sociais	18.297	1.284	204.695	210.993
Auxílio alimentação e educação	5.374	460	85.927	86.916
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	3.352	734	92.657	80.048
Provisão (reversão) para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	(547)	248	6.588	37.925
	80.468	7.923	1.032.768	1.079.518
Administradores				
Honorários	6.025	7.866	15.614	13.044
Encargos sociais	1.587	2.379	3.977	3.642
Outros gastos	273	86	452	143
	7.885	10.331	20.043	16.829
	88.353	18.254	1.052.811	1.096.347

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

32.4 Serviços de terceiros

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Manutenção do sistema elétrico	102.116	106.175
Manutenção de instalações	90.909	79.309
Comunicação, processamento e transmissão de dados	50.894	51.534
Leitura e entrega de faturas	37.766	35.930
Agentes autorizados e credenciados	35.116	33.801
Atendimento a consumidor	17.624	24.325
Consultoria e auditoria	11.853	15.972
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre serviços de terceiros	(4.689)	(6.063)
Outros serviços	82.875	82.476
	424.464	423.459

32.5 Provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (NE nº 18.11)	-	-	807.281	-
Provisão (reversão) para litígios (NE nº 29)	20.584	(26.765)	323.811	151.823
PCLD (Clientes e Outros créditos)	-	-	53.193	47.458
Provisão para perdas em consórcios	-	-	13.003	-
Provisão para perdas de créditos tributários	-	-	6.394	274
	20.584	(26.765)	1.203.682	199.555

32.6 Custo de construção

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Material	648.102	518.504
Serviços de terceiros	450.627	360.234
Pessoal	127.039	118.641
Outros	60.134	90.896
	1.285.902	1.088.275

32.7 Outros custos e despesas operacionais

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	140.810	131.582
Tributos	84.671	25.687
Indenizações	28.549	26.113
Arrendamentos e aluguéis (32.7.1)	28.533	31.095
Perdas na desativação e alienação de bens	21.765	71.864
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	18.662	9.464
Propaganda e publicidade	16.745	25.902
Taxa de fiscalização da Aneel	15.460	20.885
Recuperação de custos e despesas	(52.106)	(49.389)
Outros custos e despesas, líquidos	89.435	50.377
	392.524	343.580

32.7.1 Arrendamentos e aluguéis

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Imóveis	23.919	25.165
Outros	5.977	7.721
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.363)	(1.791)
	28.533	31.095

Não foram identificados compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

33 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Receitas financeiras				
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	138.578	105.314
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8)	157.422	-	157.422	159.348
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	19.087	4.747	184.468	118.499
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10)	-	-	76.989	108.259
Variação monetária e juros sobre contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (NE nº 11)	-	-	50.271	84.572
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	14	12	26.658	38.336
Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-	-	7	827
Juros e comissões sobre contratos de mútuo	-	92.638	-	-
Outras receitas financeiras	25.685	17.127	60.130	37.208
	202.208	114.524	694.523	652.363
(-) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	182.375	86.114	366.686	233.417
Variação monetária e reversão de juros sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público (NE nº 27.2)	-	-	63.000	68.096
Variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8)	21.790	-	21.790	-
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 26.2)	-	-	23.399	15.225
Outras variações monetárias e cambiais	1.475	9	7.302	15.838
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	28.092	26.352	28.404	26.352
Outras despesas financeiras	30	49	36.225	13.124
	233.762	112.524	546.806	372.052
Líquido	(31.554)	2.000	147.717	280.311

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2014 totalizaram R\$ 123.795, à taxa média de 13,49% a.a.

34 Segmentos Operacionais

O principal tomador de decisões estratégica da Companhia e de suas controladas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria executiva da Controladora e a diretoria executiva de cada controlada.

34.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua em cinco segmentos reportáveis identificados pela Administração, por meio das diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exige diferentes tecnologias e estratégias.

Nos exercícios de 2014 e de 2013, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no exercício de 2014.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas no resumo das principais práticas contábeis e as operações intersegmentos são realizadas como se estas fossem com terceiros, ou seja, pelos preços correntes de mercado.

34.2 Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica, e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. Atua por intermédio das empresas Copel Geração e Transmissão, Elejor, UEG Araucária, Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV, Santa Maria, Santa Helena, Ventos de Santo Uriel, Olho D'Água, Boa Vista, Farol e São Bento do Norte;

Distribuição e comercialização de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da Copel Distribuição;

Telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral. Atua por intermédio da Copel Telecomunicações;

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado. Atua por intermédio da Compagás; e

Holding (HOL) - tem como atribuição a participação em outras empresas. Atua por intermédio da Copel, Copel Participações, Copel Renováveis, Cutia Empreendimentos e São Bento Energia, Investimentos e Participações.

34.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2014							
ATIVO TOTAL	12.892.184	9.023.699	589.547	634.221	16.081.466	(13.602.975)	25.618.142
ATIVO CIRCULANTE	2.131.116	2.638.378	64.482	323.872	648.011	(587.683)	5.218.176
Caixa e equivalentes de caixa	415.431	160.417	5.820	99.424	59.039	-	740.131
Títulos e valores mobiliários	458.960	3	-	-	152	-	459.115
Cauções e depósitos vinculados	2.200	38	-	1.695	9.564	-	13.497
Clientes	761.306	1.387.792	33.295	182.491	-	(186.068)	2.178.816
Dividendos a receber	34.850	-	-	-	389.739	(398.257)	26.332
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	94.579	-	94.579
Ativos financeiros setoriais líquidos	-	609.298	-	-	-	-	609.298
Contas a receber vinculadas à concessão	7.430	-	-	-	-	-	7.430
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	301.046	-	-	-	-	-	301.046
Outros créditos	97.219	302.782	3.494	359	12.886	(922)	415.818
Estoques	29.389	101.399	17.684	2.150	-	-	150.622
Imposto de renda e contribuição social	2.084	18.814	667	3.950	79.559	-	105.074
Outros tributos a recuperar	17.638	41.642	3.464	33.541	-	-	96.285
Despesas antecipadas	3.562	16.193	58	262	58	-	20.133
Partes relacionadas	1	-	-	-	2.435	(2.436)	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.761.068	6.385.321	525.065	310.349	15.433.455	(13.015.292)	20.399.966
Realizável a Longo Prazo	1.126.660	5.169.397	65.448	40.343	1.944.744	(85.120)	8.261.472
Títulos e valores mobiliários	130.137	2.073	-	-	-	-	132.210
Cauções e depósitos vinculados	-	56.956	-	-	-	-	56.956
Clientes	3.795	41.859	30.042	-	-	-	75.696
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	1.249.529	-	1.249.529
Depósitos judiciais	53.119	398.877	5.499	4.779	273.979	-	736.253
Ativos financeiros setoriais líquidos	-	431.846	-	-	-	-	431.846
Contas a receber vinculadas à concessão	623.591	3.792.476	-	1.920	-	-	4.417.987
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	160.217	-	-	-	-	-	160.217
Adiantamento a fornecedores	54.428	517	-	3.068	-	-	58.013
Outros créditos	7.999	18.382	-	627	303	-	27.311
Imposto de renda e contribuição social	545	13.875	-	-	114.195	-	128.615
Outros tributos a recuperar	50.410	52.486	6.022	14.563	-	-	123.481
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.674	360.050	23.885	15.211	98.226	-	526.046
Despesas antecipadas	-	-	-	175	-	-	175
Partes relacionadas	13.745	-	-	-	208.512	(85.120)	137.137
Investimentos	1.569.251	1.374	-	-	13.443.419	(13.353.894)	1.660.150
Imobilizado	7.818.268	-	443.690	-	42.230	-	8.304.188
Intangível	246.889	1.214.550	15.927	270.006	3.062	423.722	2.174.156

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2013							
ATIVO TOTAL	12.422.458	7.760.564	480.851	308.023	14.473.384	(12.333.835)	23.111.445
ATIVO CIRCULANTE	2.754.802	2.142.654	62.466	84.017	524.778	(888.433)	4.680.284
Caixa e equivalentes de caixa	1.438.269	247.045	10.481	34.427	11.410	-	1.741.632
Títulos e valores mobiliários	388.659	377	-	-	186	-	389.222
Cauções e depósitos vinculados	-	1.072	-	904	-	-	1.976
Clientes	311.191	1.005.703	27.983	37.804	-	(45.053)	1.337.628
Dividendos a receber	2.578	-	-	-	381.371	(374.449)	9.500
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	85.448	-	85.448
Contas a receber vinculadas à concessão	4.396	-	-	-	-	-	4.396
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	352.161	-	-	-	-	-	352.161
Outros créditos	208.428	180.963	2.799	445	3.869	(614)	395.890
Estoques	31.298	96.866	10.046	1.068	-	-	139.278
Imposto de renda e contribuição social	3.121	77.288	6.936	3.319	42.494	-	133.158
Outros tributos a recuperar	11.745	48.609	3.869	5.790	-	-	70.013
Despesas antecipadas	2.956	16.414	352	260	-	-	19.982
Partes relacionadas	-	468.317	-	-	-	(468.317)	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.667.656	5.617.910	418.385	224.006	13.948.606	(11.445.402)	18.431.161
Realizável a Longo Prazo	992.246	4.352.625	37.185	14.042	1.892.958	(64.815)	7.224.241
Títulos e valores mobiliários	66.265	54.271	-	-	-	-	120.536
Cauções e depósitos vinculados	-	45.371	-	-	-	-	45.371
Clientes	5.692	115.020	11.974	-	-	-	132.686
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	1.295.106	-	1.295.106
Depósitos judiciais	42.087	356.393	4.289	341	272.115	-	675.225
Contas a receber vinculadas à concessão	408.473	3.075.795	-	-	-	-	3.484.268
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	365.645	-	-	-	-	-	365.645
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	13.504	-	-	13.504
Outros créditos	5.132	10.799	-	-	-	-	15.931
Imposto de renda e contribuição social	14.975	12.967	-	-	169.717	-	197.659
Outros tributos a recuperar	54.747	64.752	4.999	-	-	-	124.498
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.028	617.257	15.923	-	91.205	-	753.413
Despesas antecipadas	202	-	-	197	-	-	399
Partes relacionadas	-	-	-	-	64.815	(64.815)	-
Investimentos	807.190	4.012	-	-	12.055.619	(11.678.894)	1.187.927
Imobilizado	7.617.626	-	365.977	-	29	-	7.983.632
Intangível	250.594	1.261.273	15.223	209.964	-	298.307	2.035.361

34.4 Passivo por segmento reportável

PASSIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2014							
PASSIVO TOTAL	12.892.184	9.023.699	589.547	634.221	16.081.466	(13.602.975)	25.618.142
PASSIVO CIRCULANTE	1.947.686	1.908.606	85.705	286.277	426.646	(599.527)	4.055.393
Obrigações sociais e trabalhistas	51.248	160.423	20.189	6.044	14.714	-	252.618
Partes relacionadas	511	-	-	-	13.173	(13.684)	-
Fornecedores	656.110	843.512	19.733	252.541	2.299	(186.990)	1.587.205
Imposto de renda e contribuição social	307.439	-	-	-	2.442	-	309.881
Outras obrigações fiscais	43.239	77.572	6.682	3.915	5.921	-	137.329
Empréstimos e financiamentos	107.497	405.235	5.737	-	349.753	(596)	867.626
Debêntures	390.822	20.088	-	5.134	15.447	-	431.491
Dividendos a pagar	242.488	124.791	31.300	15.545	3.824	(398.257)	19.691
Benefícios pós-emprego	9.538	26.548	1.313	-	5	-	37.404
Encargos do consumidor a recolher	6.791	16.442	-	-	-	-	23.233
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	46.679	129.293	-	-	-	-	175.972
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	54.955	-	-	-	-	-	54.955
Outras contas a pagar	30.369	104.702	751	3.098	19.068	-	157.988
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.209.935	2.785.518	86.685	69.918	1.938.089	(210.176)	7.879.969
Partes relacionadas	114.081	-	-	-	25.494	(139.575)	-
Fornecedores	14.249	3.376	-	-	-	-	17.625
Obrigações fiscais	18.635	63.952	3.673	-	869	-	87.129
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.218	-	-	-	-	-	15.218
Empréstimos e financiamentos	1.518.027	517.804	27.431	-	608.663	(70.601)	2.601.324
Debêntures	111.550	998.949	-	48.420	995.038	-	2.153.957
Benefícios pós-emprego	218.812	576.575	50.277	4.844	10.706	-	861.214
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	58.009	101.783	-	-	-	-	159.792
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	436.772	-	-	-	-	-	436.772
Outras contas a pagar	306	-	-	-	-	-	306
Provisões para litígios	704.276	523.079	5.304	16.654	297.319	-	1.546.632
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.734.563	4.329.575	417.157	278.026	13.716.731	(12.793.272)	13.682.780
Atribuível aos acionistas controladores	7.734.563	4.329.575	417.157	278.026	13.716.731	(13.145.363)	13.330.689
Capital social	4.456.762	2.624.841	240.398	135.943	7.301.605	(7.849.549)	6.910.000
Afac	-	603.000	36.100	-	8.000	(647.100)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.104.583	(108.279)	(16.876)	(1.548)	974.948	(975.864)	976.964
Reserva legal	361.226	157.187	12.022	21.238	685.349	(551.875)	685.147
Reserva de retenção de lucros	1.560.071	1.052.826	145.513	122.393	4.520.666	(2.884.644)	4.516.825
Dividendo adicional proposto	262.209	-	-	-	241.753	(262.209)	241.753
Prejuízos acumulados	(10.288)	-	-	-	(15.590)	25.878	-
Atribuível aos acionistas não controladores						352.091	352.091

PASSIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2013							
PASSIVO TOTAL	12.422.458	7.760.564	480.851	308.023	14.473.384	(12.333.835)	23.111.445
PASSIVO CIRCULANTE	1.485.556	1.545.217	56.340	66.935	1.084.423	(890.586)	3.347.885
Obrigações sociais e trabalhistas	59.902	155.337	14.105	5.214	5.127	-	239.685
Partes relacionadas	-	-	-	-	468.317	(468.317)	-
Fornecedores	301.768	771.815	8.120	52.881	3.211	(45.556)	1.092.239
Imposto de renda e contribuição social	297.620	-	-	-	-	-	297.620
Outras obrigações fiscais	66.899	200.767	5.467	2.227	25.481	(110)	300.731
Empréstimos e financiamentos	217.736	173.482	5.241	-	562.801	(2.154)	957.106
Debêntures	40.490	16.972	-	-	-	-	57.462
Dividendos a pagar	362.932	-	21.585	5.598	3.047	(374.449)	18.713
Benefícios pós-emprego	7.886	21.043	1.047	-	7	-	29.983
Encargos do consumidor a recolher	26.920	11.074	-	-	-	-	37.994
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.116	107.744	-	-	-	-	127.860
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	51.481	-	-	-	-	-	51.481
Outras contas a pagar	31.806	86.983	775	1.015	16.432	-	137.011
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.299.960	2.848.662	71.572	5.462	736.808	(127.656)	6.834.808
Partes relacionadas	64.995	-	-	-	-	(64.995)	-
Fornecedores	22.187	27.934	-	-	-	-	50.121
Obrigações fiscais	15.153	50.354	2.855	-	40	-	68.402
Imposto de renda e contribuição social diferidos	418.426	-	-	2.075	-	-	420.501
Empréstimos e financiamentos	1.303.009	635.956	33.622	-	456.752	(62.661)	2.366.678
Debêntures	152.066	998.417	-	-	-	-	1.150.483
Benefícios pós-emprego	292.968	608.391	31.222	2.499	2.169	-	937.249
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	55.599	99.122	-	-	-	-	154.721
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	420.293	-	-	-	-	-	420.293
Outras contas a pagar	233	-	-	-	-	-	233
Provisões para litígios	555.031	428.488	3.873	888	277.847	-	1.266.127
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.636.942	3.366.685	352.939	235.626	12.652.153	(11.315.593)	12.928.752
Atribuível aos acionistas controladores	7.636.942	3.366.685	352.939	235.626	12.652.153	(11.593.006)	12.651.339
Capital social	4.317.997	2.624.841	240.398	135.943	6.911.678	(7.320.857)	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	1.141.672	(155.096)	(5.795)	-	983.159	(980.781)	983.159
Reserva legal	301.729	135.294	9.093	18.220	624.849	(464.336)	624.849
Reserva de retenção de lucros	1.730.944	761.646	109.243	77.987	3.897.833	(2.683.296)	3.894.357
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	3.476	-	-	3.476
Dividendo adicional proposto	153.180	-	-	-	235.498	(153.180)	235.498
Prejuízos acumulados	(8.580)	-	-	-	(864)	9.444	-
Atribuível aos acionistas não controladores						277.413	277.413

34.5 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2014							
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.344.002	8.347.036	213.163	1.748.045	3	(1.733.732)	13.918.517
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	513.239	3.857.914	-	-	-	-	4.371.153
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	2.547	-	-	-	(2.547)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	4.073.140	297.652	-	-	-	-	4.370.792
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	303.115	-	-	-	-	(303.115)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	136.830	2.100.640	-	-	-	-	2.237.470
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	60.733	13.223	-	-	-	(73.956)	-
Receita de construção	206.150	991.356	-	81.504	-	-	1.279.010
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	165.461	-	-	-	165.461
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	29.763	-	-	(29.763)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	391.285	-	-	391.285
Distribuição de gás canalizado entre segmentos	-	-	-	1.273.301	-	(1.273.301)	-
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	-	1.033.866	-	-	-	-	1.033.866
Outras receitas operacionais para terceiros	17.110	48.428	1.984	1.955	3	-	69.480
Outras receitas operacionais entre segmentos	33.685	1.410	15.955	-	-	(51.050)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.388.615)	(7.757.776)	(137.404)	(1.664.860)	(153.758)	1.733.855	(12.368.558)
Energia elétrica comprada para revenda	(496.887)	(4.904.034)	-	-	-	303.202	(5.097.719)
Encargos de uso da rede elétrica	(247.126)	(209.066)	-	-	-	71.346	(384.846)
Pessoal e administradores	(231.941)	(633.236)	(62.069)	(25.892)	(99.673)	-	(1.052.811)
Planos previdenciário e assistencial	(52.427)	(126.961)	(8.507)	(2.093)	(11.554)	-	(201.542)
Material	(17.048)	(53.918)	(1.551)	(1.410)	(508)	-	(74.435)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(1.424.147)	-	-	-	-	1.273.299	(150.848)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(1.469.842)	-	-	(1.469.842)
Serviços de terceiros	(170.431)	(289.717)	(21.530)	(19.374)	(7.707)	84.295	(424.464)
Depreciação e amortização	(362.586)	(221.401)	(28.277)	(16.921)	(758)	-	(629.943)
Provisões e reversões (a)	(978.991)	(185.207)	(3.036)	(15.864)	(20.584)	-	(1.203.682)
Custo de construção	(213.042)	(991.356)	-	(81.504)	-	-	(1.285.902)
Outros custos e despesas operacionais	(193.989)	(142.880)	(12.434)	(31.960)	(12.974)	1.713	(392.524)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	350.412	-	-	-	1.415.889	(1.606.346)	159.955
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.305.799	589.260	75.759	83.185	1.262.134	(1.606.223)	1.709.914
Resultado financeiro	92.877	81.693	2.922	1.832	(31.482)	(125)	147.717
LUCRO OPERACIONAL	1.398.676	670.953	78.681	85.017	1.230.652	(1.606.348)	1.857.631
Imposto de renda e contribuição social	(646.099)	-	(22.350)	(41.140)	(38.280)	-	(747.869)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	434.506	(233.089)	2.253	16.489	5.694	-	225.853
LUCRO DO EXERCÍCIO	1.187.083	437.864	58.584	60.366	1.198.066	(1.606.348)	1.335.615

(a) No segmento de geração e transmissão, o saldo contempla o valor de provisão para redução ao valor recuperável de ativos (NE nº 32.5).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2013							
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.044.399	5.961.575	187.792	423.014	-	(436.566)	9.180.214
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	460.845	2.883.804	-	-	-	-	3.344.649
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	2.193	-	-	-	(2.193)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	1.832.207	100.055	-	-	-	-	1.932.262
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	311.242	-	-	-	-	(311.242)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	94.785	1.934.191	-	-	-	-	2.028.976
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	57.090	13.115	-	-	-	(70.205)	-
Receita de construção	136.536	898.606	-	40.999	-	-	1.076.141
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	141.315	-	-	-	141.315
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	39.895	-	-	(39.895)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	368.620	-	-	368.620
Outras receitas operacionais para terceiros	144.908	128.278	1.670	13.395	-	-	288.251
Outras receitas operacionais entre segmentos	6.786	1.333	4.912	-	-	(13.031)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.649.753)	(6.304.797)	(127.264)	(402.030)	(20.303)	436.520	(8.067.627)
Energia elétrica comprada para revenda	(128.736)	(3.518.865)	-	-	-	311.242	(3.336.359)
Encargos de uso da rede elétrica	(227.325)	(249.465)	-	-	-	69.473	(407.317)
Pessoal e administradores	(274.526)	(723.734)	(57.703)	(21.366)	(19.018)	-	(1.096.347)
Planos previdenciário e assistencial	(47.478)	(118.211)	(7.738)	(1.387)	(1.382)	-	(176.196)
Material	(16.346)	(50.531)	(1.312)	(2.268)	(21)	-	(70.478)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(27.187)	-	-	-	-	-	(27.187)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(295.671)	-	-	(295.671)
Serviços de terceiros	(146.185)	(292.644)	(18.437)	(17.439)	(4.815)	56.061	(423.459)
Depreciação e amortização	(353.590)	(205.110)	(27.968)	(15.780)	(755)	-	(603.203)
Provisões e reversões	(104.127)	(118.233)	(3.920)	(40)	26.765	-	(199.555)
Custo de construção	(148.670)	(898.606)	-	(40.999)	-	-	(1.088.275)
Outros custos e despesas operacionais	(175.583)	(129.398)	(10.186)	(7.080)	(21.077)	(256)	(343.580)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	33.744	-	-	-	1.116.830	(1.036.968)	113.606
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.428.390	(343.222)	60.528	20.984	1.096.527	(1.037.014)	1.226.193
Resultado financeiro	41.804	228.938	3.078	4.443	2.000	48	280.311
LUCRO OPERACIONAL	1.470.194	(114.284)	63.606	25.427	1.098.527	(1.036.966)	1.506.504
Imposto de renda e contribuição social	(532.053)	-	(14.661)	(7.806)	-	-	(554.520)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	140.856	35.775	(1.213)	864	(26.831)	-	149.451
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.078.997	(78.509)	47.732	18.485	1.071.696	(1.036.966)	1.101.435

35 Instrumentos Financeiros

35.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2014		31.12.2013	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	740.131	740.131	1.741.632	1.741.632
Títulos e valores mobiliários (b)	5	1	52.804	52.804	65.811	65.811
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	288.563	288.563	172.716	172.716
			1.081.498	1.081.498	1.980.159	1.980.159
Empréstimos e recebíveis						
Caução STN (c)	6		56.956	39.252	45.371	32.415
Cauções e depósitos vinculados (a)	6		13.497	13.497	1.976	1.976
Clientes (a)	7		2.254.512	2.254.512	1.470.314	1.470.314
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (d)	8		1.344.108	1.376.932	1.380.554	1.369.599
Ativos financeiros setoriais líquidos (a)	9		1.041.144	1.041.144	-	-
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	10		632.941	632.941	412.869	412.869
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (f)	11		301.046	302.689	557.589	563.052
			5.644.204	5.660.967	3.868.673	3.850.225
Disponíveis para venda						
Contas a receber vinculadas à concessão (g)	10	3	3.792.476	3.792.476	3.075.795	3.075.795
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (h)	11	3	160.217	160.217	160.217	160.217
Títulos e valores mobiliários (b)	5	1	107.232	107.232	196.112	196.112
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	142.726	142.726	75.119	75.119
Outros investimentos (i)	17.2	1	17.631	17.631	25.708	25.708
			4.220.282	4.220.282	3.532.951	3.532.951
Total dos ativos financeiros			10.945.984	10.962.747	9.381.783	9.363.335
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Outras obrigações - derivativos (b)		1	157	157	85	85
			157	157	85	85
Outros passivos financeiros						
Fornecedores (a)	21		1.604.830	1.604.830	1.142.360	1.142.360
Empréstimos e financiamentos (c)	22		3.468.950	3.229.136	3.323.784	2.922.867
Debêntures (j)	23		2.585.448	2.585.448	1.207.945	1.207.945
Contas a pagar vinculadas à concessão - UBP (k)	27		491.727	598.493	471.774	578.409
			8.150.955	8.017.907	6.145.863	5.851.581
Total dos passivos financeiros			8.151.112	8.018.064	6.145.948	5.851.666

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.

- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 111,5% do CDI para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- d) Utilizada como premissa a comparação com o título Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, de longo prazo e pós-fixado, a NTN-B Principal com vencimento em 15.08.2024, que paga em torno de 6,10% a.a. mais IPCA.
- e) Os critérios e as premissas foram divulgados na NE nº 3.7.2.
- f) Ativos que entraram em operação após maio de 2000, têm valores justos calculados pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa Selic, melhor taxa de curto prazo disponível para comparação na apuração do seu valor de mercado.
- g) Os critérios e as premissas foram divulgados na NE nº 3.7.1. A mutação ocorrida em 2014 está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Em 31.12.2013	3.075.795
Capitalizações do intangível em curso	663.576
Variação monetária	76.989
Baixas	(23.884)
Em 31.12.2014	3.792.476

- h) Ativos existentes em 31.05.2000, têm valores justos equivalentes aos valores contábeis, em virtude do aguardo da conclusão do laudo a ser avaliado pela Aneel.
- i) Calculado conforme cotações de preços publicadas em mercado ativo ou aplicando o percentual de participação sobre o patrimônio líquido para os ativos sem mercado ativo.
- j) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2014, obtido junto à Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar de R\$ 2.029.
- k) Utilizada a taxa de 7,74% a.a. como referência de mercado.

35.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

35.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado		
Exposição ao risco de crédito	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e equivalentes de caixa (a)	740.131	1.741.632
Títulos e valores mobiliários (a)	591.325	509.758
Cauções e depósitos vinculados (a)	70.453	47.347
Clientes (b)	2.254.512	1.470.314
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.344.108	1.380.554
Ativos financeiros setoriais líquidos (d)	1.041.144	-
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	4.425.417	3.488.664
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (f)	301.046	557.589
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (g)	160.217	160.217
	10.928.353	9.356.075

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias para débitos superiores a R\$ 200.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

c) A Administração considera o risco deste crédito reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos. O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.

d) A Administração considera bastante reduzido o risco deste crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

e) A Administração considera bastante reduzido o risco deste, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão, especificamente a atividade de transmissão, tendo em vista que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda.

f) Para o valor relativo a indenização homologada para os ativos que entraram em operação após maio de 2000, a Administração considera reduzido o risco de crédito uma vez que as regras de sua realização e remuneração já foram estabelecidos pelo Poder Concedente. A Companhia recebeu as parcelas vencidas até setembro de 2014 e a expectativa da Administração é o recebimento das demais parcelas em atraso a partir da publicação da Resolução Homologatória nº 1.857, de 27.02.2015, que definiu as quotas anuais definitivas da CDE, aumentando o orçamento para o pagamento das indenizações de transmissão de R\$ 3.180.000 para R\$ 4.900.000 em 2015.

- g)** Para o valor relativo aos ativos existentes em 31.05.2000, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR), para fins de indenização. Para estes ativos a Administração considera como reduzido o risco de crédito uma vez que as regras para a indenização estão definidas e está em andamento o levantamento das informações conforme requerido pelo Poder Concedente.

35.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2017, repetem-se os indicadores de 2016 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2014							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 22	75.379	45.403	971.506	2.185.629	2.051.937	5.329.854
Debêntures	NE nº 23	4.939	10.966	692.433	2.680.345	-	3.388.683
Derivativos	DI Futuro	157	-	-	-	-	157
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.590	9.181	42.144	257.665	2.006.107	2.319.687
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	205.030	958.725	4.152.843	5.010.440	10.327.038
Outros fornecedores	-	1.111.742	269.075	94.811	32.114	-	1.507.742
Benefícios pós emprego	8,53%	38.322	76.645	344.902	1.797.468	5.690.070	7.947.407
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	899.187	3.666.194	19.924.273	93.096.613	117.586.267
		1.235.129	1.515.487	6.770.715	31.030.337	107.855.167	148.406.835
31.12.2013							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 22	44.546	312.844	773.467	1.853.937	1.488.871	4.473.665
Debêntures	NE nº 23	5.182	10.324	160.669	1.499.400	-	1.675.575
Derivativos	DI Futuro	85	-	-	-	-	85
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.282	8.564	39.272	246.196	2.103.155	2.401.469
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	124.286	575.224	3.606.457	5.517.175	9.823.142
Petrobras - repactuação	100% do CDI	5.295	10.738	51.243	-	-	67.276
Outros fornecedores	-	645.392	144.718	196.518	92.271	-	1.078.899
Benefícios pós emprego	8,05%	43.145	86.289	388.302	2.785.404	12.492.581	15.795.721
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	605.310	2.818.490	12.216.247	80.198.892	95.838.939
		747.927	1.303.073	5.003.185	22.299.912	101.800.674	131.154.771

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nº 22.10 e 23.2, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

As principais garantias para passivos, constituídas para manutenção dos negócios e investimentos, estão aplicadas em títulos e valores mobiliários (NE nº 5) e em dinheiro (NE nº 6).

35.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco cambial - dólar norte-americano**

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

O risco cambial na compra de gás decorre da possibilidade de a Compagás computar prejuízos derivados de flutuações no preço do gás decorrente da variação no valor da “cesta de óleos” e das taxas de câmbio, aumentando os saldos de contas a pagar relativas ao gás adquirido.

A Compagás mantém monitoramento permanente dessas flutuações.

Análise de sensibilidade do risco cambial

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2014 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio – fim de período (R\$/US\$ 2,80) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2015 do Relatório Focus do Bacen de 06.02.2015. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco cambial	Risco	Base 31.12.2014	Cenários projetados - dez.2015		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Caução STN (garantia de empréstimo STN)	Baixa do dólar	56.956	3.083	(11.926)	(26.936)
		56.956	3.083	(11.926)	(26.936)
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	(71.197)	(3.854)	(22.617)	(41.380)
		(71.197)	(3.854)	(22.617)	(41.380)
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	(135.489)	(7.335)	(43.041)	(78.747)
Petrobras (aquisição de gás pela Compagás)	Alta do dólar	(252.103)	(13.648)	(80.086)	(146.524)
		(387.592)	(20.983)	(123.127)	(225.271)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

b) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, exceto para os fundos de investimentos exclusivos (35.2.3-c), mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2014 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 12,50%, IPCA – 6,45%, IGP-DI – 5,72%, IGP-M – 5,81% e TJLP – 5,50%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2015 do Relatório Focus do Bacen de 06.02.2015. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2015		
		31.12.2014	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	587.758	76.526	57.424	38.262
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	591.325	76.990	57.773	38.495
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	13.497	1.757	1.319	878
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.344.108	76.883	57.662	38.441
Ativos financeiros setoriais líquidos	Baixa Selic	1.041.144	130.143	97.607	65.072
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	4.425.417	257.117	192.838	128.558
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão - RBNI	Baixa IPCA	301.046	19.417	14.563	9.709
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	Indefinido (a)	160.217	-	-	-
		8.464.512	638.833	479.186	319.415
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(1.558.485)	(194.811)	(243.513)	(292.216)
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	(50.237)	(584)	(730)	(876)
Eletrobrás - RGR	Sem Risco (b)	(80.524)	-	-	-
Finep	Alta TJLP	(33.168)	(1.824)	(2.280)	(2.736)
BNDES	Alta TJLP	(1.526.141)	(83.938)	(104.922)	(125.907)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(149.198)	(8.206)	(10.257)	(12.309)
Debêntures	Alta CDI	(2.585.448)	(323.181)	(403.976)	(484.772)
		(5.983.201)	(612.544)	(765.678)	(918.816)

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

c) Risco de derivativos

A Companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA e registradas na Cetip S.A. Mercados Organizados - Cetip, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- i) Em 2014, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi um ganho de R\$ 1.720 (um ganho de R\$ 5.885 em 2013);

- ii) Os contratos são ajustados diariamente, conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nacionais) desses contratos em aberto em 31.12.2014 correspondem a R\$ 64.880 (R\$ 109.792 em 31.12.2013);
- iii) Em 31.12.2014, parte dos títulos públicos federais no montante de R\$ 6.487 (R\$ 6.712 em 31.12.2013) estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA.

Análise de sensibilidade do risco de derivativos

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes e, para o cenário provável, os saldos com a variação da taxa de referência BM&FBOVESPA para LTN, com vencimento em 04.01.2016.

Risco de derivativos	Risco	Base 31.12.2014	Cenários projetados - dez.2015		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos (passivos) financeiros					
Derivativos - passivos	Baixa do DI	(157)	130	(6.390)	(12.909)
		(157)	130	(6.390)	(12.909)
Efeito esperado no resultado			287	(6.233)	(12.752)

35.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Risco de déficit de energia elétrica decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto a ocorrência de chuvas em determinado período, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hídricas, cuja geração depende do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nos reservatórios, podendo ocasionar perdas em razão da redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo a publicação Plano da Operação Energética 2014/2018 - PEN 2014, divulgado pelo ONS, o cenário hidroenergético em 2014 mostrou-se desfavorável, uma vez que as condições climáticas na estação chuvosa impediram a retomada dos estoques armazenados nos reservatórios dos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste.

Estes fatores podem impactar, sobretudo, os resultados no curto prazo (horizonte 2015/2016), quando o risco de déficit em alguns casos superam a margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco máximo de 5%).

Entretanto, as avaliações de médio prazo (horizonte 2015/2018), baseadas nos riscos de déficit de energia para o Cenário de Referência indicam adequabilidade ao critério de suprimento preconizado pelo CNPE, na medida em que os riscos de déficit permanecem inferiores a 5% em todos os subsistemas.

35.2.5 Risco de não renovação das concessões

A lei nº 12.783/2013 publicada em 14.01.2013 disciplinou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as concessões alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da lei nº 9.074/1995. No entanto, a prorrogação é facultada a aceitação expressa das condições daquela lei.

No segmento de geração, foram quatro as usinas alcançadas pela lei nº 12.783/2013: Rio dos Patos com 1,8 MW, Mourão com 8,2 MW, Chopim com 1,8 MW e Usina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza com 260 MW de capacidade instalada.

Visando preservar os atuais níveis de rentabilidade da empresa, estas usinas não foram prorrogadas, pois estudos apontaram sua inviabilidade frente as condições impostas pelo poder concedente. Ao término contratual, estas usinas serão licitadas, sem a garantia da empresa sagrar-se vencedora do certame. Rio dos Patos, por sua vez teve seu término contratual em fevereiro de 2014. No entanto, a Companhia permanecerá responsável pela prestação do serviço desta usina, até a assunção do concessionário vencedor da licitação, ainda sem data definida para acontecer. Por meio da Portaria MME 170/2014, de 17.04.2014, foi definindo o valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração - GAG desta usina, o qual será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração - RAG, para prestação desse serviço.

No segmento de transmissão, as instalações constantes do Contrato de Concessão nº 060/2001, foram prorrogadas por 30 anos, segundo as condições impostas pela lei nº 12.783/2013. Neste caso, foram mantidas as condições para a realização dos investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reforma das estruturas e equipamentos que se efetivarão desde que haja reconhecimento e autorização pela Aneel. A garantia de ressarcimento pelo órgão regulador afasta a possibilidade de perdas financeira bem como preserva os atuais níveis de rentabilidade da Companhia.

No segmento de distribuição, a Companhia manifestou-se favorável pela prorrogação do Contrato de Concessão nº 046/1999, nos termos da lei nº 12.783/2013. No momento, aguarda-se a decisão do Poder Concedente pela prorrogação. Caso as condições estabelecidas pelo Poder Concedente garantam os níveis de rentabilidade da empresa, a Companhia assinará o contrato de concessão ou termo aditivo, por um período de até 30 anos. Apesar do contexto de incertezas no cenário regulatório, a Companhia confia na possibilidade de prorrogação do referido contrato de concessão, embora não possua informações suficientes para garantir a prorrogação do contrato de concessão de distribuição em termos favoráveis. A prorrogação ou não do contrato de concessão se dará mediante condições legais regulatórias a serem determinadas que possam afetar a classificação, a realização de determinados ativos ou a liquidação de determinados passivos. Os principais itens que estão expostos a este evento são conforme segue:

- i) Ativo financeiro setorial: a parcela classificada no curto prazo poderá ser realizada em prazo superior a 12 meses, caso a concessão não seja renovada;
- ii) Ativo financeiro da concessão: depende de avaliação da Aneel para confirmar os valores a serem indenizados ou que venham a ser atribuídos a um novo período de concessão; e
- iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos: poderão se realizar/liquidar em prazo diferente daquele previsto pela Companhia.

Copel Geração e Transmissão	Participação %	Vencimento
Contrato de Concessão nº 045/1999		
UHE Rio dos Patos (a) (b) (f)	100	14.02.2014
UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS) (a) (b)	100	07.07.2015
UHE Mourão I (a) (b)	100	07.07.2015
UTE Figueira	100	26.03.2019
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	100	23.05.2023
UHE São Jorge	100	03.12.2024
UHE Guaricana	100	16.08.2026
UHE Derivação do Rio Jordão (d)	100	15.11.2029
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	15.11.2029
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	04.05.2030
PCH Melissa (c)	100	-
PCH Pitangui (c)	100	-
PCH Salto do Vau (c)	100	-
Contrato de Concessão nº 001/2011		
UHE Colíder (e)	100	16.01.2046
Contrato de Uso de Bem Público nº 007/2013		
UHE Chopim I (a) (b) (d)	100	07.07.2015
UHE Apucarantina (d)	100	12.10.2025
UHE Chaminé (d)	100	16.08.2026
UHE Cavernoso (d)	100	07.01.2031
Contrato de Uso de Bem Público nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu (g)	30	19.08.2047
Autorizações		
Resolução nº 278/1999 - UEE Palmas	100	28.09.2029
Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20% - Copel)	60	22.12.2029
Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II	100	27.02.2046
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007		
UHE Mauá	51	02.07.2042
Em processo de homologação na Aneel		
UHE Marumbi	100	-

- (a) Usina não renovada nos termos da MP nº 579/2012 - prerrogativa da Concessionária.
- (b) Haverá licitação do empreendimento ao término da concessão.
- (c) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel.
- (d) Usinas que passaram por mudança no regime de exploração de Serviço Público para Produtor Independente.
- (e) Empreendimento em construção.
- (f) A Companhia permanecerá responsável pela prestação do serviço desta usina, até a assunção do concessionário vencedor da licitação, ainda sem data definida para acontecer.
- (g) Em 10.10.2014 foi assinado o 1º aditivo ao Contrato de Concessão MME nº 002/2012 formalizando a transferência de 30% da Concessão da UHE Baixo Iguaçu para a Copel Geração e Transmissão.

Copel Geração e Transmissão	Participação %	Vencimento
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão e Subestações		
Contrato nº 060/01 - Instalações de transmissão (a)	100	05.12.2042
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariaíva	100	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	100	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	100	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté (b)	100	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilha III (b)	100	05.10.2040
Contrato nº 001/12 - Linha de transmissão Cascavel Oeste - Umuarama (b)	51	11.01.2042
Contrato nº 004/12 - Linha de transmissão Nova Santa Rita - Camaquã 3 (b)	20	09.05.2042
Contrato nº 007/12 - Linha de transmissão Umuarama - Guaira (b)	49	09.05.2042
Contrato nº 008/12 - Linha de transmissão Curitiba - Curitiba Leste (b)	80	09.05.2042
Contrato nº 011/12 - Linha de transmissão Açailândia - Miranda II	49	09.05.2042
Contrato nº 012/12 - Linha de transmissão Paranaíba - Ribeirãozinho (b)	49	09.05.2042
Contrato nº 013/12 - Linha de transmissão Ribeirãozinho - Marimbondo II (b)	49	09.05.2042
Contrato nº 022/12 - Linha de transmissão - Foz do Chopim - Salto Osorio C2 (b)	100	26.08.2042
Contrato nº 002/13 - Linha de transmissão - Assis - Paraguaçu Paulista II (b)	100	24.02.2043
Contrato nº 007/13 - Linha de transmissão - Barreiras II - Pirapora 2 (b)	24,5	01.05.2043
Contrato nº 001/14 - Linha de transmissão - Itatiba - Bateias (b)	50,1	13.05.2044
Contrato nº 005/14 - Linha de transmissão - Bateias - Curitiba Norte (b)	100	28.01.2044
Contrato nº 019/14 - Linha de transmissão - Estreito - Fernão Dias (b)	49	04.09.2044
Contrato nº 021/14 - Linha de Transmissão Foz do Chopim - Realeza (b)	100	04.09.2044
Contrato nº 022/14 - Linha de Transmissão Assis - Londrina (b)	100	04.09.2044

(a) Concessão prorrogada nos termos da MP nº 579/2012.

(b) Empreendimento em construção.

Copel	Participação %	Vencimento
Contratos de Concessão / Autorização das Participações societárias		
Copel Distribuição - Contrato de concessão nº 046/99 (a)	100	07.07.2015
Elejor - Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão e UHE Santa Clara	70	24.10.2036
- Autorização - Resoluções nºs 753 e 757/2002 - PCH Fundão I e PCH Santa Clara I	70	18.12.2032
Dona Francisca Energética - Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	23	27.08.2033
Foz do Chopim - Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Foz do Chopim	36	23.04.2030
UEG Araucária - Autorização - Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (60% Copel GET)	20	22.12.2029
Compagás - contrato de concessão de distribuição de gás	51	06.07.2024
Nova Asa Branca I - Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I (b)	100	24.04.2046
Nova Asa Branca II - Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II (b)	100	30.05.2046
Nova Asa Branca III - Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III (b)	100	30.05.2046
Nova Eurus IV - Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurus IV (b)	100	26.04.2046
Santa Maria - Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM (b)	100	07.05.2047
Santa Helena - Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena (b)	100	08.04.2047
Ventos de Santo Uriel - Portaria MME nº 201/2012 - EOL Santo Uriel (b)	100	08.04.2047
São Bento - Portaria MME nº 276 /2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	27.04.2046
- Portaria MME nº 263 /2011 - EOL Farol	100	19.04.2046
- Portaria MME nº 343 /2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	31.05.2046
- Portaria MME nº 310 /2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	18.05.2046
Voltalia - Portaria MME nº 173 /2012 - EOL São João (b)	49	25.03.2047
- Portaria MME nº 204 /2012 - EOL Carnaúbas (b)	49	08.04.2047
- Portaria MME nº 230 /2012 - EOL Reduto (b)	49	15.04.2047
- Portaria MME nº 233 /2012 - EOL Santo Cristo (b)	49	17.04.2047

(a) Encaminhado em 31.05.2012 requerimento solicitando prorrogação da concessão, e em 11.10.2012 ratificação ao requerimento de prorrogação conforme MP nº 579/2012.

(b) Empreendimento em construção.

35.2.6 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural, para atender às

atividades relacionadas à distribuição de gás e geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas em razão da redução de receitas das controladas Compagás e UEG Araucária.

35.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A estrutura de capital é formada:

- a) pela dívida líquida, definida como o total de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos de caixa e equivalentes de caixa, e títulos e valores mobiliários, de curto prazo; e
- b) pelo capital próprio, definido como o patrimônio líquido.

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos e financiamentos	958.416	1.019.553	3.468.950	3.323.784
Debêntures	1.010.485	-	2.585.448	1.207.945
(-) Caixa e equivalentes de caixa	34.862	10.410	740.131	1.741.632
(-) Títulos e valores mobiliários	152	186	459.115	389.222
Dívida líquida	1.933.887	1.008.957	4.855.152	2.400.875
Patrimônio líquido	13.330.689	12.651.339	13.682.780	12.928.752
Endividamento do patrimônio líquido	0,15	0,08	0,35	0,19

36 Transações com Partes Relacionadas

36.1 Principais transações entre partes relacionadas

Consolidado	Ativo		Passivo		Resultado	
Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Controlador						
Estado do Paraná						
Programa luz fraterna (a)	139.817	78.987	-	-	-	-
Empregados cedidos (b)	908	266	-	-	-	-
Serviços de telecomunicações (c)	39.489	21.746	-	-	27.779	25.837
Entidades com influência significativa						
BNDES e BNDESPAR (d)						
Financiamentos (NE nº 22.5)	-	-	1.526.141	1.125.109	(79.304)	(15.647)
Debêntures - Compagás (NE 23.d)	-	-	53.554	-	(746)	-
Petrobras (e)						
Aluguel da usina UTE Araucária (31.4.1 - a)	-	6.499	-	-	6.405	101.628
Fornecimento e transporte de gás (f)	327	374	-	-	11.842	23.912
Aquisição de gás para revenda (f)	-	-	252.103	51.502	(1.469.689)	(295.494)
Créditos nas operações de gás - Compagás (g)	26.797	13.504	-	-	-	-
Dividendos a pagar pela Compagás	-	-	3.513	1.076	-	-
Empregados cedidos à Compagás	-	-	653	284	(369)	(401)
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (h)						
Dividendos a pagar pela Compagás	-	-	4.720	2.283	-	-
Empregados cedidos à Compagás	-	-	682	313	(369)	(430)
Paineira Participações S.A. (i)	-	-	1.367	11.985	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto						
Costa Oeste Transmissora de Energia (j)			-	-		
Serviços de engenharia	-	190	-	-	-	2.113
Serviços de operação e manutenção	48	-	-	-	247	-
Rede básica e conexão	-	-	40	-	(784)	-
Marumbi Transmissora de Energia (k)	-	184	-	-	1.654	2.042
Caiuá Transmissora de Energia (l)						
Prestação de serviços	-	221	-	-	4.104	478
Rede básica e conexão	-	-	354	-	(3.976)	-
Integração Maranhense Transmissora de Energia (m)						
Rede básica	-	-	5	-	(14)	-
Transmissora Sul Brasileira de Energia(m)						
Rede básica	-	-	23	-	(533)	-
Coligadas						
Dona Francisca Energética S.A. (n)	-	-	6.538	6.320	(81.342)	(71.950)
Foz do Chopim Energética Ltda. (o)	155	201	-	-	1.827	1.725
Sercomtel S.A. Telecomunicações (p)	-	192	-	-	735	2.287
Companhia de Saneamento do Paraná						
Água tratada, coleta e tratamento de esgoto	-	-	4	1	(1.269)	(1.263)
Utilização de água retirada da Represa do Alagado	72	-	-	-	272	875
Serviços de telecomunicações	246	960	-	-	2.530	2.211
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 32.3)	-	-	-	-	(20.043)	(16.829)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24)	-	-	-	-	(1.393)	(1.089)
Outras partes relacionadas						
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	(11.119)	(12.270)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24)	-	-	898.618	967.232	-	-
Lactec (q)	28.693	27.229	1.168	587	(9.455)	(5.060)

- a) O Programa Luz Fraterna, instituído e alterado pelas leis estaduais nº 491/2003 e 17.639 de 31.07.2013, permite ao Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 120 kWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel Distribuição. Do total, o valor de R\$ 137.137 está contabilizado na Controladora, na conta de Partes Relacionadas, conforme NE nº 16.1.1.
- b) Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos da PCLD no valor de R\$ 1.195 em 31.12.2014 (R\$ 1.614, em 31.12.2013).
- c) Serviços de telecomunicações prestados conforme contrato da Copel Telecomunicações com o Estado do Paraná.
- d) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que detém 23,96% do capital social da Copel (26,41% das ações ordinárias e 21,27% das ações preferenciais "B"). À BNDESPAR será proposto a título de dividendos do exercício de 2014, o montante de R\$ 148.402 (R\$ 147.329, líquidos de IRRF), deste, foi antecipado em novembro de 2014 o valor líquido de R\$ 89.705. A parcela restante será distribuída após a aprovação da destinação do lucro do exercício, na AGO.
- e) A Petrobras detém 20% do capital social da UEG Araucária e 24,5% do capital social da Compagás.
- f) Fornecimento e transporte de gás canalizado e aquisição de gás para revenda pela Compagás.
- g) Os créditos referem-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Compagás possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Este saldo é corrigido mensalmente, atualizando o valor de recuperação. Considerando o plano de expansão da Compagás e as perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a administração da Compagás entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31.12.2014 será efetuada parcialmente. Consequentemente, e de acordo com as disposições contratuais, a Compagás efetuou ajuste de valor recuperável do crédito de *ship or pay*, no valor de R\$ 23.729.
- h) A Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. detém 24,5% do capital social da Compagás.
- i) A Paineira Participações S.A. detém 30% do capital social da Elejor. Os saldos referem-se a dividendos a pagar pela Elejor.
- j) Contrato de prestação de serviço de engenharia, com vencimento em 30.10.2015, e de operação e manutenção, com vencimento em 26.18.2018, realizados entre a Costa Oeste Transmissora e a Copel Geração e Transmissão.

Contrato de uso do sistema de transmissão, de caráter permanente, e contrato de conexão ao sistema de transmissão, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro, realizados entre a Costa Oeste Transmissora e a Copel Distribuição.

- k)** Contrato de prestação de serviço de engenharia, realizado entre a Marumbi Transmissora de Energia e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 30.09.2015.
- l)** Contratos de prestação de serviços específicos de gestão ambiental, com vencimento em 14.03.2015, e de operação e manutenção, com vencimento em 29.07.2016, realizados entre a Caiuá Transmissora de Energia e a Copel Geração e Transmissão.

Contrato de uso do sistema de transmissão, de caráter permanente, para a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must, com montantes definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais, e contrato de conexão ao sistema de transmissão, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro, realizados entre a Caiuá Transmissora e a Copel Distribuição.

- m)** Contrato de uso do sistema de transmissão, de caráter permanente, para a contratação do Must, com montantes definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais, realizados com a Copel Distribuição.
- n)** Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 31.03.2015.
- o)** Contratos realizados entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão referentes à prestação de serviços de operação e manutenção, com vencimento em 24.05.2015 e à conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 07.07.2015.
- p)** Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel Distribuição, com vencimento em 28.12.2018.
- q)** O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão e com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a P&D e PEE, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

Ao Estado do Paraná será proposto, a título de dividendos do exercício de 2014, o montante de R\$ 184.733, deste, foi antecipado em novembro de 2014 o valor de R\$ 113.010. A parcela restante será distribuída após a aprovação da destinação do lucro do exercício, na AGO.

Outras transações entre a Controladora e suas partes relacionadas estão demonstradas nas NEs nº 8 - Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, nº 16 - Partes Relacionadas e nº 17 - Investimentos.

Os valores decorrentes das atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel.

36.2 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

36.2.1 Concedidos às controladas e coligadas

A Controladora e a São Bento concederam os seguintes avais e garantias:

- a) garantias na emissão de debêntures e de empréstimos e financiamentos de controladas, conforme NEs nºs 22.5 e 23; e
- b) avais solidários concedidos pela Copel, correspondentes à sua participação acionária de 23,03% à sua coligada Dona Francisca Energética S.A., em 2002, em financiamentos tomados junto ao BNDES e ao Bradesco, com prazo de liquidação até 2015. Em 31.12.2014, os saldos devedores atualizados montavam a R\$ 3.271 com o BNDES e R\$ 1.800 com o Bradesco.

36.2.2 Concedidos aos empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimentos controlados em conjunto	Operação	Data da emissão	Vencimento final	Valor aprovado	Total liberado	Saldo 31.12.2014
Caiuá Transmissora (a)	Financiamento	23.12.2013	15.02.2029	84.600	79.600	88.741
Costa Oeste (b)	Financiamento	30.12.2013	15.11.2028	36.720	31.000	35.396
Guaraciaba Transmissora (c)	Debêntures	20.06.2013	20.12.2014	400.000	400.000	401.144
Integração Maranhense (d)	Financiamento	30.12.2013	15.02.2029	142.150	131.400	146.981
Mata de Santa Genebra (e)	Debêntures	10.09.2014	12.03.2016	469.000	48.000	49.557
Matrinchã Transmissora (f)	Financiamento	27.12.2013	20.12.2014	691.440	541.965	553.271
Transmissora Sul Brasileira (g)	Financiamento	12.12.2013	15.07.2028	266.572	260.145	261.718
Transmissora Sul Brasileira (h)	Debêntures	15.09.2014	15.09.2028	77.550	77.550	80.222
Paranaíba (i)	Debêntures	24.11.2014	24.11.2015	350.000	350.000	354.527
Marumbi (j)	Financiamento	06.10.2014	15.07.2029	55.037	20.314	34.723

Instituição financeira financiadora:

BNDES: (a) (b) (d) (f) (g) (j)

Destinação:

Programa Investimentos e/ou Capital de Giro.

Aval / Fiança:

Prestado pela Copel Geração e Transmissão, limitada a 49% da operação: (a) (d)

Prestado pela Copel, limitada a 51% da operação: (b)

Prestado pela Copel, limitada a 49% da operação: (c) (f)

Prestado pela Copel, limitada a 50,1% da operação: (e)

Prestado pela Copel, limitada a 20% da operação: (g) (h)

Prestado pela Copel, limitada a 24,5% da operação: (i)

Prestado pela Copel, limitada a 80% da operação (j)

Garantias da Operação:

Penhor de ações da Copel Geração e Transmissão de sua participação acionária 49%: (a) (d) (f)

Penhor de ações da Copel Geração e Transmissão de sua participação acionária 51%: (b)

Penhor de ações da Copel Geração e Transmissão de sua participação acionária 20%: (g) (h)

Penhor de ações da Copel Geração e Transmissão de sua participação acionária 80%: (j)

37 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados	24/08/2015	1.929.357
Incêndio - imóveis próprios e locados	24/08/2015	519.501
Responsabilidade civil - Compagás	30/10/2015	3.600
Transporte nacional e internacional - exportação e importação	24/08/2015	apólice por averbação
Multirrisco - Compagás	18/12/2015	14.750
Multirrisco - Compagás	26/04/2015	470
Multirriscos - Elejor	11/04/2015	395.099
Automóveis - Compagás	16/09/2015	valor de mercado
Riscos diversos	24/08/2015	970
Riscos nomeados - Elejor	06/06/2015	500
Riscos operacionais - UEG Araucária (a)	31/05/2015	958.109
Garantia judicial - Compagás	03/02/2015	56.938
Garantia de fiel cumprimento - Aneel	30/07/2015	44.319
Garantia de fiel cumprimento - Aneel	27/12/2015	1.850
Riscos operacionais - UHE Mauá - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	23/11/2015	342.139
Responsabilidade civil para diretores e administradores - D&O (a)	30/06/2015	66.405
Garantia de Fiel Cumprimento - eólicas	30/06/2015	22.200
Garantia de Fiel Cumprimento - eólicas	31/03/2015	11.100
Garantia de Fiel Cumprimento - eólicas	30/06/2015	3.047
Garantia de Pagamento - eólicas	31/03/2015	6.000
Garantia de Fiel Cumprimento - Agência Nacional de Petróleo - ANP	11/11/2018	59.440
Garantia de fiel cumprimento - Aneel	30/11/2017	2.450
Garantia de fiel cumprimento - Aneel	02/06/2018	6.750
Garantia de Participação - Agência Nacional de Petróleo - ANP	01/03/2015	862
Garantia de Fiel Cumprimento - Agência Nacional de Petróleo - ANP	05/07/2015	12.500
Garantia de Fiel Cumprimento - CREA - Paraná	31/12/2016	24
Garantia de Participação - Aneel	04/02/2015	646
Garantia de Participação - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	27/06/2015	44.863
Garantia de Participação - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	23/05/2015	14.013
Garantia de Participação - Aneel	17/05/2015	7.404
Garantia Financeira - Cosern	01/11/2015	21
Garantia de Fiel Cumprimento - Extremoz	31/01/2015	5.000
Garantia de fiel cumprimento - Aneel	30/04/2015	22.143
Responsabilidade Civil - Vestas	01/02/2015	17.000
Riscos de Engenharia - Vestas	01/02/2017	338.348
Riscos Operacionais - São Bento	01/07/2015	390.935
Responsabilidade Civil - São Bento	05/07/2015	20.000

(a) Os valores das importâncias seguradas de Riscos operacionais - UEG Araucária e de Responsabilidade civil para diretores e administradores foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2014, R\$ 2,6562.

38 Evento Subsequente

Revisão Tarifária Extraordinária de 2015

A Revisão Tarifária Extraordinária se dá em decorrência de uma série de eventos que impactaram de maneira significativa os custos das concessionárias de energia, os quais não foram previstos no reajuste tarifário de 2014, com destaque para: (i) aumento da quota de CDE; (ii) aumento dos custos com compra de energia em função do reajuste da tarifa de Itaipu (46,14%) e alteração do dólar; e (iii) dos elevados preços praticados no 14º Leilão de Energia Existente (A-1 2014) e no 18º Leilão de Ajuste, realizado em 15.01.2015.

A Aneel aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Copel Distribuição com reajuste tarifário médio de 36,79% com vigência a partir de 02.03.2015. Desse total, 22,14% estão relacionados à quota de CDE, e 14,65% ao reposicionamento dos custos com aquisição de energia, os quais não foram previstos no reajuste tarifário de 2014.